

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol. 10, Nº 4 outubro/dezembro 2002

O boletim Informativo **Infocapes**, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma publicação técnica, que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos oficiais de políticas para a educação superior, estudos e dados sobre a pós-graduação, discussões e comunicados de interesse da comunidade acadêmica e científica.

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Editor Responsável
Fernando spagnolo – CED

Conselho Editorial
Jacira Felipe Beltrão – SPP
Sandra Mara Carvalho de Freitas – CEC
Geraldo Nunes Sobrinho – SPE

Periodicidade
trimestral

Tiragem
3.000 exemplares

Equipe Técnica Editorial:

Apoio Editorial, Distribuição e Cadastro de Assinaturas
Catarina Glória de Araújo Neves – ACD

Composição Gráfica
Astrogildo Brasil – ACD

Apoio Editorial
Gladis Calháu – CED

Projeto Gráfico
Francisco Inácio Homem de Melo

INFOCAPES -Boletim Informativo da CAPES
Vol.10 - Nº 4 – Brasília, CAPES, 2002

Trimestral
ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior

CDU 378

ISSN 0104 - 415X
Bol.Inf., Brasília, V.10, Nº4 p.01-142 out/dez 2002

Endereço para correspondência:
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Coordenação de Estudos e Divulgação Científica (CED)
Ministério da Educação – Anexo II - 2º andar
Caixa Postal 365
CEP 70047-900 - Brasília – DF
e-mail – ced@capes.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação 4

Depoimentos

Abílio Afonso Baeta Neves 5
Presidente (1995-2002)

Luiz Valcov Loureiro 16
Diretor de Programas (1997-2002)

Adalberto Vasquez 25
Diretor de Avaliação (1997-2002)

Luiz Alberto Horta Barbosa 31
Diretor de Administração (1996-2002)

Geraldo Nunes Sobrinho 37
Coordenador Geral de Programas com o Exterior (1999-2002)

Jacira Felipe Beltrão 41
Coordenadora Geral de Programas no País (1997-2002)

Tuiskon Dick 43
Coordenador Geral de Cooperação e Intercâmbio (1999-2002)

Jorge Guimarães 52
Conselho Superior (2002-)

Luiz Rodolpho Travassos 58
Conselho Técnico-Científico (1999-)

Claudio A. M. Sampaio 60
Conselho Técnico-Científico (2001-)

Documentos

CAPES: Linhas de Ação e Programas 63

Resolução CNE/CES N° 24, de 18/12/02 136

Capes Informa

Cursos Novos 137

Eventos Apoiados no Trimestre 141

APRESENTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2002, encerram-se os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, como Presidente da República, e de Paulo Renato de Sousa, como ministro da Educação. Durante esses oito anos de gestão, Abílio Afonso Baeta Neves foi o Presidente da CAPES.

Esta edição do INFOCAPES apresenta aos leitores e à nova administração que deverá conduzir a Agência, uma história-balanço desse período de oito anos. Afinal, trata-se do segundo mais longo mandato no comando da CAPES, superado apenas pelo exercido pelo fundador e então secretário-geral Anísio Teixeira (1951-1964). A avaliação, ou melhor, a história das ações desenvolvidas pela Agência nesse período, é feita por meio de depoimento oral, em primeira pessoa, pelos próprios protagonistas. Em entrevista concedida a Carlos Benedito Martins, os membros da diretoria discorrem sobre sua experiência na CAPES, os desafios encontrados, as dificuldades e as realizações nesse período.

Os relatos são de Abílio Baeta Neves, Presidente; Luiz Valcov Loureiro, Diretor de Programas; Adalberto Vasquez, diretor de Avaliação; Luiz Alberto Horta, Diretor de Administração. Temos também o depoimento de Tuiskon Dick, Coordenador-Geral de Cooperação Internacional e textos de Geraldo Nunes Sobrinho, Coordenador-Geral de Programas no Exterior, e de Jacira Felipe Beltrão, Coordenadora-Geral de Programas no País. Jorge Guimarães, membro do Conselho Superior, Luiz Rodolpho Travassos e Cláudio Sampaio, do Conselho Técnico-Científico, contribuem também para este balanço da gestão.

O objetivo do INFOCAPES, ao editar este número especial, é duplo. Em primeiro lugar, registrar aspectos de desenvolvimentos recentes, tanto na pós-graduação como na Agência, segundo a perspectiva dos responsáveis pelas linhas de atuação e pelos programas da CAPES, e contribuir, dessa forma, para a preservação da memória de como foi conduzida, do ponto de vista interno do órgão, a política da pós-graduação brasileira, nesse fim do século XX e início do século XXI. Em segundo lugar, o objetivo é fornecer elementos de reflexão para orientar as ações dos novos dirigentes a quem é confiada a responsabilidade de administrar este patrimônio da educação brasileira, herança do grande educador Anísio Teixeira, que é a CAPES.

O documento compilado por Maria Auxiliadora Nicolato “CAPES: Linhas de Ação e Programas” se insere na ótica desses dois objetivos. Os depoimentos da Diretoria são enriquecidos por uma apresentação detalhada e sistemática da evolução dos principais programas implementados, de informações estatísticas e dos investimentos realizados durante o período 1995-2002. O documento registra os procedimentos operacionais, as características financeiras com as respectivas fontes de recursos e o estágio em que se encontra cada um dos programas ao final da gestão que se encerra, sugerindo temas para futuras discussões e providências para questões que ainda aguardam por soluções mais satisfatórias.

DEPOIMENTOS

Abilio Afonso Baeta Neves

Presidente da CAPES (1995-2002)

Antes de trabalhar na CAPES eu tinha já um certo envolvimento com os temas, tanto de pós-graduação como de ciência e tecnologia. Antes de trabalhar na pós-graduação, tinha sido coordenador de programa, depois fui convidado a ocupar a pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na gestão do Prof. Gehard Jacob e do professor Tuiskon Dick. Nessa condição participei, envolvi-me e acabei presidente do fórum de pró-reitores de pesquisa e pós graduação. Isso me aproximou de modo muito direto das atividades da CAPES e dos temas da pós-graduação. Paralelamente, também tive um envolvimento com os temas mais gerais da política de C & T, porque fui presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul entre 1987 e 1990, numa época em que as fundações estaduais, que eram poucas, se envolveram na luta para aumentar seus recursos com a inscrição nas instituições estaduais com percentuais de arrecadação. No final de 1994, depois da eleição do Presidente Fernando Henrique, o ministro Paulo Renato Souza convidou-me para vir para a CAPES, e achei que era hora de assumir novas responsabilidades.

Na época da extinção da CAPES pelo Presidente Collor, em 1990, eu estava no fórum. Era pró-reitor da universidade e houve uma mobilização muito forte dos pró-reitores e da academia em geral para que a CAPES fosse reconstituída. Havia clara liderança das pessoas que estavam na CAPES, durante esse processo, coordenadas pela professora Eunice Durham e Ângela Santana. A forte mobilização em todos os Estados, na verdade, influenciou bastante e a pressão sobre os congressistas e o governo acabou tendo sucesso. A CAPES foi recriada, em 1992, como fundação, o que garantiu que várias das suas atividades passassem a ter um desempenho mais ágil.

A primeira preocupação que tive quando fui nomeado para a CAPES, em 1995, foi que ela não tivesse descontinuidade. Isso ficou nítido com os convites que fiz para as diretorias. Eu tinha uma convicção muito forte de que a CAPES é uma daquelas instituições tão envolvidas com a vida das universidades que qualquer descontinuidade em suas ações acabaria produzindo impactos muito negativos na vida dos programas de pós-graduação, dos grupos de pesquisas, dos professores e estudantes. Então, a minha preocupação foi assegurar essa continuidade. A primeira pessoa que convidei foi o Ricardo Martins, um sujeito com enorme experiência de CAPES. Já tinha sido diretor e eu queria que a agência continuasse no padrão de operação que vinha mantendo nos últimos tempos. A segunda pessoa que eu convidei, e não aceitou, foi a Marisa Cassim, também com grande experiência na CAPES, onde trabalhou no período anterior ao meu. A minha idéia era que ela ajudasse na avaliação. Como ela não aceitou, trouxe o Prof. Darcy Dillemburg físico da UFRGS. A área de avaliação, apesar da importância do processo de avaliação da pós-graduação, era pequena e mal estruturada. Eu tinha a percepção - e estava também autorizado pelo Ministro - de que todo o sistema universitário no Brasil deveria passar por um processo mais sistemático de avaliação. Também a experiência da CAPES precisava ser reforçada, revigorada. Era preciso discutir todo o processo de avaliação mantido desde longa data. E isso só seria conseguido se nós, na estrutura da CAPES, fortalecêssemos a própria diretoria de avaliação.

Em janeiro de 1995, o ministro teve a idéia - aliás, uma idéia muito bem sucedida - de reunir os novos dirigentes do Ministério num seminário de mais de um dia. Nesse seminário, buscou-se definir, exatamente, o que deveria ser visto como fundamental para o Ministério da Educação nas suas várias áreas de atuação. Foi feito um caderno, à mão, com os resultados desse seminário. Contendo as sugestões, os comentários e as definições do que seria prioritário, setor por setor. Há pouco, ele mandou uma cópia desse caderno para mim com a indicação de que na verdade, nesses anos, não apenas a CAPES tinha feito tudo que lá estava, como também o

Ministério da Educação no seu conjunto havia realizado praticamente todas as coisas listadas nessa primeira reunião.

Além da necessidade de revitalizar e reformar o processo de avaliação, ficou claro que deveria ser feito um esforço, no sentido de diversificar a pós-graduação, sobretudo de pensar as modalidades de pós-graduação *stricto sensu*, não voltadas para a preparação de acadêmicos. Um terceiro aspecto importante que se estipulou tinha a ver com o inevitável incremento da internacionalização da nossa pós-graduação, ou seja, a cooperação internacional passava a ter peso muito importante em todos os planos, até mesmo no plano da avaliação. Um quarto aspecto pensado foi o de mobilizar internamente a universidade para a criação de programas alternativos de qualificação dos docentes nas instituições universitárias. Em quinto lugar estava o esforço de comprometer o potencial da pós-graduação com algumas ações urgentes no país como, por exemplo, a qualificação da graduação e do sistema educacional de um modo geral, o que depois funcionou como eixo importante de ação. Cada uma dessas dimensões foi ganhando corpo ao longo dos últimos anos, sobretudo ao longo do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique . O segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso teve que conviver com crises importantes que irromperam a partir de 1998. O ano de 1999 foi um ano muito ruim, muito difícil para conduzir as atividades de uma agência como a CAPES. Os recursos, em 1999, foram muito contingenciados, muito amarrados, tendo em vista a prioridade do esforço de ajuste fiscal e de controle com gastos públicos. Então, o segundo governo começou de um outro modo, mas o primeiro foi uma etapa em que foram desenhadas as grandes linhas de ação.

A Modificação do Processo de Avaliação

A avaliação foi transformada em 1998. Foi uma das primeiras modificações fortes. Em 1996 ela ainda foi feita de acordo com a sistemática antiga. A motivação mais imediata para alterá-la foi o reconhecimento claro de que a avaliação não discriminava mais a excelência. A curva de conceitos atribuídos era uma curva ascendente. Havia cerca de 90% dos programas, nas avaliações de 1994 e na de 1996 (que repetiu, praticamente, os resultados de 1994), com os conceitos A e B. Em alguns desses momentos da avaliação chegamos a ter mais de 50% dos programas com A, ou seja, nitidamente isso significava que não havia mais capacidade de discriminação da excelência dos programas. O que tinha acontecido com a avaliação? Uma mudança importante feita foi a ruptura com uma certa compreensão do papel da avaliação. Desde 1976, a avaliação funcionava na CAPES, essencialmente, como direcionamento do esforço de implantação da pós-graduação. Nesse sentido, era uma espécie de norte do que se buscava alcançar. Ela avaliava para saber, em última instância, se os cursos e programas estavam caminhando em uma certa direção desejada. É por isso que afunilou todo mundo; por isso houve a concentração de uma grande quantidade de cursos com A e B. Então, alcançando tal tipo de patamar, tudo bem! Aquele patamar, ao invés de ser considerado mínimo, era considerado máximo. Isso foi alterado a partir de 1998. A avaliação tornou-se uma avaliação competitiva entre os programas, a partir de indicadores de excelência de qualidade que a cada momento poderiam ser movidos para cima, ou seja, ao contrário da avaliação anterior. Alcançando certo patamar de desenvolvimento, eleva-se o nível de qualidade sugerido.

Eu acredito que a mudança da avaliação foi extremamente positiva. Ela trouxe de volta ao sistema o componente de preocupação com níveis superiores e crescentes de qualidade. Retirou o sistema de uma certa apatia institucional. Provocou, inevitavelmente, uma discussão muito mais forte sobre o que é indicador de excelência. Lembro que, até 1996, o número de doutores no corpo docente ainda era um dos itens da avaliação. Ora! Era óbvio que, já em 1996, praticamente não havia professores na pós-graduação que não fossem doutores. Não era mais um indicador, não interessava mais. Não fazia mais parte da preocupação com a pós-graduação se o corpo docente tinha esse ou aquele perfil. O perfil mínimo do corpo docente já tinha sido alcançado a olhos vistos. Considero transformador esse movimento da avaliação, no entanto, é um movimento que ainda está se consolidando. E se ele está assim, existe ainda algum risco. Por que

isso? Porque essa discussão que se reabriu sobre indicadores, padrões e parâmetros de excelência provocou inevitavelmente uma turbulência no interior de cada área e na relação entre as áreas. Essa turbulência tem tudo a ver com o fato de que nós mantivemos a avaliação da CAPES como um sistema único, ou seja, não tivemos na CAPES avaliações distintas por áreas de conhecimento. Queremos que os resultados da avaliação tenham alguma equivalência. Pode ser arbitrário? Eventualmente, pode ser arbitrário. Essa equivalência, no entanto, não está cobrando que as áreas se violentem e aceitem os parâmetros de outras exatamente como essas os definem - por se considerarem mais acadêmicas, mais consolidadas. Não é disso que se trata. Trata-se que cada área saiba definir, de fato, quais são os indicadores de excelência, qual o diferenciador entre os vários programas de excelência e, em segundo lugar, que cada área saiba encontrar um outro componente fundamental que foi trazido para essa avaliação a partir de 1998: o caráter internacional dessa excelência. Ou seja, nós não estamos mais falando apenas da conveniência de se ter um sistema de pós-graduação bom para o Brasil. É claro que tem de ser bom para o País, mas nós queremos - e é da natureza da instituição universitária, da produção de conhecimento em qualquer área - que haja uma inserção internacional dessa produção e não só da produção de conhecimento, mas também dos padrões de formação de recursos humanos altamente qualificados. O que se espera da pós-graduação é que haja uma interlocução nesses dois momentos.

Existe um razoável entendimento sobre os critérios de avaliação. Há, no entanto, uma certa dificuldade ainda não superada em determinadas áreas e subáreas de conhecimento. Penso que essas dificuldades eventuais para implantação de parâmetros têm a ver com algo muito importante, que não se pode perder de vista sob pena de se fazer injustiça, ou seja, o nosso sistema de pós-graduação está mudando constantemente e continua crescendo de modo notável. A partir da transformação da avaliação em 1998, nós impusemos um outro modo de apreciar esse sistema como um todo, que estabeleceu competição entre os programas para que demonstrassem que alcançaram certos patamares de excelência. O sistema continua, no entanto, em fortíssima expansão e isso traz tensão. Tivemos já duas experiências com o novo modelo de avaliação, em 1998 e 2001. Verificou-se que a avaliação para efeito de autorização e reconhecimento de um curso novo, que é feita caso a caso, muitas vezes é derrubada pela avaliação geral. Quando os cursos novos reconhecidos e autorizados são confrontados com o conjunto do sistema, eles acabam levando bomba, mesmo tendo sido aprovados recentemente. A sistemática de avaliação ficou muito mais dura para um sistema em expansão. Não acho isso ruim. Entendo que isso produz certa tensão e essa tensão reflete-se, por exemplo, na ponta, nas reações que os professores, os coordenadores têm referente ao impacto que a avaliação acaba produzindo nas iniciativas específicas de criação do curso ou do programa. Acredito que seria lamentável se houvesse um retrocesso. A sensação que eu tenho é de que é preciso que as áreas aprimorem, no que lhe for peculiar, os indicadores de excelência; que elas produzam e desenhem as suas estratégias de inserção internacional. Estou convicto que já aprendemos, apesar da expansão muito acelerada, a fazer pós-graduação de qualidade, em qualquer área. Nas décadas de 1970 e 1980, quando pensávamos na criação de um programa de pós-graduação, víamos que as dificuldades eram tantas que acabávamos aceitando, como razoável, um projeto de programa com deficiências. Hoje, o sistema não aceita. Uma última observação, que pertence a esse complexo temático, da expansão: a expansão tem mostrado razoável grau de artificialidade.

A expansão da pós-graduação

O que está motivando a expansão da pós-graduação é, primeiro, o movimento natural de expansão da demanda. Mas isso não configuraria, talvez, o que estou chamando de artificialismo da expansão. O que produz um certo artificialismo é o dispositivo da legislação que traduziu a exigência da *LDB* para fins de credenciamento das universidades, especialmente a exigência de que as instituições tenham que demonstrar pesquisa institucionalizada. A tradução disso na forma de, no mínimo, dois programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos pela CAPES, tem produzido uma corrida que leva ao artificialismo a que eu estou me referindo. Hoje, já temos

elementos que nos ajudam claramente a reconhecer, por exemplo, que não há tantos grupos de pesquisa estabelecidos no conjunto das instituições que nos últimos tempos vêm pressionando e multiplicando as suas iniciativas no campo da pós-graduação. Não há, nessas instituições, tantos grupos com condições de sustentar as atividades de pós-graduação. O que acontece? A exigência que estimulou de modo exagerado essas iniciativas institucionais em IES que não têm pesquisas estabelecidas acaba por nos revelar o seguinte: a pós-graduação não é uma alternativa para a existência de pesquisa institucionalizada, ela requer pesquisa institucionalizada. A boa pós-graduação tem que nascer a partir de grupos que já façam pesquisa e, a partir daí, construir a base para a formação de novos quadros. Não é necessariamente por meio da pós-graduação que se começa a pesquisa nas IES. Temos aí um problema muito sério. Eu acredito que o decreto que regulamenta a *LDB* tem de ser alterado. A CAPES já fez essa sugestão.

Aqui tem um dado que diz respeito à evolução dos cursos. Em 1995, nós tínhamos 112 mestrados nas instituições particulares, que passaram para 174 em 2000. São principalmente universidades da década de 80. São as novas instituições, são os centros universitários que estão pressionando, em boa medida, por conta dessa exigência do decreto que regulamenta a *LDB*. Eu não tenho dúvida de que se esse decreto fosse alterado, a pressão sobre pós-graduação, a partir das instituições privadas e das públicas emergentes, diminuiria. Não são as universidades particulares tradicionais que estão nesta corrida. As PUCs tradicionais praticamente chegaram aos seus limites no tocante à expansão da pós-graduação. Há algumas PUCs novas que estão entrando agora no sistema.

A pós-graduação no Brasil ainda é pequena. Ela reflete o mesmo tipo de concentração regional que a gente assiste na oferta do ensino de graduação. Ela começou a refletir, nos últimos tempos, o mesmo padrão de oferta do ensino de graduação. Isso é novo. Não é da origem da pós-graduação. Até mais ou menos meados da década de 1980, a expansão da pós-graduação deu-se quase na contramão da expansão dos cursos de graduação. Nós tínhamos expansão nas áreas médicas, nas áreas de engenharia e nas áreas biológicas, enquanto o ensino de graduação crescia nas sociais aplicadas. A partir do final de 1980, a pós-graduação começou a mostrar o mesmo perfil da graduação. Cresce o número de programas nas ciências humanas e sociais aplicadas. É um problema novo para o próprio financiamento da pós-graduação, que tem aparecido cada vez mais claramente nas discussões do Conselho Superior e outras instâncias da CAPES. A preocupação é com o financiamento das áreas que são evidentemente de vocação profissional e não acadêmica e que, como tal, podem mobilizar diversas fontes de apoio.

Entendo que a expansão, nos últimos anos, ocorreu dentro de padrões de qualidade que até mesmo mudaram para se tornar mais exigentes. Acho muito positivo que o sistema já tenha percebido que não há liberalidade alguma na aprovação de cursos novos porque a CAPES tem aprovado, por ano, não mais de 20% da demanda que ela recebe. Em 2002, por exemplo, entraram em análise na CAPES mais de 500 solicitações e nós não vamos ter mais do que 15% aprovados. Na verdade – tenho dito isso com ênfase, sem nenhuma disposição para impedir o crescimento da pós-graduação – há um procedimento de contenção natural pela aplicação dos critérios de avaliação. Não há nenhuma liberalidade. Ninguém afrouxou nada. O patamar mínimo de qualidade, hoje, é mais elevado que o patamar mínimo de tempos atrás.

A diversificação da pós-graduação

Esse era um dos eixos das políticas que nós estipulamos no começo de 1995. Começamos a avançar rapidamente na direção dessa diversificação. Já no final de 1995, uma portaria da CAPES chamou a atenção para o fato de que a pós-graduação *stricto sensu* poderia conduzir à formação para o mercado não acadêmico, para os mercados que chamávamos de profissional. Era preciso olhar para esse tipo de pós-graduação de modo distinto do que se fazia com a pós-graduação acadêmica. Dois anos depois dessa portaria, notamos que, não havia acontecido nada. O sistema não reagiu. O número de propostas de mestrado profissional foi muito pequeno. Era

óbvio que o sistema estava tendo muita dificuldade de absorver essa idéia. Estava com mais dificuldade ainda de se ajustar a uma realidade que, permitiria a convivência de formatos distintos e, eventualmente, complementares de pós-graduação. Então, nós mexemos na portaria. Achemos que ela ainda estava muito restritiva. Flexibilizamos mais uma vez, antes da avaliação de 2001. A resposta foi um pouco melhor. Começaram a aparecer as propostas de programas profissionais. Era preciso dar um terceiro passo e este requeria a reestruturação dos procedimentos de avaliação para a pós-graduação profissional, que precisava ser diferente da avaliação da pós-graduação acadêmica. Havia e há uma questão óbvia: os indicadores de qualidade e excelência usados para avaliar um programa que forma para o mercado profissional não podiam ser os mesmos utilizados na avaliação dos programas acadêmicos. O indicador básico de avaliação da pós-graduação acadêmica é a produção científica expressa nas publicações dos docentes e discentes do programa. Isso é muito importante para os sujeitos que se formam e vão trabalhar no meio acadêmico, com pesquisa científica e tecnológica. E o sujeito que vai para uma empresa? A ela não interessa se publicou três ou quatro artigos em revistas importantes. A empresa quer saber se ele consegue lidar agilmente com problemas derivados das transformações de base tecnológica, em situações concretas de trabalho. Quer saber se o curso tem condições de prepará-lo para isso. Nesse ponto, vejo que não avançamos tanto quanto devíamos ter avançado, porque aqui começamos a enfrentar muitas resistências. No final de 2001, chegamos a propor a formação de uma comissão própria com assessores e consultores específicos, com forte mobilização de pessoas ligadas aos vários segmentos, ao meio produtivo, *agrobusiness* e serviços, mas não conseguimos avançar. Houve uma forte reação das áreas constituídas. O que, na verdade, se ouvia era que as áreas se achavam em condições de fazerem a avaliação. Eu tenho muitas dúvidas. Na minha opinião, o mesmo grupo que faz a análise do mestrado acadêmico acabaria “academicizando” o profissional e, provavelmente, simplificando seu olhar sobre o acadêmico. É preciso examinar a questão do corpo docente, a questão do projeto de curso. O mestrado profissional poderia ter mais flexibilidade no que diz respeito ao regime de trabalho dos docentes envolvidos. O regime de dedicação de alguns docentes pode ser mais flexível do que na pós-graduação acadêmica, que exige, via de regra, dedicação exclusiva.

Estou convicto de que é fundamental diversificar a pós-graduação. Primeiro, porque acredito que esta diversificação já existe. A CAPES deveria ter condições de dar o mesmo padrão de resposta que deu à pós-graduação acadêmica: estruturar um sistema de avaliação para o mestrado profissional. Mais ainda, penso que é inevitável, no futuro, que não apenas a pós-graduação profissional *stricto sensu*, mas os MBAs deveriam ter a atenção da CAPES.

Há muita resistência, e ela vem, surpreendentemente, de áreas que todos reconhecemos como áreas com perfil tanto profissional quanto acadêmico. Direito, por exemplo, reage muito. Há também reações difusas como na área de educação. A resistência nas engenharias é menor. No caso da educação, é natural que a formação de professores tenha caráter profissional, mas é importante que eles possam ser assistidos na compreensão e no equacionamento de problemas concretos como, por exemplo, aqueles derivados do uso de determinados materiais instrucionais em sala de aula, das novas tecnologias que complementam e fortalecem o processo de ensino e outros. Há a reação dos alunos e de setores, que, equivocadamente, encaram a pós-graduação profissional como uma pós-graduação de segunda categoria. Não é verdade. Ela se dirige para outro meio. Eu posso imaginar, tranquilamente, que para um empresário ou para um diretor de recursos humanos um belíssimo currículo acadêmico não signifique muita coisa. Eles buscam outro perfil de egresso. É importante reconhecer que estamos falando de duas coisas completamente distintas.

Esse debate, inevitavelmente, vai ter que se aprofundar. Seria muito complicado para a própria CAPES, como agência, se furtar ou evitar essa questão. Pela primeira vez, a CAPES encarou a questão da pós-graduação profissional como uma responsabilidade sua. Os documentos produzidos sobre o assunto mostram que está havendo avanços. A própria compreensão do problema foi sendo apurada. Os documentos elaborados no final de 2001 e começo de 2002, quando foi proposta a estruturação de dois sistemas de avaliação, são documentos importantes. Nessa medida, eu acho que botamos o dedo na ferida e chamamos a atenção para a questão que me parece ser da responsabilidade da CAPES.

Qualificação do corpo docente

A qualificação do corpo docente como uma responsabilidade programática da CAPES, vem mudando bastante. Hoje, nós precisamos encarar essa questão de um modo novo e com outros instrumentos de ação, até porque a própria expansão da pós-graduação - seu sucesso no que diz respeito à qualificação e ao contingente de mestres e doutores que ela forma - já nos dá um quadro completamente diferente daquele que tínhamos no final de 1980, quando o PICD passou a ser chamado de PICDT. Lá entendia-se, corretamente, que era preciso, em paralelo com a expansão da formação de novos mestres e doutores, criar mecanismos que buscassem acelerar a qualificação dos docentes vinculados às universidades públicas. A formação de mestres e doutores hoje daria conta se houvesse um processo regular de reposição das vagas nas instituições públicas. Houve melhoria na qualificação do corpo docente das IES públicas. O percentual de doutores cresceu, o PICDT teve papel importante, mas, não raramente, docentes beneficiados pelo programa PICDT formavam-se e se aposentavam e, portanto, saíam dos quadros da universidade. Hoje, os dados são outros. Se houvesse um processo normal de reposição das vagas de docentes, o próprio crescimento do número de doutores sem vínculo daria conta de acelerar a qualificação das IES. O PICDT, nos últimos anos já mostrava certo esgotamento. De um lado, esgotamento no que diz respeito ao seu papel como transformador da vida da instituição, ou seja, muitas vezes o PICDT ajudava na qualificação, mas o docente doutor não se encaixava no projeto institucional real. O docente voltava e ficava solto. Há casos em que a própria dinâmica dos departamentos contribuía negativamente e o docente ficava isolado, sem contribuir para o fortalecimento da pesquisa institucional. Nós mexemos nesse programa, principalmente, para que os projetos individuais de qualificação se integrassem com os esforços de desenvolvimento institucional do departamento. Isso através do que? A novidade é que agora o programa exige que a universidade formule projetos em parceria com instituições mais consolidadas e que se disponham não apenas a receber professores, mas também a ajudar no esforço de construção e de transformação daquele departamento. As universidades reagiram um pouco. Já foram selecionados um grande conjunto de projetos que estão em fase de implantação. Este é o espírito do novo Programa de Qualificação Institucional (PQI) da CAPES, que pode estipular algumas exigências nesse campo à luz da experiência que vem tendo como agência de fomento. Por exemplo, é óbvio que interessa qualificar o docente para que ele melhore o seu desempenho e para que o fruto do seu trabalho cresça em qualidade. É preciso, também, levar em conta a idade do docente que se está formando. Não faz muito sentido formar docentes numa faixa etária em que estão prestes a se aposentar. Nesses casos, o ganho posterior vai ser pessoal mas, provavelmente, será pequeno para a instituição. A idéia do programa de qualificação docente não é criar uma oportunidade para o indivíduo melhorar o seu salário. Isso é bom que acontece, mas o objetivo principal do PQI é a transformação institucional.

O tempo médio de formação dos novos mestres e doutores melhorou bastante nos últimos anos. Remeto a algumas mudanças feitas na própria sistemática de concessão das cotas de bolsas para os programas. Dá para observar que a partir de 1996 e 1997 o tempo médio de titulação começa a baixar e isso tem muito a ver com o fato da CAPES sinalizar para os programas de pós-graduação que passaríamos a levar em conta o tempo médio de titulação do programa como um dos critérios na concessão das cotas de bolsas. É claro que esses procedimentos têm que ser implementados com permanente aprimoramento das informações de referência. Sempre fui favorável a que houvesse certa flexibilidade no tempo de formação em algumas áreas. É sabido que há áreas, por exemplo, que exigem trabalhos de campo prolongados, nas quais a formação pode requerer mais tempo do que o tempo estipulado como ótimo. Por outro lado, é fundamental também ter claro que nós temos um programa massivo de formação de quadros pós-graduados e que esse programa massivo tem que ter o mínimo de preocupação com o custo-benefício. Um elemento desta equação custo-benefício é o tempo médio de formação. Não se pode ter um programa de formação de mestres e/ou doutores sem essa preocupação.

O tempo médio internacional de formação de doutores está baixando para três anos. Na CAPES, estipula-se quatro anos como ideal. Na verdade, o Brasil está com uma média um pouquinho maior, mas era muito mais alta. Quando começamos a fazer esse levantamento,

chegamos a ter média de seis, sete anos para fazer o doutorado. Assim, não há programa que resista e se justifique. O impacto do programa sobre o próprio ensino superior não corresponderia ao investimento feito.

Entram no sistema cientistas cada vez mais jovens. A média de idade dos doutores varia de área para área. Em algumas áreas já baixou para perto de trinta anos. Quando se lançou o programa de assimilação temporária de doutores – PRODOC, quis-se estipular trinta e cinco anos como idade limite e não se conseguiu. O corte seria muito forte na população de doutores sem vínculo empregatício.

Cooperação Internacional

A cooperação foi um dos campos de atuação para o qual tivemos atenção desde o início da nossa gestão. Quando chegamos aqui, a CAPES mantinha um único programa de cooperação, que já fazia história, o CAPES-COFECUB, com cerca de 60 projetos em andamento. Este programa já tivera altos e baixos. Começou com uma oferta da França, na década de 70, para a qualificação de áreas emergentes no Brasil. Num segundo momento, esse programa aceitou combinar um perfil mais assistencialista com outro de cooperação mais simétrica. Foi quando os grupos acadêmicos do Sul começaram a participar dos projetos. Fora isto, a CAPES mantinha, no balcão, a oferta de estágio no exterior, bolsas de doutorado e pós-doutorado em quantidade não muito grande. A bolsa de pós-doutorado cresceu muito nesse período. A bolsa sanduíche, que era uma idéia em experimento, começou a prevalecer sobre as de doutorado pleno. Era muito acanhado o que acontecia em termos de cooperação acadêmica. De outra parte, era claro o diagnóstico de que ela é fundamental para a pós-graduação, condição de seu envolvimento e participação no que acontece internacionalmente. Buscou-se redesenhar as relações da CAPES com os parceiros tradicionais - França, Alemanha e Inglaterra. Decidiu-se, ainda, empreender esforços no sentido de buscar alternativas de cooperação internacional de caráter mais institucionalizado, inclusive com os Estados Unidos. A formação do Mercosul impunha, também, olhar para os parceiros da região, especialmente para a Argentina. A mudança foi muito expressiva. Passou-se a oferecer às universidades brasileiras maiores oportunidades de cooperação. Multiplicaram-se os projetos com a Alemanha, Espanha, Portugal, Argentina e França. Apenas com a Inglaterra a cooperação perdeu fôlego. Hoje a Inglaterra é um país com o qual, eu diria, não temos oportunidades de cooperação institucionalizada, porque não temos parceiro para apoiar financeiramente as iniciativas. O que se quis fazer foi multiplicar o número de grupos brasileiros interagindo sistematicamente com grupos estrangeiros e, nesse processo, fortalecer a idéia da simetria, a idéia de uma mobilidade equilibrada entre estudantes e docentes brasileiros e estudantes docentes estrangeiros, numa e noutra direção. Esse esforço de cooperação deveria levar a novas modalidades, que são as parcerias entre programas de pós-graduação. Não apenas estabelecer parcerias temporárias entre os grupos, mas estimular diretamente o desenvolvimento conjunto de programas de pós-graduação nacionais com outros programas de excelência para que possamos criar uma malha de formação de quadros altamente internacionalizada. Isso aumentaria o potencial dos professores e fomentaria o compartilhamento da infra-estrutura. No caso da Argentina, por exemplo, o Brasil deveria avançar fortemente nessa direção, reunindo o que temos de melhor na região e criando verdadeiras redes estáveis. Aí teríamos a base para a criação de centros binacionais fortes, capazes de formar grupos de pesquisa e quadros especializados na região de referência mundial. Além do que, acho que ajudaria muito a defender a região da investida da oferta internacional de pós-graduação de qualidade duvidosa. O que se fez no campo da cooperação internacional foi muito expressivo. Mais expressivo ainda porque a resposta das instituições universitárias e dos grupos foi muito boa, mostrando forte interesse nas oportunidades criadas. O papel do Prof. Dick nesse processo foi decisivo, por sua experiência, compromisso com a universidade brasileira e seu engajamento. Os resultados que começávamos a levantar já sugeriam avanços fantásticos em termos da melhoria dos próprios projetos e da facilidade com que os docentes e estudantes atualmente se inserem na dinâmica internacional.

A bolsa típica de estudantes de doutorado nesses programas é a de sanduíche e não mais a de doutorado pleno, que deixa de ter importância na medida em que se aprofundam as relações entre grupos daqui e de outros países. A cooperação com a Espanha, iniciada recentemente, tem se dado de forma muito séria e ajudou no conflito com instituições espanholas que estavam oferecendo, irregularmente, pós-graduação no Brasil.

A cooperação com Portugal tem sido, cada vez mais, vista como importante para Portugal. Na cooperação com a Alemanha, os instrumentos são variados e muito ricos. Surgiu recentemente, a oportunidade de estreitar a relação de grupos do Brasil com novos centros criados em áreas de pesquisa de ponta. Perseguimos com a Alemanha a possibilidade de parcerias nos programas de pós-graduação e deslançamos um novo tipo de cooperação internacional que estimula parcerias entre universidades como um todo, e não exclusivamente na pós-graduação. Essas parcerias universitárias existem hoje com os Estados Unidos, a Alemanha e a França. Esse é um passo que a CAPES dá baseada na própria lição que a pós-graduação nos deu. A pós-graduação teve sucesso, sem dúvida, porque desde o início foi internacionalizada, foi muito exposta ao que se passava no mundo. Ela teve a agilidade de se transformar com muita frequência, por ter a atenção voltada para o que estava acontecendo. A nossa graduação não, até porque a legislação era perversa ao impor currículos mínimos rígidos; era toda bloqueada, burocratizada e não havia chance de mobilidade de um estudante de uma boa graduação para uma outra boa graduação mesmo no país. É preciso quebrar isso tudo. A LDB iniciou a mudança com a quebra do currículo mínimo, mas é preciso fazer mais. É preciso internacionalizar esse debate e as visões da graduação. As parcerias universitárias permitem isso. Já há casos de parcerias sensacionais acontecendo, que deveriam ter mais visibilidade.

A aproximação com a graduação

Nós fizemos dois tipos de movimento que, a partir de certo ponto, alcançaram um volume de ações que já escapavam um pouco da esfera de responsabilidade da CAPES. Essas iniciativas de aproximação da pós-graduação com a graduação deveriam ser, pelo menos, apoiadas por outras fontes de recursos. Isso aconteceu durante algum tempo, mas depois ficou mais difícil. Lembro do Pró-Ciências e do PROIN, que eram programas de envolvimento da pós-graduação com a graduação e com a formação de professores. O Pró-Ciências, num segundo momento, foi financiado com recursos da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, depois disso foi suspenso. O PROIN foi transferido, em 1999, para o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino de Graduação que se estabeleceu na SESu. Esse programa funcionou durante dois anos. Em 2000, ele começou a ter dificuldades na CAPES. Se tivéssemos outras fontes de financiamento, esses programas poderiam ter continuado na CAPES por muito tempo. A questão é que o Pró-Ciências chegou a um investimento anual de cerca de 18 milhões de reais – montante significativo com relação à base de recurso da CAPES – além de não pertencer ao núcleo básico de responsabilidades da agência. Todos foram excelentes programas, com resultados muito bons, e se tivéssemos uma complementação orçamentária – seja no próprio orçamento da CAPES, seja de outras fontes – esses programas poderiam perfeitamente ser mantidos.

O papel dos conselhos

Um dos movimentos de fortalecimento da área de avaliação foi o estreitamento, na própria vida cotidiana da CAPES, do papel dos representantes de área e dos consultores, sobretudo nas definições referentes às medidas e à orientação dos programas de ação. Isso foi bastante

fortalecido ao longo desses últimos anos. Há uma interlocução constante com o Conselho Superior, que se reuniu quatro ou cinco vezes por ano, o que é uma média inédita na CAPES.

O Conselho Superior tem sido muito importante, porque é lá que são discutidos os planos e programas e dele derivam as decisões sobre as novas iniciativas da CAPES e a reestruturação de iniciativas ou programas existentes.

O Conselho Técnico-Científico (CTC) tem desempenhado um papel importante, não apenas porque prepara e homologa a avaliação da pós-graduação, mas também por dois outros motivos: ele é, como representação das áreas, o fórum para o qual são levados os grandes temas de interesse da pós-graduação e as propostas dos programas a serem implementados. Além disso, ele tem funcionado como ponte entre a diretoria e o conjunto das 44 áreas representadas na CAPES. Como é sabido, o CTC é composto, basicamente, de dois representantes de cada uma das oito grandes áreas de conhecimento.

Um capítulo especial em matéria de formulação de políticas diz respeito ao não elaborado IV Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que é uma responsabilidade da CAPES. Quase foi lançado. Por volta de 1996/1997, nós chegamos muito próximos da formulação de um novo plano de pós-graduação. Havia idéias interessantes que acabaram sendo implementadas, mesmo sem o plano. Por exemplo, a idéia de lidar com programas e não mais cursos teve um impacto imediato na avaliação. A própria mudança da avaliação já era considerada naquele contexto e foi implementada. Desde 1998, é feita uma única avaliação para os dois níveis, o que faz todo o sentido, pois na verdade é o mesmo corpo docente com a mesma produção científica. Essa foi uma das idéias importantes. O outro ponto importante, que derivou daquelas conversas, foi a preocupação da CAPES com iniciativas de impacto estrutural sobre o conjunto do sistema da pós-graduação como, por exemplo, o programa de periódicos. A diversificação do modelo da pós-graduação foi outro tema, assim como a preocupação com os desequilíbrios regionais. A CAPES fez bastante neste sentido, mas talvez a melhor iniciativa tenha sido a implantação do Portal de Periódicos.

Eu acredito que duas coisas dificultaram a elaboração do plano. Uma, a crise de 1998/1999 que produziu um cenário orçamentário muito negativo. Houve, pela primeira vez depois de anos, cortes nas bolsas. A CAPES não cortou, mas trabalhou com limites muito estruturados. Seria complicado lançar naquele momento um plano que, teria como grande objetivo a expansão do sistema. Talvez devêssemos tê-lo feito, apesar disso.

O PNPG e as diversas agências

O segundo aspecto negativo importante tem relação com uma grande novidade desse governo. Lembro que em determinado momento tínhamos um documento quase pronto que foi passado para o CNPq e nunca houve resposta. Na época, interpretei esse fato à luz da antiga dificuldade de relacionamento com o CNPq. Hoje, tenho outra visão. O CNPq estava passando por uma profunda transformação, que alterava profundamente a maneira como via suas próprias relações e compromissos com a pós-graduação, e, de fato, o CNPq foi se desvencilhando progressivamente do apoio prioritário à pós-graduação. Isso foi ficando cada vez mais nítido à medida em que à CAPES coube a exclusividade do financiamento. Houve, paulatinamente, a desobrigação de todos os órgãos do sistema do MCT com relação ao programa de periódicos. Até 1994, era um programa que ainda contava com a FINEP, o CNPq, a CAPES e a SESu. A partir de 1995, passou a contar, exclusivamente, com o apoio da CAPES. Em 1995, ainda houve um apoio da FINEP às universidades do Rio de Janeiro – isto já era um sinal de que as agências do MCT se desobrigariam de políticas que tivessem como foco a pós-graduação. O CNPq suspendeu a taxa de bancada e suspendeu a concessão de bolsa para curso novo. Além disso, foi reduzindo as bolsas de mestrado e doutorado. No primeiro momento, a redução parecia, um remanejamento do mestrado para o doutorado. Mais tarde, mostrou-se uma redução numérica global,

ou seja, o CNPq diminuiu em termos absolutos o número de bolsas de mestrado e doutorado, não tendo diminuído o programa de bolsas em geral. Houve, também, a reorientação da concessão das bolsas, resultado do grande esforço realizado para que suas bolsas não fossem mais distribuídas para os cursos, mas sim para os orientadores. O quinto elemento que mostrava que o CNPq estava se distanciando da pós-graduação foi o esforço de recredenciar os orientadores de acordo com os seus critérios, não aceitando mais o processo de credenciamento de orientadores dos programas de pós-graduação.

Se tivéssemos nos dado conta dessa tendência mais cedo, talvez pudéssemos pensar em um novo plano de pós-graduação estruturado, basicamente, a partir das ações da CAPES. Cheguei a propor esta idéia numa reunião do Conselho Superior, quando ficou nítido que a pós-graduação, enquanto tal, restava como foco prioritário de atenção para a CAPES. Era muito difícil, nesse quadro, contar com aportes de financiamento complementares, por exemplo, para sustentar a expansão. A expansão da pós-graduação emergia como um desafio, onde novas equações de financiamento e arranjos institucionais precisavam ser buscados, para que se pudesse estruturar um plano conseqüente para a pós-graduação. O cenário não era propício. Os anos de 1998 e 1999 foram particularmente problemáticos no tocante à execução orçamentária. A percepção de uma nova situação começou a se fazer geral no governo. Chegamos a ficar um pouco eufóricos à medida em que isso começou a acontecer, e, até mesmo, projetamos o orçamento do ano 2003 para o programa de bolsas, de modo a não apenas permitir que a CAPES pudesse enfrentar os desafios básicos da expansão, mas, também, para permitir a abertura de uma discussão absolutamente fundamental que era sobre toda a sistemática de concessão de bolsas. Ora, repensar o programa de bolsas pode ser feito de dois modos. Um, tendo recursos suplementares – o que permitiria desenhar uma estratégia de revisão, de reestruturação da concessão das bolsas pelo conjunto de programas de pós graduação – e outro discutindo os referenciais históricos, voltando a fazer o processo com metas, objetivos e prioridades melhor definidas. Entretanto, se não se tem mais dinheiro, o redesenho da concessão produz grave crise no sistema.

Os recursos são insuficientes para a expansão da pós-graduação. Precisam crescer um pouquinho a cada ano. Para 2003, estamos lutando por PL do orçamento. A despeito disso, é evidente que estamos diante de um cenário que está a solicitar a revisão da política geral da Educação Superior. Apenas 19% de estudantes matriculados nos mestrados têm algum tipo de bolsa do sistema federal. O percentual já foi de 36% em 1995 e 1996. No doutorado, tínhamos 42% dos alunos com bolsas e, hoje, estamos com menos de 33%. Acirrar a competição por essas bolsas pode descambar numa espécie de luta fratricida. É preciso também, nesse contexto, discutir se a concessão e os mecanismos de apoio devem ser idênticos ou não para as atividades acadêmicas e as atividades profissionais não acadêmicas. Essa é uma discussão fundamental, sobretudo, porque os dados mais recentes publicados a partir de pesquisas encomendadas pela CAPES têm nos mostrado o seguinte: em várias áreas, um percentual significativo dos egressos do mestrado se dirige às atividades profissionais. Sendo assim, o financiamento desses cursos não deveria seguir outro caminho? Eu penso que não dá para evitar a discussão, só que - pelo fato de a conjuntura orçamentária ser muito negativa - a nossa pós-graduação é visivelmente profissional em muitas áreas, mas estas foram obrigadas a repetir o mesmo padrão de organização e crescimento das áreas predominantemente acadêmicas. Hoje, forma-se também para os mercados não acadêmicos que estão em expansão.

Foi um grande prazer trabalhar na CAPES, com todas as pessoas que compõem o quadro de funcionários e a diretoria. Evidentemente, se começássemos de novo, eu faria de modo diferente algumas coisas. De qualquer modo, tenho motivos suficientes para manifestar minha satisfação e gratidão. Acredito que ajudamos a pós graduação a crescer e a se aprimorar. Penso ainda que os instrumentos de avaliação e a própria avaliação foram componentes fundamentais desse processo. Conseguimos estabelecer com as universidades um diálogo que as ajudou a olhar de maneira diferente para seus respectivos programas de pós-graduação. Provocamos as universidades com as iniciativas na área da cooperação internacional. A nossa pós-graduação e as universidades em geral precisam se expor ao julgamento da interação internacional. A democratização do acesso à informação científica que se conseguiu com o Portal é sensacional

e terá, sem dúvida, enorme impacto na formação do pós-graduando e no desenvolvimento da pesquisa nacional. Percebo que houve avanços muito importantes, muito significativos. Não tenho temor de que a CAPES sofra descontinuidade, nem por dinâmica interna, nem por pressões externas. A CAPES, hoje, está ancorada nos próprios representantes de área e na quantidade enorme de acadêmicos que participam das suas atividades. Isso dá estabilidade. Atualmente, a CAPES talvez seja a agência de apoio às atividades da universidade com a qual a comunidade mais se identifica. Há uma identificação muito forte, que é traduzida na sensação de que a comunidade acadêmica conta com a CAPES e isso é uma garantia para todo o sistema de pós-graduação.

É preciso avançar em um cenário mais favorável em matéria de recursos, o que vai impor a elaboração de um plano. Também, é preciso reconhecer que há coisas que precisam continuar e outras que precisam ser reformadas. O importante é que se faça as transformações da CAPES, não perdendo de vista a responsabilidade que a CAPES tem com o sistema de pós-graduação. A CAPES não é uma instituição que possa trabalhar com rupturas. A universidade é uma instituição complicada, é lenta algumas vezes, mas ao mesmo tempo é capaz de dar respostas sensacionais, quando corretamente desafiada. É claro que as mudanças da CAPES precisam refletir mudanças da universidade e, ao mesmo tempo, precisam induzir mudanças na universidade. Este processo de desafios mútuos recomenda o incrementalismo na produção de mudanças.

Luiz Valcov Loureiro

Diretor de Programas (1997- 2002)

Cheguei a Brasília por razões familiares. A CAPES me atraiu em especial por ser uma instituição mais enxuta e ágil, com mais espaço para desenvolvimento profissional. Por intermédio da Profa. Ângela Santana, procurei Prof. Abílio Afonso Baeta Neves que me acolheu na agência. Isso era março de 1995.

Comecei trabalhando na Coordenação de Estudos com Fernando Spagnolo, onde ajudei a elaborar relatórios sobre a situação da pós-graduação. Esta atividade foi muito útil para começar a ganhar entendimento sobre o que é a pós-graduação, pelo menos sobre seus aspectos quantitativos. Acabei por me envolver em um programa da área de engenharia, do ensino de engenharia, devido minha formação de engenheiro e pela atividade como professor da Escola Politécnica da USP. Ricardo Martins, que era o Diretor de Programas, convidou-me em março de 1996 para ocupar a Superintendência de Programas no País que estava vaga. Em janeiro de 1997, com a saída do Ricardo da CAPES, Prof. Abílio convidou-me para assumir a Diretoria de Programas.

Necessidade de diferenciação dos programas

Estava há nove meses na superintendência quando assumi a diretoria. Num primeiro momento, um pouco longo para meu gosto, busquei entender o que era aquela infinidade de programas que havia na ocasião. Percebi naquela oportunidade que havia um número muito grande de programas, mas que não contemplavam as necessidades do sistema, ou seja, não havia uma diferenciação com vistas ao atendimento das necessidades específicas da clientela. Havia muitos programas, mas com superposição. Essa foi a primeira preocupação: eliminar as superposições. Sendo assim, modificamos a Demanda Social para evitar um PICDT, linha que existia dentro da Demanda. Iniciamos o processo de diferenciação para atendimento da clientela com os programas de qualificação institucional, desmembrando o programa existente, Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico (PICDT), para atender as instituições particulares. Parecia óbvio que tinha de ser feito pois as necessidades dessas instituições eram diferentes, a relação com os professores era de outra natureza e completamente diversa daquela existente nas instituições públicas. Assim, começamos a separar e criamos programas mais adaptados a esses dois grandes grupos, instituições públicas e instituições privadas. Progressivamente, fomos fazendo a mesma coisa na Coordenação de Desenvolvimento Setorial, em que havia o grande programa da Demanda Social e começamos a diferenciar lá também. Num primeiro momento, a diferenciação foi também entre público e privado; em seguida, dentro do setor público. Começou-se não tanto a diferenciar, mas a tentar alternativas para o consagrado programa de Demanda Social, como o programa de fomento à pós-graduação (PROF) que nos parecia, e continua parecendo, a alternativa, mais moderna de financiamento da pós-graduação, sobretudo nas instituições mais qualificadas.

Essas mudanças tinham o objetivo de atender às especificidades das clientelas do setor público e do privado e construir instrumentos mais adequados e eficientes para que tudo funcionasse melhor. Eu acredito que os programas estão muito mais adaptados ao atendimento de seus objetivos e eficientes do que no passado. Na Demanda Social, que com a separação dos dois grandes grupos público e privado, foi possível fazer modificações com vistas ao melhor atendimento. No tocante ao Desenvolvimento Institucional, eu diria a mesma coisa. Ainda é cedo para se poder fazer uma avaliação mais precisa, mesmo porque apenas recentemente fizemos a outra modificação importante, que foi a extinção do PICDT, e a formatação de programas voltados para as instituições públicas que financiam projetos departamentais de qualificação. Todas as ações que foram feitas na diretoria – e aí eu digo, não só nos programas do País, que é que nós falamos até agora, mas também nos programas de bolsas para o exterior – representaram

um enorme esforço de reestruturação dos instrumentos para adequá-los à realidade que temos hoje. Diria que foi um evento importante na nossa história, esse de ir cortando, ir tirando muitas bolinhas de árvores de Natal, muitas superpostas, muitas outras envelhecidas. Tentou-se flexibilizar o que dava e atender as novas demandas.

A extinção do PET na CAPES

Por conta disso, até tomamos uma medida que foi muito questionada naquele momento, que foi a extinção do Programa Especial de Treinamento (PET) que era, vamos dizer, uma versão CAPES de algo análogo à Iniciação Científica, do CNPq. Foi uma enorme confusão. Tivemos diversos percalços, porque tínhamos um diagnóstico que era o diagnóstico da Diretoria. Quando eu falo da Diretoria, falo da diretoria ampliada, Diretoria Executiva, as diretorias mais a presidência. Houve um diagnóstico da enorme dificuldade de se expandir o programa e da questionável eficácia do ponto de vista de impacto na graduação. Para nós estava muito claro isso e tomamos essa decisão. Pedimos duas avaliações, só que de uma forma talvez não suficientemente clara, pois acabaram avaliando o programa pelo programa, ou seja, o mérito do programa em si. Mas a nossa preocupação não era essa. Nossa preocupação era a *accountability*: em que medida esse programa promove, provoca, atinge os objetivos no entorno, e isso não conseguimos saber com as avaliações. Não seu foco. Desse modo, tomamos a decisão de extinguir o programa, o que causou uma enorme mobilização das pessoas que estavam envolvidas com ele na comunidade acadêmica. O programa acabou indo parar na SESu e está lá até hoje, um pouco modificado, eu diria um pouco abandonado também, porque não sei se a SESu tem os meios para fazer um acompanhamento como a CAPES fazia, nem se tem a capacidade de mobilizar a comunidade científica para ver se os grupos estão andando como deveriam. Isso foi uma modificação importante que nós fizemos e que foi bastante conturbada, mas eu acho que foi acertada.

Diga-se de passagem, o PET está onde ele está porque houve uma fortíssima mobilização por parte das pessoas ligadas ao programa que conseguiram emendas no Orçamento destinadas ao programa, o que é uma coisa surpreendente. Mas não me espanta muito, porque realmente estavam muito mobilizados; até o formato do programa propiciava esta mobilização. Do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Ministério da Educação, temos um problema de 2,5 milhões de estudantes de graduação em cerca de 10 mil cursos. No PET, tínhamos 300 grupos distribuídos em 300 cursos, de uma forma extremamente questionável, a um custo exorbitante. Para nós continua ainda por ser definido um instrumento mais adequado para se ter realmente um impacto na graduação. Na gênese desse programa, criado por Cláudio de Moura Castro, havia o pressuposto de que precisava-se criar na graduação instrumentos que possibilitassem o surgimento de nichos de excelência porque a graduação caminhava para a massificação. Isso foi em 1979. Passaram-se quase 30 anos, e a massificação ainda está por acontecer. Ainda não houve massificação, se não, nós não estaríamos com esses números pífios que aí estão. No ensino público não houve massificação alguma, e aí estavam 90% dos atendidos pelo programa. Era um luxo dentro do quadro que nós estávamos vivendo.

Criamos alguns programas que foram muito importantes e que iam exatamente nessa direção de integração da pós-graduação com a graduação. Dentre eles, destaca-se o que chamamos de PROIN, um programa que com menos recursos do que o PET mas com enorme potencial. E, de fato, muitas coisas aconteceram porque ele buscava gerar produtos transferíveis de impacto muito maior, ou experiências transferíveis, sempre envolvendo a pós-graduação com a graduação. A pós-graduação cresceu de costas para a graduação. Frequentemente, temos pós-graduações da melhor qualidade convivendo com graduações de qualidade muito questionável. Muitas são ruins mesmo e isso não é tão infrequente assim. O programa buscava exatamente isso, dotar o sistema de instrumentos que pudessem transferir essa qualidade, que ao longo de anos conseguiu-se desenvolver na pós-graduação, para a graduação, produzindo produtos e

experiências que pudessem ser transportadas. Funcionou por quatro anos. As avaliações mostram que os resultados foram extremamente positivos.

O Proin e o Pro-Ciências

O PROIN acabou. Por um lado, os recursos foram sendo reduzidos e, por outro, foram definidas outras prioridades. Era o tipo do programa que tem que dar um tempo, não dá para você ficar imaginando que vai ter pessoas interessadas em trabalhar nesse tipo de experiência indefinidamente. Eu penso que hoje, talvez, seria o momento de retomar um programa dessa natureza, com o mesmo objetivo, já que se passaram três anos desde que o interrompemos. A avaliação dele é a melhor possível, gerou coisas muito boas e acredito que ainda tem um grande potencial. Até um certo distanciamento é bom, pois agora a gente parte de uma base muito mais segura para fazer coisas melhores no futuro. Talvez fosse bem interessante discutir a retomada de um programa como esse, ou de alguma coisa similar, para envolver a pós-graduação com a graduação.

Outro programa que também não atinge diretamente a graduação, mas acaba tendo um impacto sobre ela, é o programa de treinamento de professores de ciências e matemática do ensino médio, o Pró-Ciências. Esse programa partia do diagnóstico de um analfabetismo científico dos vestibulandos facilmente detectável analisando os resultados de vestibulares. Fica evidente, também, a constatação de uma grande base para o desenvolvimento de treinamentos nessa área, tendo em vista que o SPEC - programa de ensino de ciência do PADCT - formou muita gente para o ensino de ciências na pós-graduação, e que faltavam os instrumentos para a implementação. A idéia era mobilizar a comunidade do ensino superior para o treinamento de professores de ciências e matemática do ensino médio. Esse programa, num primeiro momento, foi financiado pela própria CAPES. Havia disponibilidade para isso. Num segundo momento, foi financiado com recursos do FNDE. Em um terceiro momento, os recursos vieram da própria Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico - SEMTEC dentro de um convênio grande com o BID pela melhoria do ensino médio. É um programa que financia cursos de treinamento de 180 horas e faz fomento, mas que tem como objetivo estratégico mobilizar a universidade para que ela qualifique os professores do ensino médio e pare de reclamar de alunos muito ruins, mesmo com o duro crivo do vestibular. Esse programa treinou 50 mil pessoas, ao longo de três anos, mas ele teria de atender algo em torno de 120 mil professores. Fomos bem longe até, mas é algo que deve ter um caráter permanente. Nós modificamos sua forma de operação: no começo, fizemos algo que fazia sentido, a saber, descentralizar os recursos para as secretarias ou fundações de apoio à pesquisa dos estados. Por que isso e não as secretarias de educação? Porque são as secretarias de C&T que têm capacidade de mobilizar o ensino superior. A gente acabou acertando. Isso foi uma indicação, uma experiência da Fundação *Vitae*: possuía um programa parecido com esse em meados dos anos 1990 e constatou que com as secretarias de educação nada acontecia, que era uma dificuldade muito grande. Isso funcionou, agora está na SEMTEC com os problemas que a SEMTEC tem, como lidar com a secretarias de educação. O que a gente fez nesse último ano? A pedido da SEMTEC, mobilizamos parte da comunidade para apresentar projetos para a CAPES. Nós vamos encaminhar a lista dos projetos analisados para as secretarias de educação que estão com o dinheiro para essa finalidade. A CAPES faz a seleção e apresenta essa relação para as secretarias que executam se entenderem que é o caso. Algumas fizeram e outras não. Não é de espantar, tendo em vista que a gente está lidando com as secretarias de educação, que têm uma dinâmica própria.

O financiamento da formação no exterior

O número de bolsas no exterior varia hoje entre 1.300 e 1.500. Ao longo desses oito anos, houve, sem sombra de dúvidas, mudanças importantes. O programa de bolsas tem se mostrado um programa relevante e continua a fazer sentido, apesar da forte consolidação do sistema. Não dá para imaginar uma comunidade desse tamanho - com aproximadamente 120 mil estudantes na pós-graduação toda, tendo em torno de 40 mil doutorandos - não tenha instrumento algum de internacionalização. O balcão de bolsas é o instrumento que permite alguma internacionalização dos programas de pós-graduação, juntamente com os programas de cooperação internacional. Assim, ele tem um lado de balcão ao qual as pessoas vão por iniciativa própria buscar essa oportunidade, e serve também como repositório de bolsas de doutorado, pós-doutorado, de doutorado-sanduíche para os programas de cooperação internacional e para os programas de pós-graduação. Nós conseguimos manter uma certa estabilidade nos programas, o que é uma imensa vitória, porque tudo é em dólar e a mantivemos nesse patamar em todos esses anos, ao passo que outras agências fizeram reduções drásticas. Hoje, a CAPES é responsável por dois terços dos bolsistas no exterior. Nós mantivemos o número de bolsas por entendermos que é importante. O doutorado pleno está do mesmo tamanho: a CAPES concede 200 bolsas novas a cada ano, e mantém 800 bolsistas de doutorado no exterior. Para falar do doutorado pleno, temos hoje o seguinte perfil: aluno de excelência com projeto de excelência, em instituição de excelência. Cada vez é mais difícil ir para um doutorado pleno no exterior, isso não é intencional, mas o nível que o candidato tem que ter é cada vez mais elevado por conta da consolidação da pós-graduação brasileira. Sob esse aspecto, nós buscamos valorizar o nosso ativo, que é o estudante, tentando reverter isso em economia de recursos para a CAPES e em uma melhoria acadêmica. A CAPES estava gastando muito dinheiro nas taxas – quanto melhor a instituição, mais caras são as taxas – e tínhamos certeza que os bolsistas estavam em instituições de primeiríssima linha, MIT, Harvard, para falar das americanas. O que se percebia era o seguinte: fazia sentido para nós tentarmos valorizar esse estudante, - “nós estamos lhe mandando o que temos de melhor, são os melhores estudantes brasileiros e eles valem alguma coisa”, - conseguir algum *cost sharing*, compartilhamento de custos com as instituições americanas. Começamos a fazer isso por intermédio de uma organização americana que faz a alocação de estudantes no exterior. Mesmo porque, a CAPES jamais teria capacidade de ter entrada em cada faculdade para dizer: “olha, está aqui o meu estudante”. Essa experiência começou, fizemos um piloto com duas organizações para fazer como se fosse uma licitação, e a qualidade e o acompanhamento das duas eram absolutamente compatíveis. Optamos pela mais econômica. O fato é que hoje os candidatos a doutorado pleno nos Estados Unidos fazem a demanda para a CAPES, e ela é responsável pela apresentação das candidaturas nas instituições indicadas por estes estudantes. Antigamente, era o estudante o responsável, sendo freqüente o sujeito dizer: “eu quero Harvard, Yale e Princeton”, e tinha de ir para instituições de qualidade muito inferior. A CAPES submetia às comissões, que tinham uma atitude variada com relação a isso. Agora o candidato diz para onde quer ir e a gente vai lá apresentar a candidatura, dizendo, “olha, esse sujeito é sensacional! de quanto você me reduz as taxas?”. Como o valor individual é considerado, a CAPES tem conseguido uma melhor inserção acadêmica e uma redução de custo. É certo que a gente não entrou em regime, mas chegando, poderemos economizar anualmente até US\$ 400 mil. Mas desde o primeiro ano estamos no azul e com efetivo acompanhamento, porque essa organização faz o nosso papel perante as instituições, além de dar um apoio aos estudantes. Isso para falar do doutorado pleno. No tocante ao doutorado-sanduíche, houve uma mudança significativa. Nós tínhamos dois instrumentos: bolsas institucionais e balcão. Antes, os cursos com nota mais alta tinham uma certa cota de bolsas sanduíche e podiam distribuí-las entre os seus alunos. A gente institucionalizou de vez isso, colocou essa distribuição nas mãos das pró-reitorias, tirou dos programas. Os programas com notas 5, 6 e 7 têm uma cota por ano, mas você pode dar tudo para um e nada para outro. Esse instrumento tem sido usado intensamente por quem têm as cotas. Isso para nós é importante sob vários aspectos. Ele maximiza a utilização do recurso, não tem mais essa de ir para fora por 12 meses, porque não tem o que fazer por 12 meses. Geralmente, nessas universidades, não se consegue achar sequer um vigia nas férias. Então, como as pró-reitorias têm um certo número de mensalidades/ano, podem distribuí-las entre os alunos que vão no período efetivamente acadêmico. Está muito mais racionalizado por ser administrado por cada

uma das instituições que têm a liberdade de, se for necessário, deixar o bolsista ficar mais um pouco. É um sistema contábil simples: as instituições possuem um certo número de mensalidades e têm de usá-lo dentro do ano, o que racionaliza muito mais. Uma coisa muito simples e que tem mostrado grandes resultados.

O balcão do doutorado-sanduíche ficou reservado a quem solicita direto para a CAPES - candidatos que estão num curso 3 ou 4, e aqueles que estão num curso 5, 6, e 7 mas que não têm disponibilidade porque tudo já foi usado. O que a gente tem visto é que o programa de balcão tem baixado fortemente e o outro (o PDEE ou sanduíche institucional) está subindo. Nós temos sido muito pró-ativos no tocante ao pagamento das taxas para os sanduíches e temos conseguido assim resultados muito interessantes porque só homologamos o resultado, e aí vem uma previsão de custo. Como estamos com toda experiência do doutorado pleno, sabemos com clareza o que é razoável e possível de conseguir de desconto ou redução e o que não é. Com isso, temos conseguido coisas com muita facilidade, significativas reduções, e, muitas vezes, os próprios orientadores desses alunos prontificam-se a intermediar com seu colega para conseguir reduções de taxas e, enfim, de custo. Essa foi uma mudança significativa.

No tocante o pós-doutorado, as modificações foram de natureza administrativa e com o intuito de simplificar e desburocratizar. Nós tratávamos essas bolsas de curta duração como se fosse uma bolsa de doutorado pleno. Vinha todo o pacotinho que vem normalmente: passagem para dependente, adicional de dependente, diferenciação de acordo com a eventual remuneração. Na verdade, para uma bolsa de um ano, nós achamos que não se deve levar ninguém. Para executar esse projeto, nossa relação é com o bolsista. Nós incluímos na bolsa esses penduricalhos. Jogamos tudo para dentro dos gastos, mas simplificamos a vida do bolsista e a nossa. Pronto, ele tem o dinheiro e o usa como quer em um ano – tem de executar lá o projeto e voltar. No sanduíche era a mesma coisa. Era de uma ineficiência brutal e foi corrigida.

A demanda pelo pós-doutorado tem aumentado, e mais uma vez foi resultado da crescente internacionalização e da consolidação da pós-graduação. Nós até gostaríamos de ampliar mais, no entanto, isso passa por recursos. Dessas três opções que nós temos – de doutorado pleno, doutorado-sanduíche e pós-doutorado –, eu acredito que onde caberia algum ajuste seria no pós-doutorado; por termos uma comunidade para lá de expressiva, caberia uma ampliação. Falta também algum espaço para, no correr do tempo, institucionalizar mais essas atividades, mesmo no pós-doutorado. O pós-doutorado continua sendo uma decisão mais individual e a gente aceita esse tipo de iniciativa quanto mais sênior é a pessoa, o que lhe proporciona uma autonomia adicional.

Fomento

O fomento da CAPES, para falar em termos orçamentários, vinha numa única rubrica e teve uma abertura que foi a do programa de periódicos. Tinha que ser assim porque o programa de periódicos tem chegado sempre em torno de R\$ 50 a R\$ 60 milhões, o equivalente a algo como US\$ 20 a 22 milhões por ano. Então, houve essa separação. No tocante ao fomento propriamente dito, ao longo dos oito anos, houve diversas mudanças. Aparentemente, houve enxugamento, mas, se você somar, não houve; a gente repartiu. Talvez o fomento devesse ser maior. Pelo fato de mais do que nunca a CAPES ser a agência que financia a pós-graduação, caberia ter recursos adicionais para financiar mais institucionalmente a pós-graduação. É bem verdade que o fundo dos fundos, o fundo de infra-estrutura, deveria, em certa medida, suprir esse tipo de necessidade. Contudo, isso acontece apenas às vezes. A forma como a CAPES distribui a verba de fomento é mais eficiente do que o fundo dos fundos. O fundo dos fundos deveria parar na CAPES e ela distribuí-lo. Parece-me que seria o mais sensato, porque nós temos critérios de avaliação e todas as informações das necessidades de infra-estrutura do sistema por conta da avaliação. Ou seja, a CAPES tem condição de fazer isso com toda a segurança e tranquilidade, sem onerar mais uma vez o sistema, com solicitação de projetos, análise e avaliações. Isso vai

sobrecarregar mais uma vez a comunidade - de um lado, aqueles que apresentam projetos, do outro, os que avaliam os projetos - o que não faz muito sentido.

Os projetos regionais

Quando assumi a diretoria, havia o Programa Norte de Pós-graduação, e a Secretaria Executiva deste programa era na Capes. Tentamos dar um novo impulso nesse programa descentralizando mais uma vez os recursos a exemplo do que aconteceu no Pró-Ciências, mas fizemos isso apostando que os nossos parceiros nos estados fossem alavancar recursos localmente. Isso aconteceu infelizmente numa pequeníssima minoria. As honrosas exceções forma a Bahia e o Paraná. Além disso, o modo de operação foi muito complicado, pois era cheio de comissões e discussões e não avançava. Cada um querendo se apropriar do programa, tudo muito complicado. Eu acho que o saldo não foi lá muito positivo. Nós imaginamos que a melhor forma de atuar, daqui para frente, é colocar recurso, mas inverter o sentido: a contrapartida é nossa. Na medida em que o estado apresenta uma proposta com recursos disponíveis, a Capes coloca suas verbas. Nossa atitude de confiança com relação aos parceiros estaduais acabou não se revelando lá muito certa, porque os compromissos não foram honrados.

No Nordeste se fez muito, mas acabaram virando cursos de pouco impacto. E cria-se o dilema usual. Ou você corre o risco e assume que tem de fazer um investimento, mas isso na expectativa de que ele tenha continuidade ao longo do tempo para fazer a diferença, ou sempre vai ficar na dúvida se não deve ir pulverizando. É uma equação de difícil solução. Concordo quando o Prof. Abílio fala que o melhor é inverter e passar a iniciativa aos estados. Talvez não no Norte, que deve ser tratado como exceção. Não estamos mais num estágio que exija uma intervenção central ou federal para a redução das disparidades regionais. Eu acho que a gente pode convidar os estados e dizer: “olha, se vocês fizerem alguma coisa, a gente vai junto”. Por aí faria mais sentido, pois na hora que a gente inverte a equação sai errado.

O PROCAD

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD foi um programa que aconteceu em 2000 e 2001 e financia cinquenta e poucos projetos. Talvez seja o único programa do gênero a ter uma avaliação muito positiva, ainda que dependa de uma reavaliação, ou uma avaliação final, agora no fim de 2003. Mas os depoimentos que a gente colhe aqui e acolá indicam que é algo muito promissor do ponto de vista do desenvolvimento da pós-graduação. Não só da pós-graduação consolidada, mas daquela por consolidar. Até mesmo os programas de qualificação de docentes que a gente apoia hoje são sempre feitos em cima de projetos de cooperação em rede, instituições consolidadas e por consolidar. Essa circulação de alunos e, em certa medida, de docentes tem se mostrado extremamente positiva. É algo que deve ser continuado. Não é algo que você possa fazer em caráter permanente todo ano. A capacidade do público de responder satisfatoriamente a isso não é tão grande que justifique um programa em que todo ano haja chamada. Tem de ser feito sazonalmente. Essa seria a recomendação para esse tipo de programa.

Uma revolução definitiva: O Portal de Periódicos

Falar no Portal de Periódicos me faz sempre lembrar daquela história do ideograma chinês de crise ser igual a oportunidade. Na realidade, foi uma conjunção feliz de alguns fatores. Primeiro foi a crise, durante a qual houve um corte no programa de periódicos onde a Capes comprava todo o papel, fazia licitação e distribuía. A CAPES comprava e as instituições não recebiam dos livreiros, reclamavam para nós – uma triangulação complicadíssima e de uma ineficiência atroz; mas não havia alternativa na época. Antes da grande crise, em 1997, chegamos a conceber um projeto de centros de referência regionais, que seriam depositários das coleções que ficariam certamente em algumas universidades que já tivessem uma coleção – um acervo significativo –, e depois investiríamos na comutação. Mas além de isso ser muito complicado, faltava dinheiro. Houve a crise, o dinheiro foi cortado para menos da metade, e fomos duramente criticados durante um ano. A comunidade tinha toda razão porque acesso à informação é insumo básico para quem quer fazer pesquisa de qualidade e o mínimo que se espera é que não se reinvente a roda – o que muito facilmente acontece dada a velocidade com que as coisas acontecem hoje. Aí, o que ocorreu foi que as coisas começaram a acontecer. Primeiro, graças ao empenho do Prof. Abílio e da sensibilidade do Ministro Paulo Renato, o dinheiro apareceu. Começamos a equacionar a questão do financiamento repriorizamos de novo as coisas aqui dentro da CAPES e conseguimos juntar uma quantia para retomarmos o programa. Evidentemente, não cabia mais retomar o que era antes; o estrago estava feito, o pessoal tinha passado sem nada por dois anos. Havia clima para a gente dizer. “Olha, nós vamos ter de mudar”, e assim fizemos. A partir de então seria publicação via eletrônica, democrática, universalizadora, atendendo de norte a sul, de leste à oeste e a todos. Fizemos isso com muito receio, porque naquela ocasião a infra-estrutura local da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) era razoável, mas a ligação para o exterior, onde estavam todas as nossas fontes de informação, era precária. Começou devagarzinho; em meados de fevereiro de 2001 – não faz tanto tempo assim – aumentamos a velocidade do *link* para o exterior e foi como se estivéssemos diante de um dique que se rompe. As pessoas começaram a ter acesso mais rápido e as coisas começaram a acontecer. O Portal foi lançado pelo ministro Paulo Renato em novembro de 2000. Em fevereiro de 2001, a RNP passou de 16 para 155 Mbps. Enfim, as pessoas começaram a usá-lo intensamente, e a gente disponibilizava e continua disponibilizando conteúdos crescentes. É um acervo que hoje está em torno de 3 mil títulos, 13 bases referenciais. É fato que ainda existem áreas que não estão cobertas, e áreas que estão cobertas de forma precária, como as humanidades. Agora, é importante ter presente que isso não acontece porque a CAPES quer assim, e sim porque é extremamente segmentada a oferta de periódicos nessas áreas. Temos um editor, uma revista, outro editor, mais três revistas, e para a CAPES comprar uma ou mil, o trabalho é o mesmo e as exigências também. Do ponto de vista de trabalho, existe a disposição de fazer todo o trabalho que for necessário. Muitas vezes, o editor não está disposto a vender e atender toda as exigências que as normas e a legislação impõem a ele. A disposição do editor é proporcional ao tamanho do contrato. Isso vai merecer um tratamento muito particular. E eu antevio que o caminho para uma cobertura satisfatória vai ser lento por conta dessa característica. O Portal vai integralizar, em 2002, cerca de 5 milhões de artigos baixados, que são números atendendo a 97 instituições no Brasil todo, ou seja, a CAPES está disponibilizando 3 mil títulos, tanto no Acre quanto em São Paulo. Isso é maravilhoso do ponto de vista distributivo, de contribuir para a redução das disparidades. Isso é sensacional, e para mim é o instrumento mais efetivo de combate a essas tais disparidades no âmbito da pós-graduação. É realmente muito importante.

O crescimento da pós-graduação e seu financiamento

Desde 1997, antes da crise de 1998, nós já tínhamos um diagnóstico de que precisávamos reformular ou reestudar a estrutura de financiamento da pós-graduação. Estava claro para nós e foi ficando cada vez mais que havia uma mudança em curso no perfil de atuação das agências de fomento em geral. O que se observa hoje é que o CNPq se tornou mais do que nunca uma

agência de financiamento à pesquisa, e só! Financiando a pós-graduação, e financiando-a institucionalmente, só restou a CAPES. Quando se observa o número de bolsas, essa mudança de perfil tem impactos dramáticos na pós-graduação e na CAPES, na medida em que o CNPq teve o seu número global de bolsas de mestrado praticamente reduzido pela metade. As de doutorado ficaram mais ou menos estabilizadas, com aumento discreto. E foi difícil se fazer entender dentro do governo, que isso estava acontecendo e que quando a CAPES fala de bolsa, fala de bolsa de mestrado e doutorado e nada mais. Ao passo que as outras agências, quando falam de bolsa, se referem a um leque muito maior em que as de mestrados e doutorado têm um papel decrescente. É até curioso observar que o número de bolsas que o CNPq dá, incluindo as bolsas de pesquisa, de IC, está aí num montante de 40 mil bolsas. As de mestrado e doutorado somam alguma coisa como 12 a 13 mil bolsas. A CAPES concede 23 mil de mestrado e doutorado. Hoje nós somos responsáveis por quase dois terços das bolsas que estão no sistema. A CAPES entrou em um processo de reestruturação, eliminando programas, redirecionando recursos até construir, enfim, a estrutura atual de financiamento. Junto com isso, o que se observa, por razões variadas, é uma expansão exponencial da pós-graduação. Essa expansão se dá de dois modos: uma expansão vegetativa, que é a expansão dos cursos que já são financiados pela CAPES e uma outra expansão, por meio da oferta de novos cursos em novas instituições, ou de instituições que já têm espaço dentro da pós-graduação. Essas duas expansões, extremamente virtuosas do ponto de vista da pós-graduação, pressionam constantemente o financiamento. A situação criada pela expansão do sistema e pela mudança da forma de atuação do CNPq merece uma reflexão sobre como dar continuidade ao financiamento do sistema de pós-graduação. Acredito que uma das alternativas possíveis passa por uma diferenciação do financiamento. Nós dificilmente vamos ter uma conjuntura em que se possa imaginar uma expansão orçamentária na CAPES que contemple a totalidade da expansão com a pós-graduação. Mesmo se nós diminuíssemos o impacto da mudança de forma de atuação das agências de fomento, a CAPES, sozinha, dificilmente conseguirá absorver a expansão da pós-graduação.

Hoje o orçamento da CAPES é de R\$ 540 milhões. O Portal de Periódicos, sozinho, consome quase R\$ 60 milhões. Sendo assim, como é que a gente vai equacionar esse problema, já que o orçamento não cresce 10%, 15% ao ano e a pós-graduação cresce mais que isso. Acredito que a solução passa por uma diferenciação que seria o seguinte: a CAPES está aí para elevar a qualidade do ensino superior por intermédio da elevação geral da qualidade, da titulação do corpo docente. Nós vamos passar a financiar cada vez mais apenas as pessoas que têm esse viés acadêmico, ou que fizeram, ou pretendem fazer essa opção por uma atuação mais acadêmica. Eu penso que é uma alternativa, não digo a única, porque certamente há outras, mas uma que me parece válida, é a diferenciação por área. Os estudos feitos por nós nos últimos anos mostram que faz todo sentido essa diferenciação, sobretudo no mestrado. Fica muito difícil, por exemplo, explicar que a CAPES financia mestrados em administração, onde apenas 20% ou 25% dos indivíduos vão para o doutorado. Então, como mestrado em administração para o ensino superior hoje não vale nada ou quase nada, a gente pergunta para quê? Para diferenciar a inserção do indivíduo no mercado, não faz sentido ter um programa de governo. Programa de governo para financiar qualificação com vistas à inserção acadêmica é outra coisa.

Concluindo

Sobre essa gestão que está se encerrando posso dizer que ficamos tanto tempo que dá até para errar e corrigir os erros – o que é muito bom. Se eu pudesse resumir em poucas palavras o que foram esses anos, diria que foi extremamente positivo do ponto de vista da modernização da agência que financia a pós-graduação. Isso foi uma conquista, e ninguém se questiona com relação a isso. Do ponto de vista operacional, administrativo, a CAPES é exemplar. Já era e continua sendo cada vez mais moderna, flexível e ágil. Tem sempre feito um enorme esforço para atender com os instrumentos mais adequados à demanda. Tem tentado também mostrar para a comunidade que os programas não são para sempre. Em que pesem todas as dificuldades de administrar isso, é importante mostrar que as coisas podem e devem mudar se for para melhor.

Ou seja, que programas fazem sentido num momento e no seguinte, não fazem mais e devem ser recriados para uma nova realidade. Isso é muito importante porque nossa comunidade, até por razões perfeitamente compreensíveis, reage negativamente a essa situação. Mas a CAPES deu inúmeras demonstrações de que é possível fazer isto responsavelmente. A gente faz por entender que está mudando para melhor, por isso os programas têm começo, meio e fim e acabam tendo de ser repensados em novos horizontes e novas bases. Eu percebo que o avanço da CAPES, no tocante à avaliação, foi enorme. Foi uma grande conquista a diferenciação que houve, tanto para os cursos que não são tão bons quanto para os bons. A identificação dos excelentes e os excepcionais foi fundamental, assim como esse esforço para uma maior compatibilização ou homogeneização de critérios de avaliação – sempre respeitadas as diferenças entre as áreas. Há um denominador comum, quando se fala em produção intelectual, produção de conhecimento e de formação de pessoal que permite partir desse patamar para a construção de critérios mais homogêneos e que estes sejam comparáveis – que eu francamente espero seja preservado.

Para concluir, não poderia deixar de dizer que só foi possível tornar realidade tudo que fizemos graças ao apoio incontestado dos funcionários da Capes que são um exemplo de dedicação, comprometimento e profissionalismo.

Adalberto Vasquez

Diretor de Avaliação (1997 - 2002)

A chegada na CAPES

Depois de cerca de trinta anos atuando exclusivamente como pesquisador e docente em física na UFRGS, achei que era hora de dedicar-me à área de administração em ciência e tecnologia. Então, progressivamente, participei de órgãos colegiados, assessoria acadêmica na UFRGS e outros. Em 1991, fui nomeado diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul Fapergs, na qual permaneci até início de 1997, quando recebi convite do professor Abílio para assumir a Diretoria de Avaliação da CAPES.

Eu era um típico representante da comunidade avaliada, já que, como coordenador de curso, recebia as avaliações da CAPES, pouco interagindo com o processo propriamente dito. Como diretor da Fapergs, já participava do Grupo Técnico Consultivo (GTC) da CAPES. Como membro da comunidade, emitia pareceres e fazia visitas a cursos. Minha compreensão da avaliação era como de algo feito e estabilizado de fundamental importância para esse nível de ensino. Porém, faltava-me mais informação e compreensão do processo em si e de sua extensão para as outras áreas que não apenas a física. Em 1997, estávamos às portas de outra avaliação bienal, aquela de 1998. Num prazo muito curto, necessitei me familiarizar com todos os procedimentos utilizados e com aqueles já planejados pela diretoria anterior, ou seja, com todos os procedimentos informatizados de coleta de dados e da própria avaliação.

O que mais me chamou a atenção foram os resultados da avaliação de 1996, que, por apresentar a maioria dos cursos avaliados nos mais altos graus da escala, não mais permitia discriminar os melhores dos outros. Esse resultado refletia um aspecto da definição da metodologia de avaliação, segundo a qual os cursos de cada área só eram comparados entre si, resultando daí que em todas as áreas os melhores cursos recebiam as maiores notas. Assim sendo, não havia comparabilidade entre os graus das diferentes áreas. Rapidamente, na diretoria, fui obrigado a encarar a possibilidade de introduzir modificações que corrigissem esse aspecto, junto com vários outros que sugeriam um certo esgotamento do modelo utilizado. O planejamento de mudanças começou por um intenso estudo dos resultados do seminário conduzido pela CAPES e pela comunidade acadêmica em 1996. Em seguida, foi organizada uma análise internacional de nossa avaliação, quando especialistas de diferentes países e áreas estudaram os procedimentos utilizados pela avaliação da CAPES e sugeriram várias mudanças.

A partir de todas essas iniciativas e em discussão constante com a comunidade, principalmente por meio dos representantes de área do Conselho Técnico-Científico (CTC), elaborou-se um projeto de mudança dos procedimentos para a avaliação da pós-graduação.

Junto com aspectos como mudança da periodicidade, da escala de notas e da unidade de avaliação (de cursos para programas - que podem integrar mestrados e doutorados), o que se fez de mais importante foi introduzir, como parte fundamental do processo, a comparabilidade entre áreas. Mais especificamente, uma avaliação que só compara qualidade dentro de cada área passa a ser comparativa entre as áreas, criando a necessidade de explicitação de critérios de qualidade que possam ser, respeitando a peculiaridade das áreas, homogêneos para todas elas. Isso é um procedimento muito complexo, que deve ser acompanhado atentamente pela Diretoria da CAPES e pela comunidade. Não tenho dúvidas em afirmar que o problema de comparabilidade e homogeneidade de critérios entre áreas é hoje um dos problemas mais complicados de resolver. Também acredito que soluções aperfeiçoadas serão alcançadas só a longo prazo.

A mudança na escala de notas

A escala de notas foi mudada tendo em vista, também, o mesmo princípio de comparabilidade entre as áreas e a busca de uma discriminação de conceitos, conforme a qualidade relativa entre cursos.

Acredito que ainda há uma certa falta de entendimento sobre a real mudança e o significado da escala. Ela não foi simplesmente expandida de forma linear para que, como antes, ao melhor programa de cada área correspondesse a maior nota. A idéia é que, com critérios compatíveis e acordados entre todas as áreas, a avaliação, num primeiro estágio, classifique os programas entre os graus um e cinco, sendo reservado o cinco para aqueles programas com melhor qualidade na área. Num segundo momento, esses programas são avaliados e poderão alcançar os graus 6 ou 7 se, e somente se, tiverem qualidade equivalente aos melhores em sua área com padrão nitidamente internacional.

Essa maneira de encararmos a escala de notas da CAPES aumentou de forma sensível a importância estratégica dos representantes de área, seja em sua representação no CTC, seja nas reuniões de grande área ou nas reuniões com os coordenadores de programas em sua área específica. Isso porque, das discussões e dos resultados alcançados nessas reuniões, será cada vez mais aprimorada a comparação de critérios de qualidade entre as áreas. Talvez houvesse uma compreensão mais clara do que se pretende se em vez das notas 6 e 7 tivéssemos usado as notas 5+ e 5++, respectivamente.

Essas mudanças, até pelos resultados alcançados nas duas últimas avaliações, demonstram um acerto dos procedimentos. A crescente importância do envolvimento dos representantes das áreas nas decisões da CAPES, em todos os níveis, aprimora de maneira notável os procedimentos da agência, que agora estão cada vez mais próximos da comunidade. Isso é básico num esquema de avaliação pelos pares.

Como a diferença evolutiva das áreas é bastante pronunciada, encontram-se muitas dificuldades quando queremos comparar critérios de qualidade. As áreas chamadas duras, na maioria das vezes em estágio de desenvolvimento global mais adiantado, já conseguem definir melhor o que é entendido por inserção internacional. Em alguns casos, numa aproximação simples, é até aceitável que a medida de inserção internacional seja diretamente associada ao número de produção em veículos de circulação internacional com alto índice de impacto. Isso de forma alguma pode ser estendido a todas as áreas e nem tomado de forma absoluta como critério único de qualidade em nenhuma área quando estamos falando de programas de pós-graduação. A clara medida do que é comparabilidade internacional, como já mencionei, é assunto ainda em discussão, e esperamos que se possa avançar mais até a próxima avaliação. Como avaliamos um sistema jovem, com diferentes graus de desenvolvimento, os resultados são alcançados bastante lentamente e com muita discussão. Expressões como “o que se pretende é um domínio das áreas ‘duras’ sobre as humanidades ou as sociais” são apenas um modo incompleto de ver a questão de comparar qualidade entre as áreas.

Nos dois procedimentos de avaliação que acompanhei, em 1998 e 2001, houve debates de diferentes intensidades no CTC sobre o assunto. Em 1998, a questão da qualidade internacional foi menos presente nas discussões que em 2001. Embora os resultados das avaliações já representem um grande avanço em relação ao passado, as discussões e decisões sobre o problema da qualidade comparativa entre áreas ainda não apresentam solução satisfatória. Em 2002, ainda sob o impacto das discussões no CTC e com novos representantes de área, o assunto tomou rumos bastante interessantes, com inúmeras reuniões envolvendo, praticamente, toda a comunidade de representantes de área e coordenadores de programas de pós-graduação. Isso está indicando que, com o empenho da CAPES, dos representantes de área e do CTC, poderemos chegar em 2004 com ótimos resultados.

Em minha opinião, a avaliação da CAPES já nasceu legitimada, pois foi criação dos próprios pares acadêmicos. Assim sendo, com legitimidade natural e sem interferência externa que a deturpasse, a avaliação da CAPES é um dos pilares do sistema educacional brasileiro de pós-graduação. Sem sombra de dúvida, ela é responsável pela qualidade desse segmento do ensino. Por isso, também é fundamental que os membros da comunidade, embora sempre críticos, tenham consciência de que a avaliação da CAPES é conquista sua que não pode ser delegada a qualquer outro grupo.

A pós-graduação brasileira é hoje a melhor da América Latina, e isso se deve, em boa medida, a esse processo de avaliação. Desde a sua criação, o sistema de avaliação é fundamental no acompanhamento dos programas avaliados, sendo responsável por sua qualidade e expansão, desde que com qualidade. Que é o melhor da América Latina não há dúvidas. O que eu reivindico é a sua posição no cenário internacional como um dos melhores existentes. Seu reconhecimento por instituições de todo o mundo é uma realidade. Outro aspecto muito importante é seu *status* legal, já que hoje, por resolução do MEC/CNE, a avaliação da CAPES é condição primeira para autorização de funcionamento de cursos. O que as instituições devem saber é que só poderão criar um curso se este tiver qualidade comprovada pela CAPES.

Como já mencionei, no meu caso, que penso ser típico de um docente pesquisador em pós-graduação, quando vim para a Diretoria de Avaliação demorei um tempo para entender a aparente complexidade do processo. Isso é normal, mas a complexidade exagerada prejudica o sistema. Eu penso que a CAPES deve buscar todas as formas possíveis de melhor comunicar à comunidade como realiza seus trabalhos. O processo de avaliação que foi modificado deve ser muito bem explicado a toda a comunidade para que não tenhamos problemas de críticas (às vezes beirando o destrutivo) por falta de compreensão. Junto com as mudanças, nós incentivamos (quase que obrigamos) um contato direto e permanente dos representantes de área com os coordenadores de curso e com a própria comunidade. Com certo orgulho, posso dizer que criamos o hábito de os coordenadores de programas estarem na CAPES pelo menos uma vez por ano, em contato direto com sua diretoria, o pessoal técnico e os representantes de área.

Sobre a percepção de que algumas áreas estão se impondo a outras ao serem definidos critérios e procedimentos, como já mencionei, quero reforçar: se conduzirmos o processo de avaliação adequadamente, tal fato - que é momentâneo e marginal ao sistema - desaparecerá. Todas as áreas têm consistência suficiente para que suas peculiaridades sejam consideradas e, sem abandonar exigências de qualidade, tenham resultados de avaliação e conseqüentemente fomento os mais adequados possíveis à realidade da pós-graduação.

Coleta de dados

O modelo de avaliação da CAPES praticamente não mudou em seus princípios. Sendo sua característica fundamental a de ser uma avaliação externa, essa tem de se basear em dados, não tem como ser diferente, já que o modelo adotado é este. Então, há a necessidade de uma coleta de dados. O modelo atual, um programa chamado Coleta de Dados, totalmente informatizado, foi implantado em 1997. Esse programa é muito complexo na sua aplicabilidade. Não que ele exija demais, exige a quantidade de dados que é importante para o próprio processo de avaliação e para o próprio conhecimento da pós-graduação: a coleta não é só um instrumento de avaliação, é um instrumento de formação de banco de dados. O instrumento informático é muito complexo no sentido de ser de difícil compreensão. O seu preenchimento não é simples, é muitas vezes redundante e cria problemas. A mudança nesse procedimento não é simples, pois é uma mudança que tem de ser feita em vôo: a avaliação nunca pára; não se pode mudar o procedimento no meio do caminho e ainda continuar andando. Então, nos deparamos com duas dificuldades: primeiro, o instrumento já é difícil e a sua concepção é complexa; segundo, temos de mudar com o processo em andamento. Introduziram-se algumas mudanças pontuais ao longo desse procedimento e já temos planejado - e provavelmente haverá - uma grande mudança que deve

ocorrer em meados de 2003. Formamos um grupo de trabalho que está estudando em profundidade todo o procedimento de preenchimento desses formulários e mudará a concepção do aplicativo mudando também a linguagem de informática utilizada. Imagino que vai ficar muito melhor.

Dessa maneira, seria uma mudança em vôo, porque só é possível mudar em vôo. Para a avaliação de 2004, já houve coleta de dados em 2001; haverá a coleta de dados de 2002 com o aplicativo antigo ou o novo, dependendo de quando for realizada; no último ano do triênio, 2003, toda a coleta será com o novo aplicativo. Então, não há mudança fundamental no que é coletado, a base de dados fica aí, é a forma de coletar que é muito mais eficiente e muito mais simplificada.

Se nós não tivéssemos mudado os procedimentos, (não foi por vontade própria, quase que nós fomos induzidos a isto) a maneira de a CAPES avaliar manter-se-ia mais fácil em sua execução. Como os procedimentos sofreram mudanças e estas não são só de metodologia, mas são mudanças fundamentais - como a de comparação dos critérios entre áreas - acredito que nós deixamos um trabalho grande ainda pela frente, que tem de ser muito bem coordenado, muito bem explicado e explicitado para a própria comunidade, porque a avaliação é ligada muito fortemente a ela - e, os pares têm de trazer essas informações. Eu entendo que há um trabalho grande pela frente, um trabalho que certamente exigirá uma coordenação muito firme, muito segura e, assim, muito consciente do que irá fazer. Não dá para deixar o sistema solto, porque se nós deixarmos o sistema solto certamente haverá problemas sérios pela frente.

A avaliação já está consolidada. As mudanças não estão consolidadas, e acredito que nós precisaremos fazer pelo menos mais umas duas rodadas para que tenhamos um grau razoável de consolidação - em que, por exemplo, preocupações como aquela a respeito de algumas áreas estarem ou não impondo seus critérios a outras desapareçam. Isso deve desaparecer, porque não é aceitável. Não é aceitável que uma área imponha critério a outra. O que é desejável, o que é fundamental na avaliação é que as áreas claramente explicitem os seus critérios. Porque na hora que a área explicita seu critério, não há questão de aceitabilidade ou não, está explicitado.

O envolvimento da comunidade científica

Eu penso que a comunidade deveria se integrar ao processo cada vez mais. Cada um dentro da sua possibilidade. E percebo que a integração se faz por meio da compreensão: quanto mais a comunidade compreende como é que é feito ou entende como são os procedimentos, mais capacidade terá de escolher seus representantes e exigir que eles desempenhem cada vez melhor suas atribuições de avaliar e aprimorar os procedimentos. Eu acredito que essa é a maneira. Na hora em que a própria comunidade, falo do corpo docente e discente, entender o processo e saber que este busca julgar a qualidade, pensará um pouco sobre o assunto, isto é, sairá do seu trabalho diário e se preocupará com o seguinte: além de trabalhar em determinado programa de pós-graduação é preciso ajudar para que ele seja bem avaliado, que tenha qualidade. Então, tudo isso vai se refletir, eu acho, numa melhoria sensível.

A avaliação e o fomento

As ações de fomento da CAPES sofreram muito com dois problemas que eu diria que contribuem para o resultado final, mas que são diferentes. O primeiro é a falta de um aumento considerável de investimentos na pós-graduação. Embora o número de bolsas e a verba para o fomento da CAPES tenham crescido, não cresceram na mesma proporção da pós-graduação. No global, considerando a CAPES e outras agências, esse crescimento foi ainda menor, porque várias agências financiaram menos a pós-graduação. Então, houve decréscimo. Acréscimo na

CAPEES, mas com uma expansão brutal dos programas de pós-graduação. Sendo assim, quando se tem esse cenário em que investimentos não crescem na mesma proporção que cresce o número de programas a serem fomentados, há um problema sério de se rever os critérios de fomento. Só para se ter uma idéia, hoje se trabalha com uma matriz de fomento cristalizada em valores dos anos de 1990, 1991, 1992, em que alguns cursos têm um fomento grande e outros um fomento pequeno, sendo que este grande ou pequeno depende exclusivamente do momento em que eles nasceram. Quem nasceu antes tem mais, quem nasceu depois tem menos. Uma mudança completa na matriz de fomento implicaria ter muito mais recursos, quando então seria possível fazer a mudança nessa área. Esse é um lado. O outro lado, que tem sido pouco estudado, é que se deveria começar a repensar o que cabe a um organismo federal, como a CAPES, no fomento da pós-graduação. A pergunta que se impõe com muita clareza é a seguinte: sendo a CAPES um organismo que tem como finalidade aumentar a qualificação profissional daqueles que atuam no ensino de terceiro grau, é atribuição dela fomentar cursos de pós-graduação que levem o aluno a se inserir no mercado de trabalho não acadêmico? É aquela relação entre o chamado curso de pós-graduação profissional e o acadêmico. Isso deveria ser estudado com muita clareza, primeiro, para ter essa resposta, se cabe ao sistema federal fomentar ambos os tipos de pós-graduação. E, se a resposta for sim, então haverá necessidade de grande aumento do volume de recursos. Se a resposta for não, o processo é muito doloroso, porque aí cabe extrair do atual sistema o que é profissional, o que é formação de um profissional que vai se inserir no mercado de trabalho não acadêmico, e repensar e redefinir o fomento. E acho que são situações diferentes que conduzem ao mesmo problema: definir o que se vai financiar, o que se vai fomentar e como.

A expansão do sistema de pós-graduação

Eu entendo que, em primeiro lugar, a expansão da pós-graduação foi controlada porque houve uma demonstração clara de que a avaliação da CAPES é um procedimento regulador fantástico. Não há a menor dúvida que ela regula a expansão. O problema é que o trabalho para que isso ocorra é enorme, também porque essa expansão, em virtude de questões meramente legais, é uma tendência forte. Vou explicar melhor. Hoje, legalmente, uma universidade só pode se manter com a classificação “universidade” se tiver três cursos de mestrado aprovados pela CAPES. Como a expansão do ensino superior é enorme, essa exigência pressionou as novas universidades, fazendo com que elas se mobilizassem para implantar cursos de mestrado. Como o próprio sistema não tem suficiente capacidade de crescimento, no sentido de não haver docentes qualificados na quantidade necessária para essa expansão, e como essas novas universidades não têm infra-estrutura de pesquisa satisfatória, as propostas de criação de novos cursos são, via de regra, artificiais. Então, há uma demanda artificial por crescimento de pós-graduação muito grande. Para se ter uma idéia, a CAPES avalia cerca de 600 pedidos por ano, dos quais são aprovados cerca de 200. Mesmo que o trabalho regulador tenha sido eficiente, há uma pressão quase insuportável no sistema. A própria CAPES, a própria Diretoria, têm sabido segurar essa pressão, mas não se sabe por quanto tempo, pois é uma pressão muito forte.

O ensino superior tinha uma demanda reprimida muito grande. As universidades estabelecidas não davam conta dessa demanda e então se expandiu o sistema para atendê-la. Acredito que não é nada de anormal por esse lado. Agora, a exigência irreal de criação de cursos de mestrado em instituições que não têm condição, esta sim é injustificada e cria uma pressão sobre o sistema. Se fosse retirada essa exigência legal - e nós estamos lutando para que isso ocorra - (acho que deveria ser uma demanda da comunidade), o crescimento da pós-graduação seria só o natural, crescendo onde fosse necessário, onde houvesse condições reais.

A expansão relativa ocorreu mais no setor privado, e aí há pelo menos dois fatores determinantes: o primeiro é a exigência legal, o segundo é uma transferência razoável de docentes do setor público para o setor privado. O setor privado começa, digamos, a atrair mais fortemente esses docentes. Por isso, ele tem crescido mais.

Os doutorados só têm crescido nas instituições públicas e os mestrados nas privadas. Mas é um crescimento que é maior numa base menor. Se cresceu 100%, cresceu de 10 para 20, de 50 para 100. Pode haver um crescimento desde que o órgão financiador se proponha a financiá-lo.

Uma palavra sobre a gestão que se encerra

Acho que a CAPES, nesses oito anos, teve uma influência muito grande no sistema de pós-graduação nacional e eu acredito que ela realmente desempenhou o seu papel muito bem. Fico um pouco incômodo com auto-elogios, mas eu penso que foi uma gestão muito eficaz.

Eu diria que a avaliação melhorou muito em qualidade e também em objetividade. A prova está nos resultados e na própria questão da expansão, que se não tivesse melhorado, se os procedimentos não tivessem melhorado, nós teríamos uma expansão descontrolada com um grande risco de desagregação do sistema. Também entendo que a cooperação internacional da CAPES teve um crescimento muito grande, projetou a nossa pós-graduação mais no exterior, o que é algo admirável. Afora todos os procedimentos internos, burocráticos que tornaram mais simples todo o funcionamento, tivemos o apoio da informatização, das inovações tecnológicas e de um excelente acompanhamento administrativo. A CAPES conseguiu, além de tudo isso que se fez, uma realização que talvez seja melhor que tudo que eu citei, que é o Portal de Periódicos. Apesar das dificuldades, apesar dos problemas orçamentários (sabemos que o País está numa situação difícil), o Portal de Periódicos é uma conquista admirável da comunidade. Hoje temos a democratização da pesquisa científica bibliográfica total. Qualquer universidade no sul ou no norte do Brasil tem acesso a todos os títulos do portal. Imaginar isso quando eu iniciei na pesquisa seria uma loucura, pois a informação do que se publicava no exterior em outras áreas chegava após dois, três meses - quando chegava.

Se eu tivesse de escolher a maior realização da CAPES neste período, diria que é o Portal de Periódicos.

Destacaria ainda a participação efetiva da comunidade dentro da CAPES, que é única entre todos os órgãos de fomento no País. A maneira como a comunidade se relaciona com a CAPES se expandiu de uma maneira fundamental.

Luiz Alberto Horta Barbosa
Diretor de Administração (1996-2002)

Cheguei à CAPES em abril de 1996. Como funcionário do CNPq, trabalhava no governo do Distrito Federal, na gestão de Cristovam Buarque, integrando a equipe incumbida de organizar a futura Secretaria de Ciência e Tecnologia do GDF, que deveria ser desmembrada da então Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Esse plano foi abandonado. Recebi o convite do Diretor de Administração da CAPES, José Roberto Correa, para trabalhar com ele na área de auditoria. Assim que cheguei, ele me disse: “Tenho duas notícias para te dar, uma boa e uma ruim. A ruim é que eu estou saindo e a boa é que você está vindo para o meu lugar”. O Presidente da CAPES, professor Abílio Baeta Neves conversou comigo e, como eu já estando fora do CNPq e com a minha lotação definida para a CAPES, considerei que seria uma experiência única - como tem sido - dirigir uma agência tão bem-vista junto à comunidade em que atua e junto à própria administração pública.

A cada dia que passava me sentia mais entusiasmado com o que conseguíamos realizar. De fato, a CAPES é uma instituição onde se consegue concretizar as tarefas propostas de uma forma muito rápida e com eficiência, e isso na administração pública é um privilégio.

Tenho a impressão de que o segredo para isso é o tamanho da CAPES. Pelo fato dela possuir hoje 174 funcionários e cerca de 90 prestadores de serviços, incluindo toda a área de informática, que é terceirizada, trata-se de uma agência muito pequena, dotada de uma estrutura, que pode não ser a melhor, mas possibilita agilidade e mudanças, com correções de rumo mais dinâmicas em comparação com outras agências federais.

Ao assumir a Diretoria de Administração, fiz poucas mudanças, aproveitei o pessoal da própria casa. Minha filosofia de trabalho é valorizar o pessoal da casa. Com o tempo, fui fazendo as mudanças necessárias. Considerei as pessoas com quem fui aprendendo a conviver, fui conhecendo pessoas competentes, corretas, honestas e dedicadas. Coloquei o coordenador de orçamento e finanças na chefia da auditoria interna, uma vez que a CAPES não tinha auditor. Na área de recursos humanos mantive a mesma equipe que encontrei quando cheguei. Na área de administração, trouxe uma contadora para a área de finanças – uma pessoa com visão contábil no trato administrativo – que me deu um pouco mais de tranquilidade quanto à gestão dos contratos administrativos. Perdi dois coordenadores gerais, na área de informática. Com o primeiro, Nélcio Alarcão, enfrentamos muitas dificuldades, porque boa parte dos programas da CAPES eram desenvolvidos, gerenciados e mantidos pela COPPE/UFRJ. Com o aval do presidente da CAPES e dos demais diretores, comecei a dotar a Coordenação Geral de Informática (CGIN) de uma estrutura que pudesse, ela própria, absorver a tecnologia, fazer a manutenção e os novos desenvolvimentos. O segundo coordenador geral foi Denis Dutra, que já trabalhava no próprio setor. Atualmente à frente da CGIN está o Fernando Moreira, que é um analista com experiência na área de atuação da agência.

A Diretoria de Administração se compõe da Coordenação Geral de Informática - CGIN, da Coordenação de Recursos Humanos - CRH, Coordenação de Orçamento e Finanças - COF e da Coordenação de Serviços Administrativos – CSA. A auditoria é subordinada diretamente à Presidência, mas devido ao tipo de trabalho que executa e ao fato do auditor ter sido meu substituto até recentemente – trabalhamos em conjunto, o que foi uma garantia adicional. Uma outra ferramenta que nos auxiliou muito foi que ele tinha, além da visão administrativa, a visão de auditoria dos órgãos externos, como o TCU. Esse conhecimento das necessidades, das exigências, das obrigações que os dois setores deveriam cumprir com o dia-a-dia administrativo, centrados numa mesma área, produziu uma dinâmica muito interessante, tanto para a área administrativa quanto para a área da auditoria interna. Recentemente, houve uma determinação da Secretaria Federal de Controle que proíbe ao auditor praticar atos de gestão, enquanto auditor. Foi nomeado, então, meu substituto o coordenador de Recursos Humanos, José Ferreira.

Dificuldades

Enfrentei várias dificuldades nesses sete anos. Tive problemas com restrições impostas pelo governo para o perfeito funcionamento do plano de saúde dos servidores, porque o governo impôs regras determinando limites de gastos e as medidas que cortam benefícios acabam sendo encaradas com antipatia. Como os funcionários da carreira de C&T não têm um salário do mesmo nível das demais carreiras consideradas como de Estado, qualquer limitação que você imponha, especialmente as que têm cunho social mais amplo, acaba provocando mal-estar. Eu me senti muito desconfortável em 1997, quando o governo federal estabeleceu limites para gastos com planos de saúde. Foi um drama. Fomos contornando a situação com a experiência que vínhamos adquirindo. Pensei em terceirizar o plano, mas percebi que conversando com outros órgãos públicos, com outras pessoas que administravam planos de saúde, poderia fazer uma gestão um pouco mais maleável. Percebi que se tivesse a oportunidade de aplicar parte das dotações diretamente recomendadas, poderia fazer um atendimento de bom nível. Para isso contei com a colaboração e o esforço da equipe da área de recursos humanos, especialmente de Ivanilda Mendes dos Santos, que é a chefe do setor de benefícios e assistência, e do próprio coordenador. Também contei com a colaboração do pessoal da área financeira e orçamentária, que me ofereceram o suporte para poder fazer as composições.

Outras dificuldades do ponto de vista orçamentário diziam respeito às restrições financeiras, aos contingenciamentos e aos limites orçamentários impostos pela União. Sempre há algumas surpresas, especialmente nos primeiros semestres. Existe uma lei aprovada que dá suporte, que concede uma dotação para o órgão desenvolver ao longo do ano, mas a execução dessa lei só alcança a sua totalidade no final do exercício. O começo do ano é muito cheio de restrições. No entanto, deve ser dito que o impacto dessas restrições no Ministério da Educação foi menor do que em outros ministérios, porque de certa maneira o MEC pode se defender melhor, tem um apelo diferenciado.

Acredito que a CAPES, por ser uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, tem garantia dessa estabilidade. Pode-se observar que o patamar do orçamento da CAPES, apesar de todas as dificuldades que o País enfrentou, não só se manteve como foi evoluindo. Fomento e bolsas registraram evoluções e a administração também. Se observarmos a receita da CAPES, a agência contou com 418 milhões em 1995 e 540 em 2002, até então, o maior orçamento do órgão. O aumento que a CAPES conseguiu assegurar ficou praticamente restrito às suas atividades fins. Se considerarmos a avaliação e o fomento da pós-graduação como atividades fim, as bolsas concentram 96% do orçamento da CAPES, o resto é administração. Levando em consideração que dentro da administração estão embutidas as despesas com pessoal ativo e inativo, teremos aí 3,46% para o próximo ano, dos quais 2% é gasto com pessoal e 1,46% com administração. Quem conhece esses dados afirma que na administração pública não existe igual.

Informatização

A CAPES tinha a maior parte dos seus sistemas de informática rodando na própria agência, mas todos concebidos, mantidos e gerenciados pela COPPE/UFRJ, no Rio de Janeiro. O projeto de informatização da CAPES se baseava no pressuposto de que a forma mais adequada para executá-lo devia ser a utilização da estrutura e da competência de alguma universidade ou de algum centro, como a COPPE. Acredito que tenha sido uma excelente idéia naquele momento; mas em 1996, quando cheguei, comecei a me sentir um pouco refém dessa história. Uma coisa é você contratar uma empresa para desenvolver determinado trabalho, a empresa entregar o trabalho e você passar a ser o dono do produto. No caso da COPPE, não funcionava assim. Percebi que a CAPES dependia da COPPE para tudo que precisasse mudar, até mesmo para pequenas alterações no texto de cartas a bolsistas no exterior, que são atividades absolutamente de rotina. E a COPPE não nos oferecia, talvez até em função da sobrecarga de

trabalho, a dinâmica que nossas atividades precisavam. Essa dependência me irritava profundamente. No meu ponto de vista isso era um atraso para a instituição. Quando os programas entravam em operação e não funcionavam como deviam, percebi que tinha chegado o momento da CAPES dominar a tecnologia que estava sendo utilizada pela COPPE. Em 1996, durante as reuniões de Diretoria, o presidente manifestou várias vezes sua decisão de ter essa competência instalada dentro da agência. Minha estratégia principal foi começar a selecionar técnicos que conhecessem a plataforma Power Builder. Tivemos conhecimento de que o Banco Regional de Brasília (BRB) utilizava o mesmo sistema e dispunha de um grande quadro de pessoal treinado especificamente nessa ferramenta. Conseguimos, dessa forma, compor a equipe da CAPES com pessoas qualificadas que trabalham na agência até hoje e são líderes de projetos, comandam equipes, mantêm e sustentam os programas de informática e oferecem a garantia e a credibilidade que os sistemas têm que possuir, para resguardar o bom nome da agência.

Hoje, o programa de gerenciamento eletrônico de bolsas no exterior abrange o ciclo de concessão de bolsas em todas suas etapas de maneira completamente virtual: desde as candidaturas, passando pelo processo de seleção, até o pagamento para manutenção do bolsista lá fora. Está em operação desde 2001 e hoje administra 850 vagas. O dossiê do candidato chega à Diretoria de Avaliação, para que seja julgado pelos representantes de área e consultores *ad hoc*, de maneira virtual.

Evidentemente que, como toda ferramenta, como todo projeto de informática, deve ser mantido atualizado. Antes do fim da gestão, procuramos fazer um *up grade* nesse sistema que foi adquirido junto a Unisys e é tido como um dos mais modernos. Precisamos estar atualizados, porque vão sendo editadas versões mais modernas e precisamos estar atentos para ir corrigindo os erros que eventualmente tenham sido registrados no uso do sistema. Evidente que existem obstáculos e problemas. Negociamos com a Unisys um novo contrato, para que oferecesse o suporte, inclusive com todas as novidades, por mais 365 dias, disponibilizando-as para a CAPES assim que forem editadas.

O setor de informática tem feito ainda um trabalho muito bom de apoio à área de avaliação. Leda Santos Alves e sua equipe tem trabalhado com vigor e competência no sistema de coleta de dados, o Coleta, SNPG e Pró-Coleta, e no gerenciamento das ferramentas que dão suporte operacional ao processo de avaliação propriamente dito, como os relatórios ou cadernos de dados que subsidiam as comissões de consultores. Trata-se de bancos de dados muito pesados que armazenam um grande volume de informações enviadas, anualmente, pelos programas de pós-graduação para efeito de avaliação, e pelas pró-reitorias com vistas à avaliação de novos cursos de pós-graduação.

Dados estatísticos

Ouvi, freqüentemente, o presidente comentar que faltava uma área que concentrasse informações a respeito da CAPES, do que a CAPES fazia. Para ser bastante honesto, eu acho até que ainda falta. Recentemente a Diretoria de Programas montou uma divisão com essa responsabilidade, que é gerenciada por Lourdineia Cardoso (Néia) e já houve algum avanço. Até 1997, a CAPES não dispunha de uma ferramenta que nos oferecesse, de maneira segura, as informações que precisávamos para poder gerenciar a agência. Não basta saber quantas bolsas são concedidas, é preciso saber quantas são pagas. Existem várias regras que, na maioria das vezes, modificam esses números. A agência concede uma cota de bolsas e por alguma razão algumas dessas bolsas acabam não sendo utilizadas. Contando com a colaboração dos consultores externos Ricardo Lourenço e Geraldo Martins concebemos um sistema operacional simples, que recebeu o nome de Boletim Estatístico que registra as bolsas efetivamente pagas pela CAPES. O Boletim dá informações sobre os pagamentos de bolsas de todos os programas em suas diferentes modalidades e está disponível na nossa *home page*. Sou suspeito para falar, pois sou a pessoa que mais utiliza essa ferramenta, devido aos encargos inerentes à própria

função e à necessidade de elaborar relatórios periódicos sobre o número de bolsas de estudo concedidas e pagamentos efetuados. Como aplicativo, não é o mais bonito nem o mais evoluído em matéria de ferramentas de informática, mas considero que representa uma grande contribuição da Diretoria de Administração e da Diretoria de Programas e um grande avanço para a gestão da CAPES.

Transparência

Acho que hoje a CAPES tem a possibilidade de trabalhar num grau de transparência muito elevado em tudo aquilo que a gente promove. No segundo semestre de 2002, a Diretoria de Programas, com o aval do Conselho Superior, começou a implementar dois novos programas de apoio à pós-graduação, o Pró-Doc e o PQI. Seus primeiros pagamentos, com a parte do custeio com que as instituições foram contempladas, foram inseridos no Boletim Estatístico. Isso dá uma segurança muito grande para a sociedade, inclusive de saber como os recursos são aplicados.

Estatuto da CAPES

A CAPES, bem como todos os órgãos públicos, foi instada pelo Ministério do Planejamento, por volta do ano 2000, a atualizar seu estatuto. Começamos a trabalhar no aprimoramento desse instrumento, pois o estatuto então vigente havia sido aprovado em 1992 e precisava ser atualizado. Essa atualização contou praticamente com todos os setores da CAPES, em especial com a Procuradoria Jurídica - José Tavares e sua equipe - que é diretamente ligada ao presidente da CAPES, mas tem um compromisso muito forte com o conjunto da CAPES. Quero, aqui, abrir um parêntesis. O fato dos membros da Procuradoria Jurídica terem exercido, anteriormente, outras funções administrativas na CAPES, facilitava muito o entendimento das razões que nos levavam a desenvolver determinados contratos ou determinados serviços. A experiência da equipe nos oferecia uma segurança muito grande, especialmente para a nossa área da administração. Costumava haver uma demanda muito grande sobre a área jurídica também com relação às atividades da Diretoria de Avaliação. Hoje, todos os programas da CAPES se encontram editados, aprovados por portarias e publicados no Diário Oficial da União. Isso demonstra que foram avaliados, apreciados e aprovados pela Procuradoria Jurídica.

Voltando ao Estatuto, acredito que foram feitas algumas alterações muito importantes, mas talvez a maior delas seja a mudança do período de vigência do mandato dos Conselheiros. Os membros do Conselho Superior, hoje, têm um mandato de três anos. Acho que ter aumentado o tempo de mandato dos membros do Conselho Superior dá um pouco mais de estabilidade à agência porque não vai coincidir com a transição que há da área executiva da CAPES. A diretoria executiva da CAPES sai e dá lugar para outros dirigentes, mas em contrapartida o Conselho, como instância superior do órgão e conhecedor de sua organização, se mantém, o que dá uma certa tranqüilidade.

É importante frisar que essa renovação do Estatuto trouxe à tona uma outra questão, que é a do regimento da CAPES. Com a aprovação do estatuto, nos vimos compelidos a elaborar um novo regimento. O regimento da CAPES era caduco, fazia dez anos que não havia regimento. O estatuto fez com que nós circulássemos um projeto de regimento interno que foi aprovado no segundo semestre de 2002. Para todos os setores da CAPES ficou muito claro o que cada um tem que fazer, quais suas atribuições e suas responsabilidades. Inclusive incorporando as mudanças que, ao longo do período, ocorreram na CAPES.

Por exemplo, a coordenação que lida com a questão de periódicos, que é a mais recente, já está contemplada no regimento. A nova estrutura trouxe, sem dúvida, tranquilidade interna para a execução das ações e transparência da forma como elas se desenvolvem.

Formação contínua

Pelo fato da CAPES ser uma agência pequena, procuramos canalizar os poucos recursos que ela dispõe para treinamento de pessoal com o objetivo de elevar o padrão de capacitação de seus funcionários. Em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/ UnB, conseguimos, junto com o CNPq e o MEC, construir um mestrado voltado para a carreira de gestão de ciência e tecnologia. Com essa iniciativa, tivemos a oportunidade de submeter os funcionários interessados a uma seleção séria, promovida pelo próprio centro da UnB. Em três anos, já estávamos com quatro alunos titulados, três com o mestrado em andamento e outros se submetendo ao processo de seleção. Acredito que a elevação do nível de formação dos nossos funcionários só pode vir a melhorar o padrão dos serviços que prestam na CAPES.

Cursos de línguas

A qualificação dos funcionários em cursos de línguas sempre foi um problema. Como éramos obrigados a fazer a contratação por meio de licitação, era muito difícil fazer com que os cursos mais conhecidos e consolidados viessem a participar, e normalmente cursos que ganhavam não eram do nível que almejávamos. Por meio da Coordenação de Recursos Humanos, conseguimos fazer um convênio com o Ministério da Fazenda e com a ESAF e hoje os funcionários da CAPES têm as mesmas oportunidades que os altos funcionários daqueles dois órgãos. No final de nossa gestão, havia cerca de 30 pessoas sendo treinadas em inglês. Sempre que ocorria uma desistência ou uma reprovação procurávamos substituir, colocando outra pessoa. Além disso, fizemos um pequeno convênio com a Aliança Francesa para atender alguns servidores da Cooperação Internacional que necessitam ter mais domínio do francês. Era um convênio sem ônus para a CAPES, integralmente bancado pela Embaixada da França.

Tomada de decisões

Como diretor da área administrativa, sou testemunha do que acontecia nas outras diretorias. O presidente da CAPES havia determinado que todas as decisões que fossem mais importantes e de complexidade maior fossem levadas ao Conselho Superior e, quando necessário, passadas ao Conselho Técnico-Científico. No meu caso especificamente, é importante deixar consignado que o Conselho Superior sempre tomou conhecimento prévio de como era formulado o orçamento. Na última reunião, por exemplo, acontecida dia 05 de novembro, o Conselho já tomou conhecimento do orçamento que está contido no projeto de lei para a CAPES em 2003. O CS ficou sabendo do valor que vai ser comprometido e das bolsas que serão concedidas em cada programa da CAPES e, com isso, tem um poder de acompanhamento enorme, porque sabe exatamente como os programas estão sendo conduzidos e os recursos estão sendo geridos.

Decisões internas

Na maneira ágil de ser da CAPES, os diretores se reuniam com o presidente praticamente todos os dias. O meu dia-a-dia era permeado de incursões do presidente, de sugestões e de debates. O entrosamento entre os diretores é muito bom. Nada acontecia com uma diretoria sem a que as outras estivessem a par. Pode-se dizer que tomávamos o nosso café da manhã com o presidente e isso fazia com que o dia-a-dia de um diretor fosse do conhecimento dos demais, o que facilitava muito a integração. Desde 1996 à frente da Diretoria de Administração, nunca presenciei qualquer mal-estar entre os membros da diretoria da CAPES e nem da diretoria com os conselheiros. O trato sempre foi muito amistoso, cordial, companheiro e agradável. As reuniões de diretoria era o espaço onde se levavam os nossos problemas e onde os mais complicados eram decididos de forma conjunta.

Balanco global

O meu norte foi a transparência, a fidelidade, a honestidade com relação às várias regras que norteiam a administração de um órgão público e a correção no trato com os funcionários. A associação dos servidores sempre nos distinguiu, a todos nós diretores e ao presidente da CAPES, com um tratamento cordial.

Se observarmos, ao longo dos últimos anos, a diferença entre a dotação orçamentária e o valor executado é muito pequena. A CAPES, praticamente, executou o seu orçamento na íntegra, em todos os anos. Tudo isso nos absorveu enormemente, mas, por outro lado, tenho a impressão que nossa administração foi eficiente, correta e coroada de êxito. Sou extremamente crítico e faço mil restrições a várias questões, mas, observando os números, os relacionamentos e as amizades que a gente construiu, ouvindo os comentários que pessoas de fora nos trazem a respeito das ações executadas, e fazendo um balanço disso tudo, acho que seguimos o rumo certo.

Atendendo a uma recomendação do presidente da CAPES de fazer um balanço na última reunião do Conselho, que aconteceu no dia 5 de dezembro de 2002, pudemos dizer que deixamos a CAPES numa situação bem confortável, com relação aos rumos que ela deve tomar. Evidente que, se houver alguma necessidade de correção de rumo, a CAPES tem capacidade de responder com muita agilidade. Se houver mudanças em alguns programas, e é normal que isso ocorra, elas poderão ser feitas com muita clareza, porque a CAPES deixa estampado na sua planilha orçamentária para o ano que vem, de maneira bastante transparente, todos os programas e como é que eles estão assegurados, do ponto de vista orçamentário.

Os programas da área de bolsas, da área de fomento, os contratos do Portal Eletrônico e Periódicos Internacionais, estão todos assinalados com os recursos que vão garantir sua continuidade e, se houver necessidade de alguma mudança de rumo, a nova diretoria vai saber com que recursos contar. Por outro lado, há uma certa margem que não foi apontada como sendo dirigida a nenhum dos principais programas da CAPES, proveniente de receitas diretamente recomendadas e que no ano que vem estão estimadas em R\$7.700.000. Esse valor também ficou disponível para que possa ser tratado da maneira mais conveniente pela próxima diretoria. Portanto, acho que houve uma grande senso de administração na condução desse planejamento que deve ser deixado para a próxima diretoria da CAPES. A casa está bem arrumada do ponto de vista orçamentário. Os contratos da administração também estão todos selecionados e constam do balanço que foi distribuído aos conselheiros mostrando os contratos mantidos pela agência. A pessoa que chegar na CAPES vai se sentir bastante confortável para poder executar, tomar as decisões de acordo com a direção e com o norte político que for determinado pelo Ministério da Educação.

Geraldo Nunes Sobrinho

Coordenador Geral de Programas com o Exterior (1999-2002)

A política brasileira de incentivo à formação de recursos humanos em nível avançado tem, na concessão de bolsas no exterior, um instrumento da mais alta importância estratégica. Seu objetivo, ao longo das últimas cinco décadas, tem sido o de incentivar a busca de novos conhecimentos nos centros mais desenvolvidos do exterior, com prioridade para áreas e os níveis de formação nos quais o país ainda carece de competência instalada. É razoável supor que após tantos anos de experiência e uma comunidade científica e tecnológica com uma considerável inserção internacional, em parte proporcionada por essa política, o Brasil, por meio das suas principais agências de fomento, possa tirar melhor proveito desse *know-how* acumulado.

A continuidade dessa política foi fundamental para a formação e a qualificação de um número expressivo de pesquisadores, na sua maioria lotados em universidades e institutos de pesquisas públicos e privados, que contribuíram para a institucionalização da pesquisa em bases avançadas – que hoje se constitui num dos pilares de sustentação do sistema nacional de pesquisa e pós-graduação.

Com a consolidação de um número crescente de centros de pesquisa e pós-graduação e a conseqüente ampliação das oportunidades de formação de mestres e doutores no país, torna-se necessária uma revisão das diretrizes e dos instrumentos que possibilitam o treinamento no exterior. Novas formas de operacionalização e relacionamento com as instituições estrangeiras estão sendo testadas em alguns dos programas e países, aperfeiçoando essas relações com vistas ao aproveitamento de oportunidades que o sistema internacional de pós-graduação possa oferecer, maximizando os investimentos. Assim, as ações da CAPES nessa formação ao longo destes últimos oito anos tem sofrido uma revisão crítica que levou em conta, além do caráter estratégico das ações de longo prazo, as oportunidades fundadas na experiência acumulada, que possibilitou melhores condições para tornar o programa mais eficiente.

Atualmente, a principal meta a ser alcançada por esses programas é levar o país a conservar e a ampliar o vínculo com os principais centros de pesquisa e pós-graduação mundiais, bem como estabelecer uma maior integração entre a comunidade científica e tecnológica brasileira e a internacional, de forma otimizada, reduzindo custos, buscando preencher lacunas de capacitação de pessoal em áreas e setores científicos e tecnológicos específicos pouco desenvolvidos ou inexistentes – para os quais, o Brasil, ainda, não dispõe de capacidade instalada em quantidade e qualidade suficiente para formar recursos humanos e/ou realizar pesquisas.

A CAPES para alcançar esses objetivos, utiliza alguns instrumentos de apoio que viabilizam sua ação. O primeiro é a concessão de bolsas de estudo para realização de programas de doutorado pleno no exterior, com a duração de quatro anos ou bolsa de estágio doutorando (destinada a doutorandos dos programas de pós-graduação nacionais, com duração de até um ano, com a finalidade de realizarem estágios ou atividades de pesquisa no exterior). O segundo é a concessão de auxílios a pesquisadores-doutores que participam de eventos internacionais nos quais tenham tido trabalhos aceitos. Existe ainda o incentivo à realização de intercâmbios simétricos entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros com uma ajuda financeira para a realização de pós-doutoramento no exterior por um período máximo de 12 meses.

No caso do apoio à participação em eventos no exterior, a demanda global no período 1995-2002 foi de 10.843 pedidos, dos quais pouco mais da metade foi recomendada. Levando em conta o considerável índice de desistências (média do período, para todas as áreas, de 28%), as concessões efetivas foram de 3.546.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos auxílios concedidos por grande área do conhecimento.

Tabela 1. Auxílios concedidos para participação em eventos internacionais e áreas mais beneficiadas, por grande área do conhecimento (1995-2002)

Grandes áreas	Totais auxílios	Área mais beneficiada
Engenharias	721	Engenharia IV (235)
Ciências Humanas	698	Educação (151)
Ciências Exatas	675	Astronomia/Física (268)
Ciências da Saúde	362	Medicina I (93)
Ciências Biológicas	338	Biológicas II (140)
Ciências Sociais Aplicadas	274	Economia (65)
Letras e Lingüística	228	
Ciências Agrárias	186	Ciências Agrárias (106)
Artes e Música	69	

Fonte: CCE-PAEX.

Analisando a tabela 2, verifica-se que houve destinação de bolsas para todas as regiões brasileiras, até mesmo para candidatos que já se encontravam no exterior. As regiões Sudeste e Sul mantiveram-se na liderança ao longo desses sete anos, o que é esperado, considerando que o maior número de programas de mestrado e de doutorado consolidados ou em fase de consolidação se encontram nessas regiões. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste, assim como as demais, nos dois primeiros anos analisados, permaneceram estáveis, a primeira apresentou um maior crescimento no ano de 2000, enquanto a segunda apresentou um discreto aumento de bolsas implementadas em 2001. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos bolsistas oriundos do exterior, especialmente por serem obrigados a participar de entrevistas aqui no Brasil, o número de bolsas implementadas vem crescendo com pequena variação e, em 2001, este número ultrapassou o de 2000 em 59 bolsas.

A Região Norte, além de ser a região que menos enviou bolsistas ao exterior, apresentou, nesse período, um número insignificante de bolsas implementadas com vistas ao atendimento da demanda de pessoal qualificado em áreas tradicionais, estratégicas ou mesmo inovadoras daquela região. Fato que, por um lado, não se justifica, pois nos sete estados que a compõem existem universidades federais, estaduais e alguns centros de pesquisas. No entanto, olhando de outra forma, é a região com menor número de programas de mestrado e de doutorado, em que a maioria deles se encontra ainda em fase de implantação ou de consolidação.

Tabela 2 - Implementação de bolsas por regiões brasileiras de 1995 a 2001

Regiões	1995	1996	NÚMERO DE BOLSAS			2000	2001	Total Geral
			1997	1998	1999			
Norte	4	4	1	2	10	8	4	33
Nordeste	23	23	32	38	60	65	57	298
Sudeste	105	124	205	318	380	446	533	2111
Sul	50	59	85	94	126	143	167	724
Centro-Oeste	16	16	21	18	14	23	28	136
Sub-total	198	226	344	470	590	685	789	3302
Exterior	37	35	77	66	97	86	145	543
Total	235	261	421	536	687	771	934	3845

Fonte: CGIN (SAD/SAC) – BEX.

Ao analisar a tabela 3, observa-se que os anos 1998 e 1999 apresentaram um índice maior de produção de teses, caindo em aproximadamente dois pontos porcentuais em 2000. No entanto, se compararmos com as bolsas implementadas (tabela 2) nesse mesmo período, conclui-se que os bolsistas apresentam um índice de conclusão das atividades do doutorado pleno bastante satisfatório.

Tabela 3 - Teses e dissertações defendidas por modalidade (1996 a 2000)

Modalidade	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Doutorado Pleno	270	245	287	315	285	1402
Mestrado	33	24	20	2	1	80
Total	303	269	307	317	286	1482

Fonte: CGIN (SAC – BEX) e Relatório 2000.

A consolidação dos centros de pesquisa e pós graduação e a conseqüente ampliação das oportunidades de formação de mestres e doutores no país tem sido considerado pela CAPES na revisão de diretrizes e nos instrumentos dos programas no exterior. Assim, algumas iniciativas já tomadas no ano anterior foram consolidadas em 2001. Ao lado do tradicional atendimento à demanda espontânea individual em todas as áreas, intensificou-se uma ação institucional, na qual a escolha dos candidatos recai sobre as próprias instituições, caso do Programa PDEE. Paralelamente, tem-se intensificado ações visando a reduzir taxas escolares em alguns dos programas com a intenção de usufruir da experiência acumulada pela agência ao longo dos anos. Essas ações têm permitido a redução de custos em taxas escolares, tanto em alguns países, especialmente nos EUA e na Inglaterra, como em modalidades – no caso, doutorado sanduíche – tirando proveito da qualidade dos nossos bolsistas e do conhecimento dos orientadores brasileiros com seus parceiros internacionais.

Ao longo de 2001, foram feitos alguns ajustes, tanto nas estratégias de atuação como nos mecanismos e instrumentos dos programas no exterior, com os quais a CAPES tem direcionado seu esforço e sua atuação institucional, buscando por meio da contínua atualização, do aperfeiçoamento e da motivação do seu quadro funcional aprimorar as relações com seus usuários e proporcionando-lhes o melhor atendimento em prosseguimento às ações iniciadas em 2000. Para o ano em curso, a CGPE tem como metas:

– Do ponto de vista estratégico

- Adequar e buscar uma correspondência entre o programa de bolsas e os auxílios no exterior e a realidade atual da pós-graduação brasileira, especialmente considerando as particularidades de cada área do conhecimento. Nesse sentido, pretende-se fazer estudos de algumas áreas, especialmente daquelas de maior demanda, visando situá-las no contexto da pós-graduação do país;
- Iniciar efetivamente um esforço de conferir maior enfoque e importância ao acompanhamento e à avaliação dos resultados da ação do programa no exterior, procurando proporcionar-lhe maior eficácia;
- Dar continuidade à atualização dos mecanismos operacionais e gerenciais, especialmente no tocante ao gerenciamento eletrônico de documentos, visando conferir maior eficiência nos procedimentos da estrutura administrativa.

– Com relação às principais atividades a serem desenvolvidas no futuro, procurando atender às orientações estratégicas, são propostas as seguintes ações

- Promover entendimentos com os representantes de áreas e programas de pós-graduação que apresentem maior demanda no sentido de direcionar o programa de bolsas para o

exterior para candidatos que, efetivamente, não tenham possibilidades de realizar seus estudos no país ou, alternativamente, quando o trabalho proposto possa contribuir para potencializar projetos de cooperação;

- Promover entendimentos com os representantes de áreas visando a avaliação do programa pós-doutoral e as novas formulações e propostas no programa;
- Acompanhar a operacionalização dos programas de pós-graduação na utilização das cotas do PDEE dentro da nova filosofia, visando garantir os princípios que dão sustentação ao programa;
- Consolidar a experiência de parceria com o International Institute of Education (IIE) para a inserção, a concessão de visto, a negociação de taxas escolares e o monitoramento de bolsistas nos Estados Unidos;
- Consolidar o processo de gerenciamento eletrônico de documentos das solicitações dos auxílios viagem e das bolsas de fluxo contínuo. Como necessidade correlata, será realizada uma revisão dos fluxos operacionais e das normas de procedimento dentro de uma perspectiva integrada e ampla de organização e métodos associados a um esforço de treinamento e qualificação dos funcionários, além do envolvimento mais ativo em todo o processo de trabalho;
- Revisão dos procedimentos relativos a pareceres dos consultores, visando dar maior transparência e segurança à CAPES nas suas decisões.

Pode-se afirmar que estes programas buscaram maior eficiência na aplicação dos investimentos; maior número de titulados pelo menor custo operacional; mas, principalmente, alcançaram maior eficácia, na medida em que procuram qualificar pesquisadores para preencher lacunas de áreas e temas que o Sistema Nacional de Pós-Graduação ainda não é capaz de suprir, além de dar os meios para uma maior inserção internacional da nossa comunidade técnico-científica.

É necessário dar continuidade aos procedimentos operacionais para avaliar os resultados decorrentes da atuação dos programas da CAPES no exterior, com a quantificação/qualificação dos egressos e a análise dos insucessos, visando corrigir eventuais falhas do sistema de seleção, buscando o ressarcimento aos cofres públicos quando ficar caracterizada a inadimplência como fato de responsabilidade do bolsista.

Na medida do possível, pretende-se tornar todos esses procedimentos operacionalizáveis no sistema SAC-BEX.

Jacira Felipe Beltrão

Coordenadora Geral de Programas no País (1997-2002)

A CAPES financia a formação de recursos humanos no País por meio da concessão de bolsas de estudos de mestrado e doutorado, recursos para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e do pagamento de taxas escolares. O financiamento da formação de docentes e de não docentes ocorre por meio de diferentes programas.

No caso de pessoal não docente a concessão de bolsas da CAPES é feita por meio de três programas: o Programa de Demanda Social (DS), o Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF) e o Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares (PROSUP).

O Programa de Demanda Social atende as instituições de ensino superior (IES) públicas que ministram cursos de pós-graduação com nota igual ou superior a 3 auferida na última Avaliação da CAPES. Aos cursos de pós-graduação que recebem bolsas da DS são concedidos recursos para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

O Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF atende a instituições de ensino superior públicas que têm aprovado, pela CAPES, o seu planejamento global de pós-graduação por dois anos, no qual estão previstas as metas a serem atingidas no período. A CAPES concede recursos mensais que serão gastos em bolsas e custeio de atividades de pós-graduação de acordo com o planejado.

O PROSUP concede aos cursos de pós-graduação das IES particulares com nota igual ou superior a 3, auferida na última Avaliação da CAPES bolsas em duas modalidades. A modalidade I corresponde à mensalidade de manutenção do bolsista e à taxa escolar e a Modalidade II corresponde à taxa escolar.

A criação do PROF, em 1998, pretendeu induzir o planejamento da pós-graduação e permitir a flexibilidade na utilização dos recursos pelas IES. O Prosup tornou-se necessário por ser um mecanismo mais adequado ao financiamento da pós-graduação das IES particulares.

No caso da qualificação de pessoal docente, o financiamento é feito por intermédio dos programas: Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), Programa de Qualificação Docente (PQD) e Programa de Qualificação Institucional (PQI).

O PICDT atendeu, até o primeiro semestre de 2002, aos docentes de IES públicas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. A partir do segundo semestre de 2002, este programa passou a financiar os docentes dos CEFETs e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. As IES públicas passaram a ser financiadas pelo PQI, que, dentre outros, tem o objetivo de estimular o planejamento da qualificação de docentes das IES.

Já o PQD tem o objetivo de apoiar os planos de qualificação dos quadros docentes das IES privadas.

Os quadros seguintes apresentam o número de cursos de pós-graduação financiados pela CAPES em 1995 e 2002, a concessão no país de bolsas CAPES em 1995 e 2002 e a situação do alunado do sistema de pós-graduação em 1995 e 2001.

Número de Cursos de Pós-graduação Financiados pela CAPES

2002		1995	
Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
1.059	542	1.705	1.047

Bolsas CAPES Concedidas no PAÍS

1995		2002	
Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
12.040	7.388	12.848	9.880

Situação do Alunado da Pós-graduação no País

1995						2001	
Matriculados		Titulados		atriculados		Titulados	
<i>Me</i>	<i>Do</i>	<i>Me</i>	<i>Do</i>	<i>Me</i>	<i>Do</i>	<i>Me</i>	<i>Do</i>
43.121	19.492	8.982	2.497	61.928	35.102	19.630	6.042

Como podemos observar, o sistema de pós-graduação financiado pela CAPES cresceu 61% no mestrado e 93% no doutorado de 1995 para 2002, enquanto o crescimento do número de bolsas concedidas pela CAPES no país cresceu 7% no mestrado e 34% no doutorado no mesmo período.

O sistema de pós-graduação nacional teve um crescimento expressivo entre 1995 e 2001. Quanto ao número de programas e, sobretudo, quanto ao número de titulados, que teve um aumento de 118% no mestrado e 142% no doutorado.

O orçamento da CAPES não cresceu na mesma proporção que o sistema nacional de pós-graduação. Este fato fica evidente quando comparamos os dados relativos aos dois sistemas: número de bolsas e número de cursos no País.

Tuiskon Dick

Coordenador Geral de Cooperação e Intercâmbio (1999-2002)

Em março de 1995 fui convidado pelo presidente Abílio Baeta Neves para assessorar a CAPES no replanejamento da Cooperação Internacional que passou a ser vinculada à Presidência.

A minha ida para a CAPES foi facilitada em razão do convite do Ministro Paulo Renato Souza de estruturar, junto ao Gabinete, o Programa de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior, posteriormente transformado em um departamento (DEPEM) da Secretaria de Ensino Superior (Sesu). Este programa começou com a importação de equipamentos (até US\$ 300 milhões) destinados ao ensino de graduação das Universidades Federais. Inicialmente a administração do Programa era realizada em espaço cedido pela CAPES, isso tornou minha participação na Cooperação Internacional bem mais fácil.

A ampliação e diversificação desta cooperação, relativamente modesta em 1995, como instrumento de efetiva inserção internacional da boa universidade brasileira e de sua pós-graduação qualificada, apresentou-se como um desafio especial.

A isto se acrescentava o indispensável intercâmbio com sistemas universitários estrangeiros como revigoramento e estímulo permanentes à formação de nossos recursos humanos e por conseguinte, da pesquisa científica no Brasil.

Mais tarde, em maio 1999, com a estruturação do DEPEM consolidada e seus 5 grandes Programas em plena execução, fui solicitado a assumir em definitivo a Coordenação Geral de Cooperação Internacional da CAPES.

Re-Estruturação da Cooperação Internacional

A Coordenação de Cooperação Internacional, vinculada a Diretoria de Programas, era responsável, como ainda hoje o é, pela implementação de programas previstos em tratados, protocolos e memorandos de entendimento, firmados entre o Brasil e outros países.

Ao lado disto, já existia há muito tempo, na CAPES, o programa de bolsas e auxílios no exterior atendendo solicitações individuais. O grande número de brasileiros pós-graduados no exterior conduziu, em muitos casos, à continuidade de contatos e intercâmbio, e terminou exigindo uma formalização mais sistemática de Cooperação Internacional, agora já não mais na base exclusivamente individual, mas de grupos universitários, com projetos conjuntos de pesquisa. Estes **projetos conjuntos de pesquisas** apoiavam o intercâmbio, nos dois sentidos, de pesquisadores-docentes e de estudantes de pós-graduação, visando principalmente o seu doutorado. Eram financiados pelas duas partes em proporção aproximada à participação de cada uma. Em 1995, existiam três programas com esta característica:

- a) com a França, o programa COFECUB, que iniciou em 1978;
- b) com a Inglaterra, o programa com o British Council, iniciado em 1988;
- c) com a Alemanha (DAAD) – Programa PROBRAL, cujo protocolo foi firmado em 1994).

Em 1994 havia em torno de 79 projetos em andamento, já um número significativo. Além disto, a CAPES patrocinava, juntamente com o Ministério de Relações Exteriores e o CNPq, o programa PEC/PG com bolsas de pós-graduação no Brasil para estrangeiros provenientes de países em desenvolvimento de toda a América Latina e do Caribe bem como da África. Estas

bolsas eram oferecidas através das embaixadas brasileiras, pela CAPES e pelo CNPq, em proporções aproximadamente equivalentes.

Esta, em resumo, era a abrangência da Cooperação Internacional na época, quando o Presidente da CAPES, Prof. Abílio Baeta Neves, resolveu vinculá-la diretamente à Presidência da CAPES, como uma Coordenação Geral. Esta foi definida formalmente mais tarde e de maneira mais explícita, na reformulação do organograma do MEC em 1998. Ao vincular a Cooperação Internacional diretamente à Presidência, em março de 1995, fui convidado para colaborar na sua nova programação.

Inicialmente, encaminhei à Presidência duas propostas de Diretrizes para o desenvolvimento de trabalhos futuros: uma de Diretrizes Gerais de Cooperação visando ampliar o intercâmbio incluindo mais países e objetivando a vinculação mais estreita dos projetos à pós-graduação em si, portanto não restringindo o seu benefício a um grupo reduzido, mas principalmente à instituição; outra, visando os países do Mercosul, que apresentava desafios peculiares, com medidas dirigidas ao processo de integração cultural-acadêmico nessa região.

De um modo geral, procurou-se caracterizar o intercâmbio da seguinte forma:

- a) Maior ênfase no envolvimento institucional.
- b) Valorização do produto do intercâmbio, dirigido à maior qualificação dos cursos de pós-graduação como tais.
- c) Aumento da mobilidade não só de docentes mas, principalmente, de alunos de pós-graduação, bem como de jovens pós doutores.
- d) A mobilidade deveria, na medida do possível, ter intensidade semelhante nos dois sentidos, exigindo para tal um esforço especial do nosso lado.
- e) Os grupos parceiros deveriam ter qualificação a mais simétrica possível, exigindo-se dos programas de pós-graduação brasileiros uma avaliação, preferencialmente, com nota igual ou superior a cinco (antes, A e B). Os demais cursos poderiam participar na Cooperação Internacional em associação a estes mais qualificados, especialmente via PROCAD. A escolha de cursos de pós-graduação com maior experiência e melhor produção científica representava uma garantia de sucesso do investimento em cada caso.
- f) Ênfase no co-financiamento. Aprendemos que, insistindo nesse aspecto e na maior qualificação dos grupos, também se obtinha um aporte mais significativo de recursos financeiros por parte dos parceiros estrangeiros.

Por outro lado, o intercâmbio não era mais visto pelo país parceiro como um simples investimento solidário a um país em desenvolvimento, mas era valorizado pelo interesse real e explícito de cultivar o intercâmbio por seu mérito científico e acadêmico, portanto, com motivação efetiva de ambos os lados.

Para este efeito, foi importante que a Presidência e a Diretoria da Administração sempre tenham colocado à disposição da CGCI os recursos satisfatórios e no tempo adequado, sem interrupção, o que nem sempre aconteceu com vários dos nossos parceiros do hemisfério norte.

Essas circunstâncias, a seleção de grupos brasileiros qualificados e a normalidade de recursos suficientes nos colocavam em posição vantajosa nas negociações de novos acordos.

Finalmente, todas as atividades de cooperação internacional foram desenvolvidas dentro do princípio que toda integração internacional, tanto política como econômica, em última análise deve ser acompanhada de processo de interação cultural, em especial, a científica, tecnológica e acadêmica. Esta interação, estável e continuada, deve ser considerada como um importante fator de sustentação de processos de integração multinacional. Com isto presente, a CAPES procurou executar todas as suas iniciativas internacionais em consonância com o apoio dos meios diplomáticos brasileiros. Neste sentido, a cooperação com a embaixada brasileira na Alemanha,

ressaltando a participação do Embaixador Roberto Abdenour na execução dos programas, foi exemplar.

Em resumo,

- a) a ênfase na vinculação institucional aos cursos de pós-graduação,
- b) grupos qualificados de ambos os lados,
- c) a mobilidade simétrica,
- d) o co-financiamento semelhante, e
- e) a sua inserção nas atividades diplomáticas do país, foram as nossas referências básicas no intercâmbio internacional da CAPES.

Os programas tradicionais: COFECUB, BRITISH COUNCIL, DAAD

1. O tradicional programa CAPES/COFECUB com a França, agora com 24 anos em andamento, em 1994 tinha 77 projetos conjuntos e se ampliou, com crescimento espontâneo, até os atuais 128 projetos. Em determinado momento (2000), o lado francês teve dificuldades de sustentar os seus custos. A CAPES decidiu, para o exercício fiscal daquele ano, assumir também parte desses encargos, com a preocupação de não interromper projetos em pleno desenvolvimento, nos quais participavam muitas dezenas de grupos de pesquisa. Atualmente, a cooperação com a França, através do COFECUB, com a administração eficiente de seu presidente Daniel Nahon, e a secretária Marie Madeleine Nehlil plenamente satisfatória, incluindo um considerável número de doutorandos em “co-tutelle”, isto é, com orientação dupla franco-brasileira. Isto confere titulação simultânea pelas duas instituições, o que demonstra a valorização da atividade pós-graduada brasileira.

2. Com a Inglaterra, a cooperação passou por altos e baixos. Em parceria com o British Council, iniciada em 1988, chegamos a ter, em 2000, 37 projetos conjuntos em andamento. Uma das sérias dificuldades era a cobrança de elevadas taxas de matrícula e de uso de laboratório não só por doutorandos, mas, surpreendentemente, também por pós-doutores. Outro aspecto menos positivo foi o diminuto envio de pós-graduandos ingleses para o Brasil, bem diferente do intercâmbio francês e alemão, fato que foge ao espírito da Cooperação Internacional preconizada pela CAPES. O fato mais grave, todavia, verificou-se no início do ano 2000, quando estávamos iniciando a seleção de novos projetos para aquele ano. O British Council, em plena reunião de seleção, comunicou que estava suspendendo a cooperação em andamento.

Conseguimos preservar os projetos em andamento, com sustentação financeira, pelo menos da parte brasileira, até suas conclusões previstas. As tentativas posteriores de obter como interlocutor formal outros órgãos ingleses como o HEFCE não surtiram efeito. Houve tentativas isoladas por meio da Universidade de Southampton, em especial de seu importante Instituto de Oceanologia. No caso da Universidade de Oxford (Centro Brasileiro) foi firmado convênio que, entre outros aspectos, oferece modestas reduções de taxas, inclusive de Colleges, mas que se encontra improdutivo. Por indução da Embaixada Brasileira em Londres, a CAPES acertou indicar e financiar junto a Chatham House, órgão vinculado ao Foreign Office, um especialista para assessorar a área do Mercosul. Para nós, isto poderia representar uma forma de estimular projetos e seminários envolvendo a União Européia e o Brasil com Mercosul.

3. A terceira atividade, projetos conjuntos de pesquisa com grupos da Alemanha através do DAAD, foi objeto de um protocolo em 1994, com seleção de projetos, que na prática iniciaram em 1995. Hoje são 56 projetos em andamento, com a melhor mobilidade nos dois sentidos, de todos os nossos programas internacionais. Pode ser definido como um modelo de cooperação na qual participa diretamente o presidente do DAAD, Prof. Berchem e o seu Secretário Geral, Dr. Bode. Além dos dirigentes em Bonn, Dr. Spitta e a Dra. Althoff, o apoio do grupo do Escritório

Regional do DAAD no Rio é extraordinário, com participação entusiasmada de seu Diretor, Dr. Schwamborn e a dedicação de todo o seu staff. O objetivo comum era o de expandir o programa até 100 projetos em andamento. Lamentavelmente, tal não foi logrado o que nos levou a propor outras formas de cooperação que serão descritas mais tarde.

Como a cooperação se tornou mais diversificada e nas reuniões oficiais da Comissão Mista Brasil-Alemanha (Comista) não havia espaço suficiente para uma análise e discussão ampla do intercâmbio, a CAPES e o DAAD resolveram instituir a Reunião Anual, binacional, CAPES/DAAD de Cooperação Educacional, para discutir as atividades em andamento e novas propostas de cooperação. Isto sempre no quadro das intenções da Comista, à qual deveriam ser reportadas as conclusões e propostas. As reuniões vêm sendo realizadas desde 1997 na Alemanha e no Brasil, alternadamente, com regularidade.

Todavia, embora as direções anteriores do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Itamaraty valorizassem e utilizassem estas reuniões, a recente administração do DCT parece não ter compreendido assim. Fato é que a CAPES, em especial a CGCI, foi excluída inicialmente da programação da Comista em 2002, sendo-lhe dado, após solicitação da delegação alemã, um espaço por “deferência especial”. O surpreendente é que os responsáveis pela DCT ignoraram o fato que mais de 90% das publicações científicas do Brasil são efetuadas pelas Universidades, em especial as públicas, e fortemente vinculadas às atividades de pós-graduação. É certamente uma pequena curiosidade, algo paradoxal, em nosso cenário científico-acadêmico, mas de fácil retificação futura.

Ampliação do intercâmbio internacional

Além da implementação do Programa PROBRAL/DAAD/CAPES, da cooperação com a França (COFECUB) e com a Inglaterra (British Council), tornou-se imperioso ampliar o intercâmbio internacional usando o sistema já tão bem sucedido de projetos conjuntos de pesquisa.

1. O primeiro alvo foram os países da península ibérica.

Com Portugal obteve-se rápida concordância com a nossa proposta. O protocolo foi assinado em maio de 1995 e a cooperação iniciada com 15 projetos, em 1996. Hoje temos 53 projetos em andamento, em ação conjunta com o ICCTI (atual Gabinete de Cooperação Internacional). É desejável que a cooperação com Portugal conte no futuro com um aumento de bolsistas visitantes no Brasil.

Com a Espanha, inicialmente, não houve sucesso na elaboração de um protocolo. A Agência de Cooperação Ibero-Americana indicada como interlocutora, embora recebesse do Ministério Espanhol de Educação interesse acentuado, não demonstrou reação positiva.

Mais tarde, na nova gestão do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, dirigido pela ministra Pilar Del Castillo Vera, com participação muito positiva do então diretor do Departamento de Ensino Superior, Prof. Ismael Crespo Martinez, e da Coordenadora Internacional, Dra. Maria Luiza Peñacoba, foi possível, em março de 2001, formalizar o protocolo. Hoje o intercâmbio conta com 37 projetos previstos para 2003. Este programa também prevê a realização de seminários.

2. Na esfera do Mercosul organizamos propostas para a Argentina e para o Chile. Com a Argentina foi firmado um convênio através do Ministério de Educação e Cultura, em especial a SETCIP, nos moldes do COFECUB e PROBRAL.

Iniciado efetivamente em 1998, em 2002 contamos com 50 projetos conjuntos de pesquisa com vasta mobilidade de docentes e bolsistas de pós-graduação e pós-doutorado. Também foi estabelecido um protocolo de cooperação com a Fundação Antorchas (privada), que corresponde à Fundação VITAE brasileira, agora com 4 projetos em andamento.

Com o Chile, embora fosse proposto e assinado protocolo semelhante ao da Argentina, nada pôde ser efetuado até a presente data em face de falta de indicação de recursos pela Conicyt.

Foi implantada uma Cátedra Rio Branco, financiada pela CAPES, junto à Universidade do Chile, alternando com a Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Quanto aos demais países membros do Mercosul, foi recomendado que os grupos interessados se associassem em rede com os projetos originados na Argentina.

No Uruguai existe um convênio com a Universidad de La Republica, menos operante, que somente agora recebeu uma primeira proposta de projeto de cooperação.

3. Também Cuba foi incluída nos programas de projetos conjuntos de pesquisa. O protocolo foi firmado em 1996 e hoje há 2 projetos em andamento.

A cooperação internacional por meio de Projetos Conjuntos de Pesquisa, em níveis simétricos e voltados para a formação de recursos humanos e o fortalecimento dos cursos de pós-graduação, mostrou-se muito eficiente, com participação intensiva do sistema de pós-graduação e permite um investimento eficiente na implementação de bolsas. A CAPES tem, no total, 304 projetos internacionais de pesquisa conjunta em andamento.

Os doutorados sanduiche no exterior, realizados no quadro de projetos conjuntos de pesquisas, previamente delineados com detalhe e em plena execução, permitem ao candidato um rápido entrosamento e produção, em relação ao tempo investido. O bolsista, com sua formação básica já sedimentada no curso de origem, iniciando seu estágio no estrangeiro em condições bem planejadas, praticamente inicia seu trabalho no primeiro dia, sem precisar de muito tempo para adaptar-se.

Mas isto não exclui a importância de um doutorado pleno de 4 anos no estrangeiro para um número significativo de bolsistas brasileiros, como forma insubstituível de internacionalização da pesquisa brasileira.

Tentamos, já em 1996 e 1997, induzir um convênio bilateral Brasil-União Européia à semelhança do que estava sendo proposto pelo Canadá, Austrália, Israel e Rússia. Com isto teríamos um eficiente processo para co-financiamento, atingindo todos os países da União. Vários contatos foram feitos junto a órgãos da União Européia, com apoio da embaixada brasileira junto a União e a Confederação Européia de Reitores. Mas sem sucesso. A ênfase da União Européia para a América do Sul parecia ser o Programa Alfa, multilateral, não apropriado para nós, embora diversos países, finalmente, obtivessem os acordos bilaterais, inclusive Argentina.

Um parceiro óbvio parecia ser a Itália. Foram feitas diversas tentativas, mas foi difícil encontrar um interlocutor permanente que pudesse corresponder aos programas habituais da CAPES.

Estas programações deveriam ser estendidas, no futuro, para países como Canadá, México, Índia, Austrália e Japão que poderão ser excelentes parceiros e para cujo intercâmbio a CAPES deveria reservar recursos satisfatórios.

A parceria com os Estados Unidos

A parceria com os Estados Unidos foi um desafio especial e trouxe uma oportunidade excelente de inovação.

A relação científica e acadêmica Estados Unidos – Brasil foi muito intensa nas décadas de 50, 60 e 70, com apoio de Fundações como a Rockefeller, Kellog, Ford e outros programas governamentais. Além de bolsas, havia amplos programas temáticos, por exemplo, de Agronomia, Genética, Bioquímica, Medicina, Ciência Política, com grandes investimentos.

Nos últimos anos, isto foi reduzido a poucas atividades, de longe sem o impacto anterior. Somente o programa de bolsas da CAPES para os Estados Unidos cresceu significativamente. O número de bolsistas para aquele país costuma chegar, anualmente, a cerca de 450: praticamente um terço de todas as bolsas de estudos no exterior. Além disto cooperamos na execução dos programas da Fundação Fullbright.

Por ocasião da visita do Presidente Clinton ao Brasil, sugerimos a inclusão no Protocolo oficial do item “ expansion of higher education exchange”. Este tópico foi tema central da reunião em Charleston, South Carolina (1999), com a presença de uma grande comitiva brasileira, liderada pelo Ministro Paulo Renato Souza e com a participação do presidente da CAPES Prof. Abílio Baeta Neves, diversos reitores e representantes universitários. A numerosa representação americana foi presidida pelo secretário da Educação Mr. Riley. Por nossa proposta, foi decidido implementar um intercâmbio acadêmico intensivo, à semelhança do que a CAPES já realizava com países europeus. A primeira modalidade proposta, convênio com consórcios de universidades americanas, não se mostrou viável. Surgiu então um novo possível parceiro, o “Fund of Improvement of Post Secondary Education (FIPSE)”. Este mostrou-se um interlocutor ideal. É vinculado diretamente ao “Department of Education” e tem orçamento próprio com recursos do governo federal.

O FIPSE, que supervisiona o programa nacional de apoio aos “Community Colleges” nos Estados, foi encarregado, com o estabelecimento do NAFTA, de estruturar um grande programa de parcerias universitárias entre os Estados Unidos, México e Canadá, e destes, com os países da União Européia.

Foi então elaborado um protocolo CAPES/FIPSE baseado no Acordo do MEC/Department of Education e em 2001 iniciamos uma nova modalidade de intercâmbio Internacional da CAPES. São as Parcerias de Instituições Universitárias Brasil – Estados Unidos concentrando em uma área determinada de formação acadêmica, intercâmbio de alunos (de graduação) nos dois sentidos em número semelhante, ausência de taxas, reconhecimento obrigatório de créditos, pelos dois lados. Em conseqüência, é estimulada a análise e recíproca adaptação dos currículos, desenvolvimento de disciplinas em comum, aproximação de conteúdos e metodologia de ensino, construindo, quando possível e desejado, a possibilidade de uma diplomação simultânea, dupla, pelas instituições parceiras.

Esta forma de intercâmbio, sempre de interesse e forte motivação recíproca, não somente oferece benefícios aos estudantes de intercâmbio, mas estabelece um estímulo, quase uma provocação, para revisar e repensar currículos e modos de formação acadêmica. Além disso, expõe criticamente o ensino universitário brasileiro naquilo que certamente oferece de melhor e naquilo que possui de deficiente, oportunizando uma efetiva inserção internacional.

A expectativa é que as parcerias se consolidem, obtenham recursos de outras fontes para ampliar o intercâmbio, e sirvam de ponto de partida para estender a interação a outras atividades como a pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

No Brasil, um dos parceiros deve ser uma universidade pública e a segunda deve pertencer a outro estado. Isto promove a dispersão, com projetos em quase todos os Estados da União, desde Roraima até Rio Grande do Sul.

Logo após iniciar o Programa FIPSE/CAPES, o DAAD/Alemanha solicitou programa semelhante, que foi denominado UNIBRAL, já em pleno andamento.

Em 2002, foi iniciada atividade semelhante com a França, o Programa BRAFITEC, ainda restrito à área tecnológica.

Situação atual

De certa forma, os três grandes programas de parcerias universitárias substituem o anterior intercâmbio de estudantes de engenharia, agora com forte envolvimento institucional e com repercussão sobre a melhoria do ensino. O custo, quando os projetos estiverem em pleno desenvolvimento, não será muito diferente daquele do programa anterior, com a vantagem dos programas serem abertos a todas as áreas acadêmicas, com repercussão institucional marcante, exposição e inserção internacional da universidade brasileira. Imaginamos que muitas destas parcerias vão se consolidar e ampliar, servindo de base para outras interações acadêmicas. Se bem conduzidas, poderão atrair recursos de outras fontes. Esperamos que os programas na realidade funcionem como “seeding projects”.

Atualmente (2002), há um total de 46 parcerias universitárias, envolvendo 49 setores institucionais brasileiros. Em 2005, com os três programas em andamento, haverá estimativamente, conforme os acordos firmados, pelo menos 130 parcerias, com pelo menos 170 setores institucionais brasileiros participando (isto poderia se traduzir em aproximadamente 730 estudantes e 250 docentes brasileiros e 650 estudantes e 190 professores estrangeiros participando do intercâmbio anual). Evidentemente, estas estimativas são condicionadas pelos recursos disponíveis de ambos os lados.

A extensão desta programação para outros países já está sendo negociada. Nas reuniões oficiais com os representantes do Mercosul, da área de pós-graduação, surgia com insistência a proposta de equivalência automática de diplomas de pós-graduação. Nós sempre nos opusemos a esta abordagem simplista, a qual, além de desconsiderar o importante esforço da CAPES e da CONEAU (Argentina) de qualificação da pós-graduação, avaliação pelos pares e credenciamento dos cursos, definitivamente iria induzir o surgimento das pseudo pós-graduações virtuais, de objetivo comercial.

Nossa proposta firmada em documento aprovado oficialmente pelas partes se concentrava, de um lado, no estabelecimento gradativo de critérios e referências semelhantes de avaliação e, de outro, no desenvolvimento de atividades integradas de pós-graduação, por áreas e caso a caso. Estas seriam as condições básicas para a uma aceitação recíproca, correta e séria, dos diplomas de doutorado e de mestrado.

Por ocasião da recente crise econômica que atingiu a Argentina, com reflexos dramáticos em sua pesquisa e pós-graduação, propusemos o Programa de Centros Associados de Pós-graduação – CAPG, financiado pela CAPES, visando parceria de pós-graduação um a um, ou rede, em estágio mais avançado, reformando reciprocamente os currículos, através de professores visitantes, troca de alunos de pós-graduação, co-orientação de teses e dissertações (à semelhança da “co-tutelle”, que já mantemos com a França), uso comum de arquivos, laboratórios e, no Brasil, do portal CAPES, além da instituição de bolsa de “Professor Associado na Pós-graduação”. Esta permite que pesquisadores argentinos se integrem mais permanentemente na pós-graduação no Brasil sem contudo se desvincular do seu curso de origem, evitando, portanto, o “brain drain”. Iniciado em 2002, hoje o CAPG tem 15 parcerias autorizadas e em

funcionamento, das quais 6 participando de redes na área de física entre grande parte dos núcleos mais expressivos dos dois países. É previsto que neste molde sejam estruturados nos próximos três anos pelo menos 40 parcerias financiadas.

Seria muito desejável que o CAPG fosse o início para a implantação de um amplo Programa de Parcerias Universitárias do Mercosul, abrangendo a graduação e a pós-graduação e atraindo, baseado no sucesso convincente do CAPG, recursos externos como, por exemplo, do Banco Mundial (que aliás prevê parcerias universitárias), do BID, da União Européia e de instituições que fomentam áreas específicas como Agropecuária, Meio Ambiente, Informática e Biotecnologia, entre outras.

Uma segunda iniciativa, com negociação praticamente ultimada, pretende estabelecer parceria de Centros de Pós-graduação brasileiros com os “Graduiester Kollegs” da Alemanha, patrocinados pela Deutscher Forschungsgemeinschaft (DFG), que corresponde ao CNPq. Duas possibilidades já estão previstas: ou parcerias com Graduiester Kollegs já existentes (são 268 no momento) ou o estabelecimento de programas novos por intermédio de Graduiester Kollegs Internacionais. A implantação deste programa de parceria, com participação financeira direta e indireta do DFG, seria por certo um passo significativo para a qualificação e o reconhecimento da competência acadêmica brasileira.

Resumindo, no meu entender, as novas formas de parceria universitária devem ser ampliadas e consolidadas, inserindo o Brasil academicamente no contexto internacional. É uma espécie de “ERASMUS PROGRAM” do Brasil, mas com forte e intensa participação institucional.

Existe uma série de outros programas, mais setoriais. Entre estes, se destacam os de bolsas que o Brasil oferece a estudantes estrangeiros, em função de acordos culturais firmados.

- a) O Programa de Estudante Convênio de Pós-graduação (PEC-Pg) é o mais importante e tradicional. É oferecido, através das embaixadas brasileiras, a candidatos dos países em desenvolvimento de toda a América Latina e do Caribe, África e, agora, Timor Leste. A preparação da seleção é executada pela CAPES, com decisão conjunta pela CAPES, CNPq e Itamaraty. Os custos das bolsas recaem sobre os dois primeiros, ficando a CAPES com os países da África e do Mercosul. É um programa bem estabilizado, devendo todavia ser atualizado o Protocolo correspondente que data de 1983, especialmente quanto aos compromissos financeiros e a normalização dos mesmos, quanto a auditoria pública. Neste sentido, foi feita proposta concreta ao DCT - Itamaraty em outubro de 2002, e está sendo aguardado o pronunciamento desse órgão.
- b) Há também programas semelhantes de bolsas para candidatos da Argentina e de Cuba.
- c) Entre os programas especiais cabe destacar os convênios com a Universidade do Texas, Austin, e com o Estado da Baviera, Alemanha. O primeiro atinge todo o sistema de Universidades do Texas, com o qual várias instituições brasileiras já mantêm intercâmbio tradicional. Cabe ressaltar que na Universidade do Texas, Austin fica localizado o Centro de Estudos Brasileiros, provavelmente o mais atuante nos Estados Unidos. Implementamos uma programação de projetos conjuntos de pesquisa e outra de treinamento de especialistas brasileiros em análise quantitativa de bancos de dados sociais. Este tipo de colaboração poderá servir de ponto de partida para atividades semelhantes com outros consórcios universitários nos Estados Unidos. Um segundo programa foi elaborado em função do Protocolo assinado em 2001 com o Estado da Baviera. Ele ampliou o número de projetos conjuntos de pesquisa com a Alemanha e permitiu reincluir os Fachhochschulen da Baviera, aliás excelentes no intercâmbio com os CEFETS brasileiros. (O intercâmbio Fachhochschulen/CEFETS, em funcionamento por 6 anos, foi interrompido pela Alemanha em 2001/2). O Protocolo BAVIERA/MEC também permitiu iniciar uma nova programação dirigida aos Hospitais Universitários. O programa de parceria de Hospitais Universitários com a França não teve seguimento eficiente. Tanto neste país como na Alemanha, os mesmos estão vinculados financeiramente aos respectivos sistemas de saúde, não permitindo um co-financiamento continuado garantido. Na Baviera os Hospitais Universitários estão

diretamente ligados às Universidades e ao Ministério Estadual de Pesquisa e Cultura. As bases deste Intercâmbio foram aprovadas em 2002, uma missão da Baviera foi recebida no 2º semestre, e uma série de atividades foram programadas para 2003, com vivo interesse dos hospitais alemães. Inicialmente, como fase piloto, foram escolhidos pelo lado brasileiro três hospitais de universidade federais que funcionarão como pólos regionais de intercâmbio. Numa segunda fase, o programa deveria ser ampliado.

- d) Além desses programas, a Coordenação Geral de Cooperação Internacional participa de outras atividades, apoiando substantivamente, por exemplo, as bolsas Fulbright/CAPES; oferecendo o Prêmio Humboldt para cientistas alemães no Brasil; apoiando Programas do DAAD como o de Biociências, o de bolsas de Doutorado Sanduíche e docentes alemães de curta duração.
- e) Em 2001, foi retomado o Programa de Professores Visitantes Estrangeiros. Estes deverão efetivamente representar um reforço aos curso de pós-graduação, adicionando novas linhas de pesquisa e preenchendo lacunas dos currículos. Este Programa teve uma procura significativa.

Finalizando, a CGCI procurou operar, fundamentalmente, como apoio às atividades centrais da CAPES, contribuindo para a qualificação da Pós-graduação Brasileira, para a ampliação de suas atividades de pesquisa e a sua inserção internacional. Por outro lado, procurou colaborar com o esforço da integração cultural do Brasil no estrangeiro.

Apesar do realizado, muitos desafios ainda estão abertos.

Jorge Almeida Guimarães

Conselho Superior (2002-)

O meu envolvimento com a CAPES começou em 1984, quando participei pela primeira vez da avaliação de minha área. Na época, a área chamava-se Ciências Fisiológicas e incluía todas as subáreas que hoje compõem as Ciências Biológicas I e Ciências Biológicas III. Naquela época, o coordenador era Eduardo Moacir Krieger, hoje presidente da Academia Brasileira de Ciências, que me convidou para participar de uma comissão de avaliação. Esse foi o primeiro contato, e desde então passei a estar mais presente nas comissões da CAPES. Em 1986, fui designado presidente de área, o que durou até 1990. Substituí o Krieger e fui o representante dos presidentes de área no Conselho Deliberativo, que tinha as mesmas funções do atual Conselho Superior. O presidente na época era Edson Machado, na verdade diretor-geral. Durante esse período, 1986-1990, minha interação foi muito forte com a CAPES. Passei a conhecer melhor seus programas e a admirar seu trabalho como agência da área federal, que, seguramente, é a mais eficiente no que diz respeito à relação custo-benefício. Sempre foi uma agência enxuta, com um excelente corpo de servidores, que realiza um trabalho muito intenso. Enfim, sua estrutura administrativa e burocrática sempre contou com a eficiência da comunidade científica.

Nesse período comecei a participar das atividades mais de perto. Aqui era feito um trabalho que mais tarde se desdobrou em inúmeros relatórios e documentos sobre as atividades desenvolvidas na CAPES. Eram os estudos que Ivan Rocha produziu enquanto Diretor de Programas e que demonstravam como a CAPES estava operando. Relatórios com dados, tabelas e estatísticas sobre a situação da pós-graduação. Naquele tempo já se dispunha de informações, por área de conhecimento, sobre os problemas, estrangulamentos e potencialidades da pós-graduação brasileira, e isso me agradava muito, porque era uma fonte riquíssima de informação para fazer política científica. Os relatórios da CAPES são absolutamente importantes para se fazer política científica. Naquele período foi muito bom e útil poder dispor dessas informações. Mantive uma interação muito grande com os diversos cursos da área em que era presidente. Conheci essa realidade e passei a ter uma visão muito própria de como estava indo a pós-graduação na nossa área. Incentivamos várias iniciativas importantes como a criação de cursos em áreas e instituições em que percebíamos que já havia massa crítica. Acontecia um fato curioso que permanece até hoje: na grande maioria dos casos, a iniciativa de criar um curso de pós-graduação não é da instituição, é de um grupo de professores – é até bastante curioso – que fazem a maluquice de propor mais trabalho para si, para ganhar o mesmo salário. Mais trabalho e ainda montar um curso de pós-graduação, o que não é trivial, é uma tarefa que deve ser feita com muita responsabilidade. Na verdade, sobraram poucos, se é que existem alguns, reitores e pró-reitores que saem do seu gabinete e vão pelos departamentos ou centros e dizem: “você têm vinte doutores e ainda não têm um curso de pós-graduação? Você têm tantas semanas para montar o programa”. Eu não conheço esses exemplos. Podem existir, conheço bons pró-reitores, mas essa não é uma prática comum. A prática é ao contrário. Montei vários cursos de pós-graduação na minha vida e todos foram com esse viés. O último foi no Rio Grande do Sul faz quatro anos, quando me transferi da UFRJ para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde a área das Biológicas II contava com trinta doutores e não tinha um curso de pós-graduação próprio. Claro que os doutores *seniors* atuavam em outros cursos da universidade. Dessa forma, não se cria massa crítica própria e nem espírito de corpo, no bom sentido da palavra, na unidade em que os pesquisadores estão vinculadas.

Em 1990 terminou meu mandato como presidente de área e assumi a Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq, de onde fui presidente eventual. Na época, não existia o cargo de vice-presidente. Fui diretor do CNPq até meados de 1993. Essa experiência com a CAPES foi extremamente útil. Aprendi também, nesse período, que as duas agências tinham que conversar muito. Seguramente, modéstia à parte, acho que foi o período em que mais houve contato entre CNPq e CAPES, apesar de terem passado várias pessoas aqui na CAPES. Lembro que nos reuníamos com uma frequência muito grande para definir os critérios e procedimentos que deveriam ser adotados em comum, tais como valor e concessão de bolsas, recursos para bolsas no exterior, pagamento do cônjuge, enfim, operações desse tipo que eram

necessárias de serem feitas conjuntamente, e nós fizemos com os três dirigentes que passaram por aqui. Durante o período como diretor do CNPq, participei muitas vezes das reuniões do Grupo Técnico Consultivo - GTC, colegiado que passou a desempenhar as funções da extinta Comissão Nacional de Pós-Graduação. O GTC era composto por dirigentes das agências de fomento às atividades de C & T e à formação de recursos humanos de alto nível (CAPES, CNPq, FINEP, FAPESP, EMBRAPA, IPEA, e outras) e por representantes de ministérios que, direta ou indiretamente, apoiassem essas atividades, como o Ministério da Educação, da Indústria e Comércio, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento. Participei de muitas reuniões desse colegiado, como diretor do CNPq, para a análise de cursos novos que era função principal do GTC. Com esse grupo ganhei novas experiências que fui acumulando com minha passagem na Diretoria do CNPq. Fiquei fora desse sistema quando fui para o exterior e, ao retornar ao país, em 1997, voltei a atuar na CAPES como representante de área nas Ciências Biológicas II. Foram dois mandatos, 1997 a 2001. Esse período foi muito rico, muitas inovações foram introduzidas, especialmente em 1998 quando a direção atual alterou o sistema de avaliação.

As mudanças no sistema de avaliação

Vi como oportunas e muito boas essas mudanças, embora eu tenha preocupações sobre a sua continuidade. As modificações foram várias e extremamente necessárias e importantes. A primeira delas foi passar os conceitos para uma escala que vai até sete; a segunda foi introduzir a necessidade da avaliação sair de dentro da área e ter que passar pela homologação do CTC. Uma tentativa que ainda necessita ser aperfeiçoada é a de ter critérios mais próximos possíveis, pelo menos para as grandes áreas, porque sempre houve um problema grave de distorção e de falta de homogeneidade, mesmo dentro das grandes áreas. Essa discussão representa um esforço iniciado nesta gestão e que não está terminado, precisa continuar, mas que resultou em uma mudança muito grande. Outro ponto: a inserção internacional. Foi uma inovação importante e, embora não tenha sido ainda de todo assimilada por muitas áreas, é necessária porque distingue os cursos acima do conceito 5. A rigor, todos os cursos deverão ser avaliados até a nota 5 e os que têm melhor desempenho dentro da nota 5 devem ser considerados sob o ponto de vista da inserção internacional para receber notas 6 e 7. Como não foi uma regra de cima para baixo, no sentido de definir o percentual de inserção internacional, as áreas que não fizeram isso estão devendo à CAPES esse trabalho. Mas ninguém diz qual é o limite, e é necessário dizer. A outra grande inovação foi o QUALIS, que também está amarrado nisso e que de fato trouxe um exemplo extremamente transparente de como as áreas se posicionam diante da maneira de avaliar a pertinência, o desempenho, em atender este ou aquele outro ponto. Enfim, foi um conjunto de ações, e seguramente estou esquecendo de algumas, mas que foram extremamente importantes entre as muitas introduzidas, a partir da avaliação de 1998.

O papel do Conselho Técnico-Científico - CTC

O CTC passou a ter um papel muito importante na homologação da avaliação. Resolveu um pouco a questão da heterogeneidade entre as áreas; claro que existe heterogeneidade dentro das áreas e entre elas. A partir de 1998, não basta convencer os pares, tem que convencer os pares que não são da mesma área. Isso causa polêmicas e gera debates importantes, porque cada um quer que a pós-graduação da sua área seja sempre a melhor possível no contexto nacional e internacional. Essas discussões que aconteceram algumas vezes, muito mais em 2001 do que em 1998, são salutares. Precisam existir para se poder ter uma idéia de como a pós-graduação vai maturando.

O Conselho Superior - CS

Este Conselho se reúne regularmente e segue todos os procedimentos de funcionamento de um verdadeiro Conselho Superior. Entendo que a administração da CAPES é um empreendimento bastante *suis generis* e bastante especial na administração pública no Brasil. Conhecendo como ela era antes e como funciona o CNPq e a FINEP, onde também fui membro do Conselho Consultivo, vejo que a CAPES tem uma hierarquia interessante. As decisões de natureza puramente administrativa, vamos dizer, do dia-a-dia, são tomadas de uma maneira que não sobrecarrega o Conselho Superior, o que freqüentemente ocorre, até mesmo no Conselho Deliberativo do CNPq. No CS não se discute se o curso X precisa mais bolsa. O Conselho, de modo geral, pode sugerir, recomendar e até mesmo aprovar algumas mudanças de direção, mas de fato trabalha com as grandes políticas e aí reside um dos importantes papéis desse Conselho. As reuniões são bastante enxutas e muito efetivas na aprovação de novas iniciativas. O CS trabalha com uma visão de longo prazo, o que é outro ponto importante.

A expansão da pós-graduação

As preocupações que tenho residem em algumas dificuldades que ainda perduram. É sabido que a pós-graduação precisa e deve crescer. Nós somos ainda uma comunidade muito pequena. Apesar de estarmos formando o número razoável de seis mil doutores por ano, esse número é infinitamente menor do que formam os países que já estão desenvolvidos, e muito menor do que o dos países que estão competindo conosco. A Coréia forma 15 mil doutores. Os nossos seis mil doutores não deveriam estar assustando, mas estão. Primeiro, porque devem ser bem formados e, segundo, porque têm que ter emprego. Esses são dois pontos que devem ser acoplados à questão da formação. Mesmo formando seis mil doutores, como no ano passado, continuamos com um número de doutores muito pequeno no Brasil e com um desafio absolutamente fantástico. Existe a meta de termos, no ano 2007, 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, em instituições públicas e privadas. Para esse ano, a projeção é de 5 milhões e 400 mil graduandos, em vez dos 2 milhões e 500 mil de hoje. Portanto, vamos precisar de 270 mil doutores para atender o ensino de graduação. Mas só temos 30 e poucos mil hoje. Um fato interessante que aconteceu nesses últimos dez anos foi que a matrícula no ensino fundamental e médio cresceu, como precisava crescer. Essa população jovem vai buscar a universidade; a primeira vai ser a pública, entre outras razões porque boa parte dos estudantes estão vindo também de escolas médias públicas. Os seis mil doutores titulados por ano estão longe de atender a demanda. A expansão do sistema de ensino superior vai ter que confrontar a necessidade com essa realidade. Não tenho dúvida de que a pós-graduação precisa crescer. No meu modo de ver, ela vem crescendo um pouco além do que seria esperado. Chegam na CAPES cerca de 300 pedidos novos de cursos de pós-graduação por semestre, e neste último semestre a expectativa é que esse número seja ultrapassado. Obviamente, não estão sendo instalados 300 grupos novos de pesquisa no Brasil por semestre. Existe um fenômeno curioso cuja origem não se conhece muito bem. É necessário expandir a pós-graduação, mas a expansão precisa ser feita com qualidade e esse é um ponto que me preocupa. No CTC, defendi várias vezes que doutorados novos não deveriam começar com nota menor que 4, porque uma nota 3, especialmente no doutorado, representa um risco para todo mundo. É um risco para a instituição se o 3 cair para 2, por ocasião da avaliação trienal: perdem os alunos porque o curso não apresentou bom desempenho e é descredenciado; perdem as agências que concederam bolsas; e perderam tempo os consultores que avaliaram nas duas ocasiões. Há uma grande quantidade de doutorados recomendados pelo CTC com nota 3 e isso me preocupa muito. Na base dessa preocupação, vem a segunda: aparentemente há um desejo das instituições públicas e não públicas que dizem: “queremos ter um curso de pós-graduação, nem que seja com conceito três”, e esta maneira de pensar não é salutar. A preocupação de ter uma curva de *Gauss* é uma preocupação da agência, mas não é uma preocupação da universidade. Seria muito bom se todos os cursos fossem 6 e 7, ou seja, meritariamente qualificados com notas

6 e 7. É claro que, se isso vier a ocorrer, o nível do sarrafo terá que subir também e, nesse caso, o nível do sarrafo vai formar a curva de *Gauss*. Infelizmente, a expansão ocorre um pouco pelo corporativismo das áreas, um pouco pela necessidade de ter que crescer, enfim, são vários os fatores. Esse fato é preocupante e está desembocando na avaliação.

Vou dar o exemplo das Ciências Biológicas. Na seleção para o ProDOC, tivemos um resultado que, na minha opinião, é desastroso. Porque não foi um bom resultado? As Biológicas são as áreas que menos crescem na CAPES e elas crescem menos porque são áreas mais maduras. Os programas quando crescem é do mestrado para doutorado, raramente criam-se cursos novos, especialmente nas áreas mais tradicionais. Aparecem poucos cursos novos nas Biológicas I e na Ecologia e Meio-Ambiente. O crescimento médio do número de cursos de doutorado, entre 1974 e 2000, foi de cinco vezes. No entanto, tem áreas que cresceram 13 vezes, quer dizer, mais que o dobro. E tem um conjunto de áreas que cresceram menos da metade. Isso mostra, e está explicado num artigo que escrevi, que naquelas áreas que estavam consolidadas e já havia massa crítica, quando surgiu a pós-graduação formal, foram estabelecidos critérios e padrões que até hoje o restante da comunidade dessas áreas segue com muita pertinência. Ou seja, ninguém vai montar um curso de bioquímica ou de farmacologia se não tiver, no mínimo, 12 ou 14 doutores produzindo cientificamente com grau de liberdade garantido, com fonte de financiamento razoavelmente estabelecido, ainda que não seja o ideal. Ninguém vai se arriscar a montar um curso se não contar com essas características, que são bem diferentes em outras áreas, criando um crescimento desigual. Claro que precisamos expandir a pós-graduação, por isso o número de cursos cresce e, conseqüentemente, puxa outros cursos. Mas a preocupação que advém disso resulta de outra constatação: é que em muitas áreas a pós-graduação está cobrindo o buraco da graduação. E esse problema atinge até mesmo algumas áreas que poderemos chamar de áreas relativamente consolidadas ou relativamente duras, como é o caso da computação. A Computação é uma área que cresceu tremendamente, e precisa continuar crescendo, mas a maior parte dos estudantes de mestrado não terminam o curso. Por que? Porque o mercado de trabalho absorve. E por que absorve? Porque na hora que o profissional domina um conjunto de conhecimentos e/ou ferramentas de trabalho ele cria sua própria empresa ou vai trabalhar nas empresas que já estão no mercado. Não vai para a carreira acadêmica. Isso é ótimo para o sistema, mas significa que a graduação era ruim e isso é o que, de um modo geral, ocorre com muitas áreas. É, também, o caso do Direito, da Administração, da Odontologia e outras, onde é bastante comum a maioria dos alunos do mestrado não seguirem a carreira acadêmica. O sistema de pós-graduação tem uma distribuição de áreas em que a inserção acadêmica varia de 10% a 90%. Há uma variação grande, e isto afeta muito todo o conjunto. O crescimento de novos cursos está centrado no perfil da clientela. É óbvio que tem demanda para se fazer bons cursos de Administração, pois tem mercado de trabalho, mas uma porcentagem dos alunos não vai fazer carreira acadêmica.. Estão na mesma situação a Cirurgia, parte das Engenharias, uma grande parte das Agrárias, grande parte da Medicina e mesmo das Biológicas. A maioria dos alunos que vão fazer Biotecnologia vão ser donos de laboratórios de análises clínicas. O trabalho de Jacques Velloso, publicado pela CAPES, mostra isso claramente. Então, você tem que ter um outro tratamento para essa questão.

É preciso aprimorar a avaliação

A avaliação, desde o seu início em 1976, criou um respeito muito grande, mas ela foi se auto-mutilando na medida em que na avaliação de 1996 chegou a ter 90% dos cursos com conceitos A e B. Essa foi uma das razões da mudança até o nível 7.

Na avaliação de 2001 há uma projeção negativa para 2004. Por que negativa? Porque nós já sabemos as áreas que vão pressionar. Quais são? As áreas que têm muito 6, como as Engenharias, algumas áreas das Humanas, as Ciências Sociais Aplicadas e as Agrárias. Na verdade, áreas como a Medicina têm uma avaliação extremamente dura, só tem uma nota 6 em todo o Brasil. Já estamos vendo o que vai ocorrer em 2004: as áreas que obtiverem nota 6 vão

crescer muito e pressionar para passar para 7; ao mesmo tempo, os cursos 5 vão pressionar para chegar ao 6. As áreas mais rigorosas são as que têm critérios definidos para atribuir a posição do sarrafo, são as áreas que avaliam em função de parâmetros estabelecidos e já tornados públicos nos documentos de área.

Nós deveremos ter novas mudanças na posição do sarrafo, sempre para cima, mas não vai ocorrer para todas as áreas, mesmo porque um terço das áreas de avaliação da CAPES sequer têm o QUALIS e não aceitam tê-lo, o que para mim é compreensível. São os pares que devem dizer, “o nosso QUALIS é assim: livro vale tanto: se for um livro editado no Brasil vale tanto, se for internacional vale tanto.” Cada área tem liberdade para definir como se insere no contexto internacional e como é que ela convence as outras áreas de que os seus critérios para atribuir nota 6 e 7 são tão bons quanto os das demais. Esse problema tem sido motivo de preocupação de muitas pessoas. Ele não está localizado na área X ou Y, existe em todas as áreas. Esse fato está trazendo problemas para dentro da avaliação e o problema se torna mais grave na ponta do sistema. Na universidade você tem um programa de determinada área que sabidamente tem um desempenho bom, mas tem uma nota que não é tão boa quanto a nota de curso de outra área que é mais *soft*. Aí surgem os problemas envolvendo vagas nos concursos, etc. Esse é um ponto que não está resolvido e a maneira de resolvê-lo não é trivial. Trazer a homologação da avaliação para o CTC melhorou, mas não resolveu, e nós ainda temos situações de injustiça, tanto para cima quanto para baixo. Há cursos que são avaliados acima do que deveriam, como há cursos em outras áreas que estão com um conceito aquém do que poderiam ter.

Eu começaria com algum nível de mudança na aceitação de cursos novos. O que eu quero dizer com isso? O curso novo começa de um jeito que não é o melhor, mas é o que ocorre. As instituições privadas que têm um pouco mais de foco já estão operando com uma ótica que diz: “nós não seremos fortes em tudo”. Lembro que desde 1996 uma das maiores universidades privadas do Brasil submetia à CAPES projetos horrorosos, e o pró-reitor era um crítico severo da agência. Eram críticas sem sentido, uma vez que a pró-reitoria e o Conselho da instituição deixavam passar propostas ruins. Isso de fato cria um tipo de situação em que, se a área não for rigorosa, acaba aprovando esse tipo de projeto, passando adiante e gerando uma série de conseqüências. Primeiro, há o compromisso de conceder bolsas, seja pelas agências principais (CAPES e CNPq) ou eventualmente pela fundação estadual. Por outro lado, quando a gente vê o surgimento de cursos que realmente estão muito bem amadurecidos, percebe-se que não é uma questão de idade. Ainda hoje nós avaliamos na CAPES um curso que começou há quatro anos, onde doutor mais antigo formou-se em 93 e cujo desempenho é espetacular. E não está localizado no estado de São Paulo. Uma das considerações escritas pela comissão de visita diz: “Esses garotos e garotas tiram leite das pedras. Têm um desempenho espetacular, tanto que começaram com mestrado quatro ou cinco anos atrás e estamos recomendando para passarem para doutorado com todos os méritos.”

Os avanços da gestão que se encerra

Acredito que os avanços foram fantásticos, como na mudança da avaliação, apesar de alguns pontos que já mencionei não serem de fácil solução. A comunidade precisa participar dessa mudança, porque não depende apenas da administração. Fez-se o que se devia fazer e agora é uma questão de maturidade. É muito importante mostrar as implicações. Quando foi implantada a pós-graduação, a área médica tinha condições de criar doutorados. Mas essa área cresceu mais como Grande Área da Saúde: Saúde Coletiva, Nutrição, Farmácia e Odontologia cresceram mais do que a própria Medicina. Mas há diversas áreas – e são áreas importantes – que criaram um ou dois cursos. Isso mostra o que eu estou chamando de maturação de uma comunidade. Hematologia, por exemplo, Neurologia, Cardiologia cresceram um pouco; Gastroenterologia cresceu muito pouco. Ou seja, quando você abre, vê que de fato a necessidade de ter pós-graduação é óbvia, todavia é preciso saber se a nossa capacidade de gerar novos recursos humanos permite que se crie novos cursos. Se a gente analisa por uma outra ótica, vamos ver que

o grosso da pós-graduação na área médica está no Sudeste. As Ciências Biológicas III, que inclui Microbiologia não tem nenhum curso fora da Região Sudeste.

A avaliação avançou muito, mas esse avanço depende também da comunidade. Na minha opinião, o maior avanço dos últimos anos foi o conjunto de ações que a CAPES tomou. Elas começam com o *Web Science*. O Portal de Periódicos foi a ação mais importante, sem dúvida nenhuma. Hoje mesmo uma professora entregou para o professor Abilio a revisão de mais de 200 citações sem o Portal, é impossível fazer isso. O representante das Ciências Biológicas II, João Batista Calixto, depois da criação do Portal já fez duas revisões que dão citações para valer mesmo. Então uma coisa puxa a outra. Estimei que a cada três dias toda a comunidade de estudantes de pós-graduação circula no Portal de Periódicos. Isso tem um impacto poderosíssimo na pós-graduação brasileira, desde Roraima até o Rio Grande do Sul. Com o Portal, vem o JCR, que é acessado da CAPES mas que, já vai ser disponibilizado em rede. Também faz parte desse conjunto o *Web Science*. Por que esse conjunto é importante? Porque se alguém está fazendo uma revisão e tem um artigo que não achou porque essa revista não está no Portal, basta ir no *Web Science* e pedir pelo sistema *on-line*, pedir para o exterior. Ou seja, uma coisa complementando a outra tremendamente bem. Esse pacote todo foi a coisa mais importante.

Um terceiro grande avanço foi trazer para dentro da avaliação da CAPES os mestrados profissionais. Considero esta iniciativa como uma das mais importantes, porque de fato, ao trazer o mestrado profissional para dentro do seu modelo de análise e de avaliação, a CAPES deixou claro que não permitiria que o sistema crescesse desordenadamente, como vinha acontecendo com a comercialização dos MBA's. Embora a oferta de MBA não esteja proibida, de fato criou-se um freio: os cursos de pós-graduação que são avaliados e os que não são. A avaliação é o diferencial. Sou um dos maiores defensores do mestrado profissional dentro da CAPES e não se pode fazer nenhuma distinção entre o profissional e o acadêmico. O que nós tínhamos que fazer vai ficar para ser feito. O ponto crítico é criar um modelo de avaliação do mestrado profissional, porque, obviamente, não se espera que a esses cursos sejam aplicados os mesmos critérios utilizados para avaliar os mestrados acadêmicos. Eles não estão totalmente excluídos, mas não podem ser os mesmos indicadores que irão dizer que perfil e nota o curso profissional deve ter. E não há demérito algum, como muita gente pensa, em adotar outro modelo

Minha convicção é que a casa está muito bem arrumada. O Regimento Interno – que sempre se praticou mas que não era oficial - foi aprovado pelo Conselho Superior. Acredito que quem vier para a CAPES encontrará uma organização extremamente bem estruturada. A burocracia da CAPES trabalha com a comunidade de uma maneira elogiável, e isto é demonstrado no dia-a-dia pelo respeito que a comunidade tem pelo trabalho do pessoal técnico da casa e vice-versa. É muito raro acontecer um desencontro entre esses dois componentes ou sequer uma queixa de que a comunidade não é recebida na CAPES como deve por uma razão ou outra. A CAPES tem uma administração extremamente enxuta do ponto de vista de gastos com pessoal. Este é um dos pontos mais elogiáveis nesse contexto. Já se sabe que o ideal é gastar em torno de 5% do orçamento e a CAPES gasta 3,6% com a administração de pessoal. Vê-se que isso é eficiência.

Luiz Rodolpho R. G. Travassos

Conselho Técnico-Científico (1999-)

Tendo sido reconduzido pelo Conselho Superior da CAPES para um segundo mandato como Representante da área Biológicas III (Microbiologia, Imunologia, Parasitologia), voltei igualmente a ser membro do Conselho Técnico-Científico (CTC) por votação dos representantes das outras áreas das Ciências Biológicas. Completei, pois, o quarto ano no CTC da CAPES.

Fui convidado a trabalhar na CAPES como representante da área pelo Prof. Abilio Afonso Baeta Neves em decorrência de indicações dos cursos de pós-graduação nessas especialidades e da aprovação do Conselho Superior. Aceitei essa função na confiança de que poderia continuar o excelente trabalho realizado pelo meu antecessor, o Prof. Giovani Gazzinelli, da UFMG, e eventualmente ir além na implementação de novos critérios de avaliação dos cursos, em face da então recente decisão do Conselho Superior de classificá-los de 1 a 5, com dois níveis adicionais, 6 e 7, para medir a sua inserção internacional. No CTC, havia a preocupação de que a avaliação fosse a mais responsável possível para evitar o achatamento progressivo da nova escala, o que provocou a mudança dos níveis adotados anteriormente. Na liderança desse processo, estavam o Presidente da CAPES, Prof. Abilio, e o Diretor da Avaliação, Prof. Adalberto Vasquez. Cada área do conhecimento deveria estabelecer o seu próprio QUALIS, que, como é de se esperar, deve variar de área para área de acordo com suas características. Como foi apresentado ao CTC, o QUALIS mostra um dos aspectos do processo avaliativo, que é a produção científica ou a produção intelectual, e indica como a área qualifica essa produção. Conforme a Ata da 67ª Reunião do CTC, a escala de notas trouxe ao Conselho a atribuição fundamental de homogeneizar critérios, e o trabalho que vem sendo feito desde 1998 deve permitir que se tenham cada vez mais explicitadas as características especiais das áreas, de tal maneira que se possam comparar resultados e concluir que algumas áreas não terão grau 5 porque não cresceram até aí, e que outras não terão graus 6 e 7 porque ainda não tem inserção internacional adequada.

É evidente que esse processo de avaliação de mérito envolveu muita discussão entre os membros do CTC, principalmente entre os representantes das áreas ditas Exatas e das áreas Humanas, as quais trabalhavam com indicadores de produção intelectual e inserção internacional muito diferentes. Essas diferenças levaram à alcunha de áreas “Desumanas”, em oposição às Humanas, o que bem retrata o clima criado. O estabelecimento de critérios quantitativos de produção intelectual, de início totalmente rejeitados pelas áreas Humanas, foi finalmente acertado com a participação importante dos Conselheiros Irineu Velasco, Jorge Guimarães e Maria Arminda Arruda. É necessário ressaltar que, em todas as ocasiões, foi a liderança do Prof. Abilio Baeta Neves que manteve o processo dentro de limites desejáveis de urbanidade e profissionalismo.

Na área Biológicas III, tive plena liberdade e contei com o apoio da Presidência e da Diretoria de Avaliação para implantar um QUALIS próprio, que distribuía a produção científica de acordo com os índices de impacto em uma representação gaussiana, e estabelecia limites percentuais nos compartimentos de 0 a 0,9, 1 a 3,9, 4 e >4, com a vantagem de classificar os veículos de publicação utilizando um único critério, internacionalmente aceito. Os requisitos para a compatibilização dos diversos graus, bem como aqueles para inserção internacional, foram definidos em uma análise piloto na qual foram analisados os dados de todos os cursos para uma avaliação realista dentro da área. Esse processo foi feito no segundo ano do triênio, sendo aplicado com sucesso no terceiro ano para atribuição de graus. Para o próximo triênio, outras modificações serão introduzidas no QUALIS em prol de uma maior uniformidade com outras áreas, principalmente as Biológicas II, utilizando-se critérios muito similares. O apoio democrático à diversidade das áreas e subáreas, desde que os critérios de avaliação conduzam a uma mesma vertente de excelência e estejam disponíveis a todos os conselheiros para análise e crítica, foi sempre uma preocupação constante da atual administração da CAPES.

Outros episódios que marcaram as decisões do CTC e que exigiram atitudes firmes do Presidente da CAPES envolveram cursos de países da Península Ibérica que não ofereciam condições mínimas de operar em nível de pós-graduação – do ponto de vista didático-pedagógico – e cujos acordos tiveram de ser suspensos, gerando, como era de esperar, vários trâmites em vários níveis. Cursos sem sede no país, que extrapolaram suas funções e assumiram um gigantismo sem controle, foram outro tema de grande preocupação; o que chamou a atenção do CTC e resultou na criação de comissões de visita e avaliação. A proliferação dos mestrados profissionais em várias áreas exigiu o estabelecimento de parâmetros de avaliação especiais que garantissem critérios de qualidade. Esse foi sempre um aspecto polêmico no CTC, recebendo invariavelmente um voto negativo do representante dos estudantes de pós-graduação nesse conselho, contrários a essa modalidade de cursos. Outra preocupação do Prof. Abilio focalizou a questão da autonomia das universidades para criar cursos de pós-graduação e o impacto de uma não-recomendação da CAPES sobre as turmas já existentes em um certo curso. Novas comissões do CTC foram criadas para tratar do assunto, sobretudo, com a missão de interagir com a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Esses são alguns exemplos de atividade do CTC nos últimos quatro anos em que dele participei, refletindo a crescente importância da CAPES como instituição norteadora da pós-graduação no país, com funções executivas de avaliar e autorizar o funcionamento de novos cursos da mesma forma que acompanha e classifica o desempenho de cursos em funcionamento em todas as áreas do conhecimento.

Outras atividades da CAPES, traduzidas em programas de formação que se renovam constantemente, são: convênios com outros países para treinamento de pessoal e intercâmbio, avanços na informatização de todos os serviços e auxílios dirigidos a projetos específicos. Essas iniciativas mostram bem a complexidade de objetivos da instituição, o que exige a presença de uma administração ágil e altamente competente.

Este é o depoimento de quem, nesse período, teve a grata satisfação de conviver com pessoas desse naipe, dirigidas de modo correto e responsável de acordo com a importância da instituição.

Comissão multidisciplinar

A comissão Multidisciplinar teve sua criação formalizada no fim de 1999 pela direção da CAPES em virtude dos problemas de avaliação de cursos novos e, posteriormente, da avaliação continuada dos então chamados cursos multidisciplinares das áreas convencionais, sobretudo porque a análise na ocasião do seu reconhecimento era feita por comissões *ad hoc* nomeadas para cada caso e seu seguimento, também, era feito por comissões *ad hoc* sem relação de continuidade.

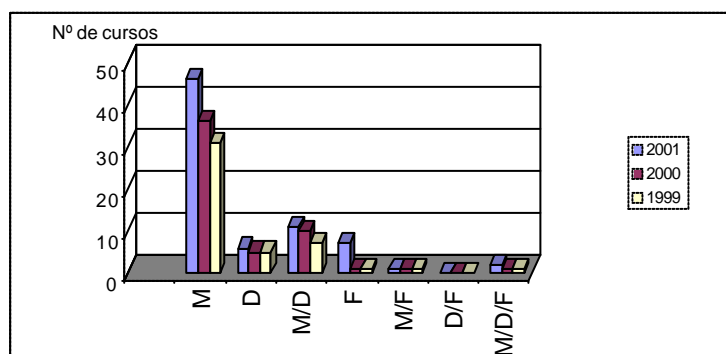
Por essas circunstâncias, a comissão herdou cursos com características muito diferentes quanto às concepções de multidisciplinaridade, aos critérios diferentes na avaliação inicial, à variação maior ou menor da condescendência do julgamento e à pouca, ou nenhuma, coerência nas avaliações subsequentes. Aliás, todas essas características já eram claras à Direção da CAPES e ao CTC, o que levou a criação da comissão específica.

Esse acervo de cursos iniciais, com suas várias diversidades, levou a comissão Multidisciplinar a longas discussões para a formulação de conceitos sobre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, que, embora não terminadas, trouxeram algumas diretrizes para a implantação e o gerenciamento de cursos com metodologias e abordagens em mais de uma disciplina. Todo esse trabalho teve de ser feito sem descontinuar os programas existentes e sem parar a análise de novos cursos submetidos à área. Isso tornou o trabalho mais difícil, e algumas inconsistências de análise ao longo desses dois anos, como princípios básicos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade foram sendo incorporados aos critérios de julgamento da comissão.

Durante o ano de 2002, foram analisados, dentro do programa de avaliação continuada, 64 cursos já avaliados pela comissão em 2001 e que haviam sido recomendados até 2000. Atualmente, a comissão conta com 91 programas, distribuídos em 11 doutorados, 16 mestrados acadêmicos e doutorados, 64 mestrados acadêmicos; 11 programas também têm mestrados profissionalizantes.

Desde a sua instalação, a comissão analisou cerca de 140 pedidos de reconhecimento de novos cursos com características multidisciplinares na concepção dos seus organizadores. Desses cursos, cerca de 30 foram recomendados pelo CTC; parte deles, em torno de 30-40, foi encaminhada às comissões que analisam programas disciplinares convencionais; e cerca de 60-70 não atingiram os padrões mínimos definidos para o seu credenciamento. Existem ainda cinco ou seis cursos em diligência ou aguardando o parecer final do CTC.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos cursos durante o triênio 1999-2001.



(D = Doutorado, M = Mestrado, F = Profissionalizante)

No ano 2001, existiam 3.081 alunos matriculados em cursos da área Multidisciplinar. Nesse período, entraram 1.438 alunos, sendo que terminaram seus estudos cerca de 30% dos matriculados no mestrado e 12% dos alunos de doutorado e de formação profissionalizante. Estes últimos números são relativamente baixos, mas é preciso levar em conta que mais de 50% desses programas não existiam em 1999.

A comissão dedicou uma parte do seu tempo para a elaboração de um QUALIS de revistas para área Multidisciplinar. Para simplificar o trabalho dos membros da comissão, a coordenação elaborou um banco de dados consolidando todos os periódicos que apareceram nos relatórios dos cursos de todas as áreas da CAPES. Com o auxílio de bibliotecárias da Unifesp e dos analistas do Caidi dessa universidade, foi feita a correção dos números de ISSN de todos os periódicos (cerca de 12 mil) e foi elaborado um banco que define se a revista é analisada por alguns bancos de análise como Medline, ISI, Scielo e Lilacs. O sistema permite a incorporação da verificação de periódicos em qualquer banco de dados desde que se tenha o nome e o ISSN do periódico. O sistema deverá ser oferecido às instituições que acessam os serviços da CAPES.

Como fruto das discussões da comissão, foram formados alguns conceitos sobre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, assim como alguns critérios básicos de análise da qualidade dos programas.

Entende-se por interdisciplinaridade (ou pesquisa científica e tecnológica interdisciplinar) a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento - não pertencentes à mesma classe - que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou da tecnologia, que possa fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes, com uma formação de base sólida e integradora, e ao mesmo tempo transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas.

Por vezes, na elaboração de propostas interdisciplinares, o curso de pós-graduação organiza-se inicialmente de forma multidisciplinar. Esse tipo de proposta é avaliado por esta comissão, mas as áreas de concentração e a grade curricular devem indicar uma formação interdisciplinar sólida.

A simples agregação de duas ou mais áreas de conhecimento para examinar um mesmo tema, sob pontos de vista distintos, próprios de cada área, e a interação entre áreas de concentração afins, não constituem de forma geral propostas que devam ser analisadas pela comissão Multidisciplinar.

Um programa interdisciplinar deve caracterizar-se por uma proposta integradora com áreas de concentração que indiquem os objetivos focalizados. O corpo docente deve ter uma formação disciplinar diversificada, mas coerente com as áreas de concentração, linhas ou projetos de pesquisa integradores.

A grade curricular deve ser apropriada à formação dos alunos, constituída por um conjunto de disciplinas coerentes com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa integradas.

O corpo docente deve apresentar experiência, competência e produtividade científica nas respectivas disciplinas de origem, respeitando os parâmetros de produção acadêmica específicos de cada uma dessas áreas. Seria ideal que os pesquisadores indicassem alguma experiência em pesquisa multidisciplinar.

Cabe destacar que estarão sujeitas a uma avaliação desfavorável, no que concerne à classificação interdisciplinar, as propostas que apresentem simples justaposição de duas ou mais áreas do conhecimento; que reúnam pesquisadores que trabalhem em compartimentos estanques; e que apresentem grade curricular contendo disciplinas que cubram superficialmente e isoladamente diferentes assuntos, evidenciando formação enciclopédica.

Atualmente, os 91 cursos analisados são divididos em quatro grandes subáreas para uma avaliação inicial que precede a análise final, feita por todos membros da comissão. A distribuição dos programas pelas subáreas é a seguinte: Agrárias e Meio Ambiente (35%); Engenharia, Exatas e Gestão (26%); Ciências Humanas (20%); Medicina e Biologia (19%). Nesses dois últimos anos, houve uma diminuição dos cursos da área médico-biológica por conta da transferência de um grande número de cursos para áreas específicas de Medicina e de Ciências Biológicas, sobretudo de Biotecnologia. A comissão está no momento concentrando esforços na integração de alguns programas das áreas de Engenharia; além disso, foi constituído um grupo de trabalho para analisar as formas de avaliação de programas com multidisciplinaridade estrita em áreas de Ciências Humanas.

Estrutura organizacional

As atividades da CAPES fundamentam-se na intensa participação da comunidade acadêmica nacional. Suas ações baseiam-se em decisões firmadas no âmbito de colegiados que contam com a ampla participação de representantes da comunidade científica, como no caso do Conselho Superior, do Conselho Técnico e Científico, CTC, e das comissões de avaliação – que são grupos de pesquisadores de alto nível coordenados por *representantes de área* escolhidos a partir de ampla consulta aos programas e associações científicas.

Para o cumprimento de suas finalidades, a CAPES conta com uma estrutura simples, ágil e eficiente com os seguintes níveis executivos: Presidente, três Diretorias com áreas de competência facilmente identificáveis – Diretoria de Avaliação, Diretoria de Programas e Diretoria de Administração – Coordenações-Gerais e Coordenações.

Campo de ação

O campo de ação da CAPES centra-se no desenvolvimento da pós-graduação nacional, nível de ensino em franca expansão e desenvolvimento no país. Isso acarreta aumento acentuado no volume de trabalho referente às atividades de avaliação e das demandas pelas diferentes modalidades de apoio.

Tabela 1

Pós-Graduação: Evolução do número de cursos no período 1995-2001

ANO	Mestrado	Doutorado	Total
1995	1.298	685	1.983
2001	1.547	857	2.404
Cresc. %	19,2%	25%	21,2%

Fonte: MEC/CAPES

Tabela 2

Pós-Graduação: Evolução do número de matriculados no período 1995-2001

ANO	Mestrado	Doutorado	Total
1995	43.121	19.492	62.613
2001	62.280	32.731	95.011
Cresc. %	44,4%	67,9%	51,7%

Fonte: MEC/Capes

Tabela 3

Pós-Graduação: Evolução do número de titulados no período 1995-2001

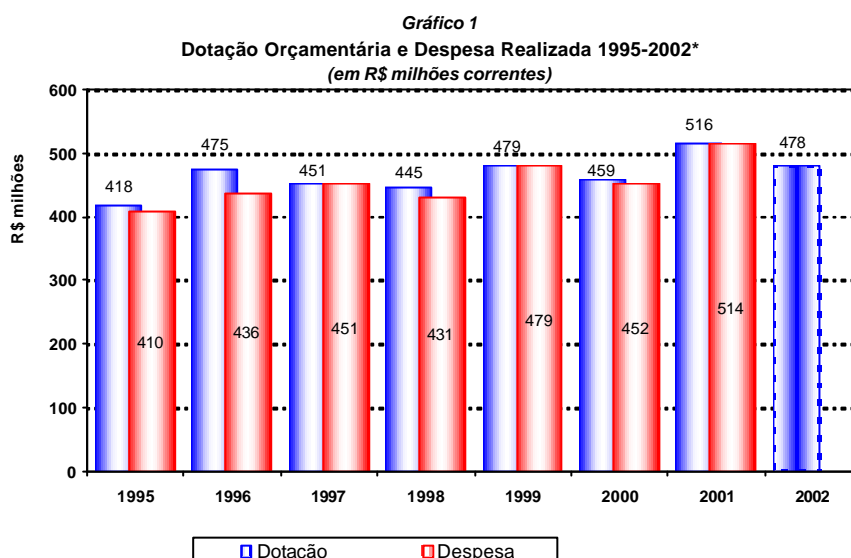
ANO	Mestrado	Doutorado	Total
1995	8.982	2.497	11.479

2001	19.986	6.042	26.028
Cresc. %	122,5%	141,9%	126,7%

Fonte: MEC/CAPEs

Execução orçamentária e linhas principais de ação

Para cumprir seus objetivos a CAPES dispôs, nos últimos anos, do seguinte orçamento:



* Dotação Orçamentária (Projeto de Lei com PADCT) + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002.

São quatro as rubricas principais de despesas da CAPES: bolsas de estudo – que se constituem no principal instrumento dos programas de formação de recursos humanos no país e no exterior; fomento – relativo ao apoio a projetos voltados para o desenvolvimento de programas de pós-graduação; avaliação da pós-graduação; e despesas administrativas. Embora todas essas linhas de ação sejam fundamentais para a consecução das finalidades da CAPES, os custos relativos a cada uma dela são significativamente diferenciados, como indicam as tabelas a seguir.

Tabela 4 - Despesa Realizada em R\$ mil correntes - 1995-2001
Todas as Fontes (Tesouro + Outras Fontes)

LINHAS DE AÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1. Bolsas	351.329	379.044	389.557	392.021	408.446	408.329	402.822
2. Fomento ⁽¹⁾	41.009	38.777	46.407	19.109	53.379	25.226	80.186
3. PADCT	9.286	8.247	2.847	5.259	1.489	894	2.056
4. Avaliação dos cursos de pós-graduação	2.077	3.089	1.847	3.906	2.434	3.596	3.797
5. Residência Médica	69	106	253	987	573	1.052	1.000
6. Administração	5.173	6.116	8.797	8.538	9.882	10.457	12.952
7. Outras ⁽²⁾	716	849	1.116	1.406	2.353	2.297	11.597
TOTAL	409.658	436.228	450.823	431.226	478.556	451.852	514.410

Fonte: STN/SIAFI; MEC/CAPEs/Diretoria de Administração.

(1) 1999: Inclui R\$ R\$ 44.326,95 referentes à atividade *Ensino Fundamental* financiados com Recursos de Terceiros.

2000: Inclui R\$ R\$ 4.697.796,48 referentes ao programa *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*.

2001: Inclui R\$ 50.210.000,00 referentes ao programa *Acervo Bibliográfico*, R\$ 3.000.000,00 em *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*, e R\$ 5.600.000,00 ao PROEP, este último financiado com recursos de terceiros (SEMTEC/BID).

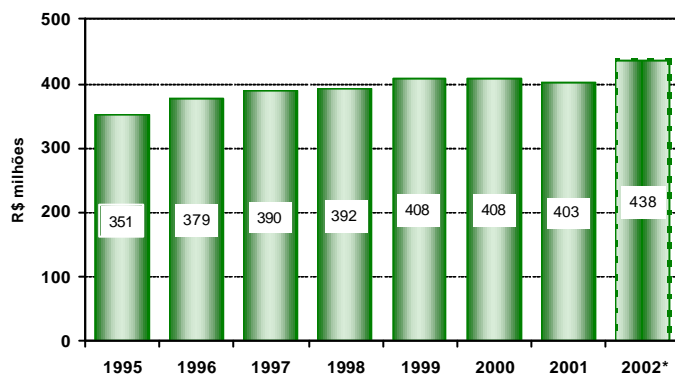
Tabela 5 - Percentual das Linhas de Ação sobre a Despesa Realizada - 1995-2001

LINHAS DE AÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1. Bolsas	85,76	86,89	86,41	90,91	85,35	90,37	78,31
2. Fomento	10,01	8,89	10,29	4,43	11,15	5,58	15,59
3. PADCT	2,27	1,89	0,63	1,22	0,31	0,20	0,40
4. Avaliação dos Cursos de Pós-graduação	0,51	0,71	0,41	0,91	0,51	0,80	0,74
5. Residência Médica	0,02	0,02	0,06	0,23	0,12	0,23	0,19
6. Administração	1,26	1,40	1,95	1,98	2,06	2,31	2,52
7. Outras	0,17	0,19	0,25	0,33	0,49	0,51	2,25
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: STN/SIAFI; MEC/CAPES/Diretoria de Administração.

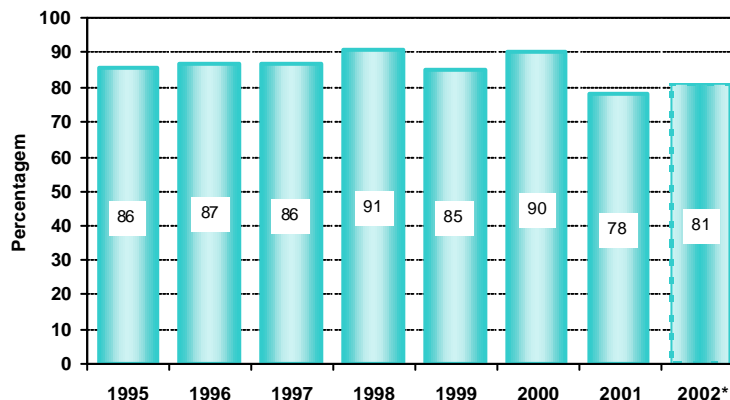
Como se vê, a execução das atividades-fim oscilou, sempre, num patamar superior a 96% do orçamento. O principal item de despesas é com o pagamento de bolsas no país e no exterior, que já chegou a representar quase 91% de seu orçamento. Em segundo lugar, ficam as ações de fomento que, no período 1995-2001, representaram entre 5,7 a 16% do orçamento. Os gráficos a seguir apresentados destacam, em valores absolutos, os dispêndios correspondentes a essas duas rubricas.

Gráfico 2
Investimentos realizados em Bolsas - 1995-2002*
(em R\$ milhões correntes)



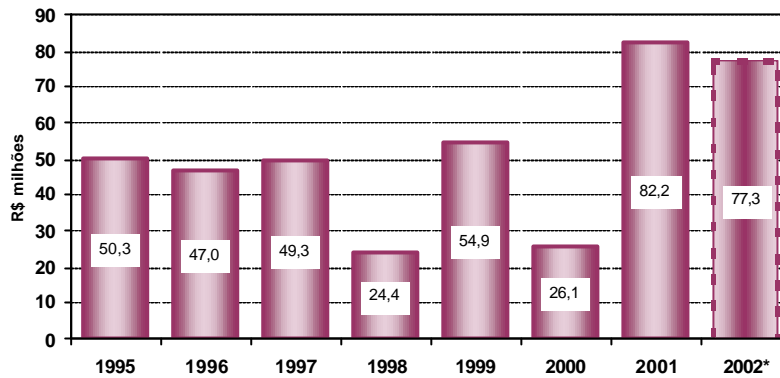
* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002

Gráfico 3
Investimentos realizados em Bolsas - 1995-2002*
(% em relação ao Total da Despesa Realizada)



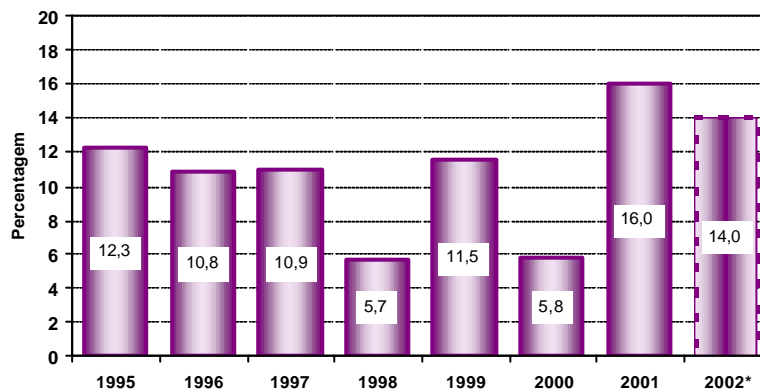
* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002

Gráfico 4
Investimentos Realizados em Fomento à Pós-Graduação ⁽¹⁾
1995-2002*
(em R\$ milhões correntes)



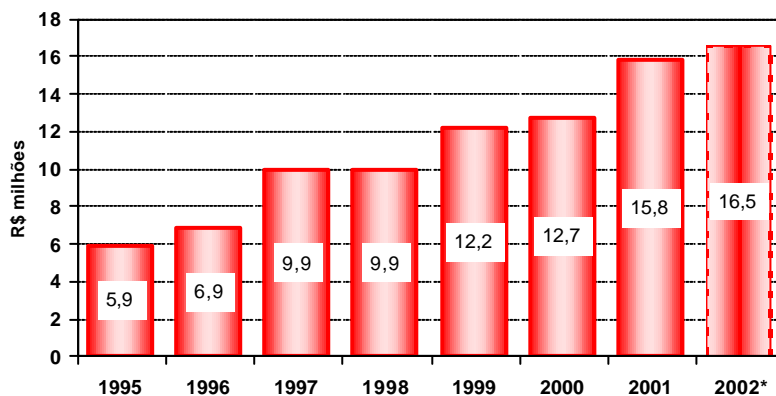
* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002
⁽¹⁾ Inclui PADCT

Gráfico 5
Investimentos Realizados em Fomento à Pós-Graduação ⁽¹⁾
1995-2002*
(% em relação ao Total da Despesa Realizada)



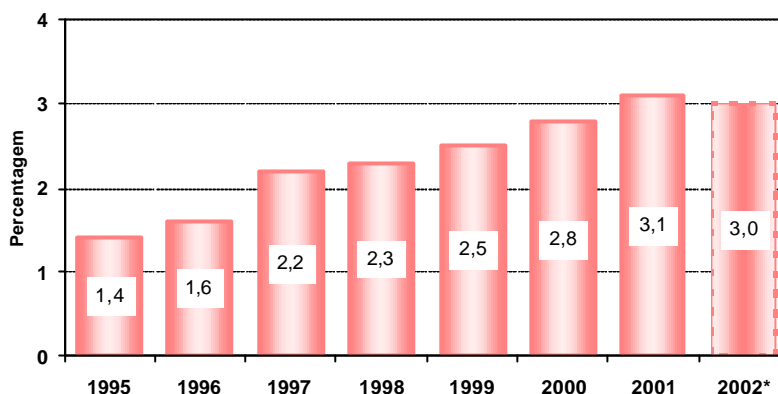
* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002
⁽¹⁾ Inclui PADCT

Gráfico 6
Despesas Realizadas com a Administração ^{1/}
1995-2002*
(em R\$ milhões correntes)



* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002. Contém Inativos e Pensionistas
^(1/) Não inclui PASEP

Gráfico 7
Despesas Realizadas com a Administração ^{1/}
1995-2002*
(% em relação ao Total da Despesa Realizada)



* Dotação Orçamentária Inicial + Créditos Suplementares aprovados até 15/10/2002. Contém Inativos e Pensionistas
 (1/) Não inclui PASEP

Um aspecto importante da atuação da CAPES refere-se ao baixo percentual de despesas com administração. Mediante a utilização de estratégias de ação bem definidas, conseguiu-se associar um alto padrão de funcionamento com despesas que, em seu ponto máximo, chegaram a 3,1 % do orçamento da entidade. Isso representa um grande feito, quando se considera que, sobretudo nos últimos seis anos foram feitos significativos investimentos na ampliação e atualização da infra-estrutura física e de informática - considerados requisitos indispensáveis para a viabilização de seu projeto de modernização administrativa.

Complementando a informação fornecida pelo último gráfico, vale especificar o baixo percentual de recursos alocados na manutenção do quadro de pessoal da CAPES como um componente importante dessa eficiência administrativa: essa categoria de despesa não chega a 2,0% do orçamento da entidade, incluindo-se o pagamento de pensionistas e aposentados.

Por fim, os dados apresentados demonstram que, apesar de algumas flutuações, a Capes vem preservando a estabilidade de seu orçamento. Embora os recursos possam ser considerados insuficientes para atender a todas as necessidades de investimento nacional na formação de recursos humanos de alto nível para o país, a estabilidade alcançada é, sem dúvida, uma garantia para a continuidade, dentro dos patamares já conquistados, do esforço de promoção da pós-graduação brasileira.

Principais linhas de ação e programas

As principais ações da CAPES, a seguir destacadas, são ordenadas pela sua vinculação ao campo de competência da Diretoria de Programas; da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional, que é subordinada à Presidência desta entidade; da Diretoria de Avaliação e da Diretoria de Administração.

Diretoria de Programas - DPR

A Diretoria de Programas - DPR tem por missão “*propor e implementar, no âmbito da CAPES, as políticas, diretrizes e ações relativas à concessão de bolsas de estudos e de auxílios, ao fomento e manutenção do ensino de pós-graduação, e à formação de recursos humanos de alto nível para o País*”.

Para a execução de sua missão a DPR está estruturada como se segue:

- a) Coordenação-Geral de Programas no País – CGPP;
 - Coordenação de Desenvolvimento Setorial – CDS;
 - Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI;
 - Coordenação de Programas Especiais – CPE;
- b) Coordenação-Geral de Programas com Exterior – CGPE;
 - Coordenação de Candidaturas a Bolsas e Auxílios no Exterior – CCE;
 - Coordenação de Bolsas e Auxílios no Exterior – CBE;
- c) Coordenação de Acesso à Informação Científica – CAC.

A DPR atua segundo quatro linhas de ação que têm como objetivo apoiar:

- os programas de pós-graduação no país;
- a qualificação das Instituições de Ensino Superior;
- a internacionalização da pós-graduação brasileira;
- o desenvolvimento de áreas prioritárias; e
- o acesso a informação científica.

Linhas de ação, recomendações e pontos para discussão

a) Linha de Ação nº 1

Características: O apoio aos programas de pós-graduação no país se dá, basicamente, com a distribuição de cotas institucionais de bolsas de mestrado e de doutorado e de recursos para o custeio das atividades essenciais dos cursos. Dentro desta linha de ação há quatro programas principais: Demanda Social – DS e Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP, Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF, Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Privadas de Ensino Superior – PROSUP.

Recomendações e pontos para discussão: A expansão do sistema nacional de pós-graduação ocorre com os programas de pós-graduação existentes (expansão vegetativa) e a criação de novos cursos e programas recomendados pelo CTC.

A mudança do perfil de atuação das outras agências federais (CNPq e FINEP), que levou à mudança do modo de atuação na pós-graduação, associada à insuficiência de recursos orçamentários para atender à crescente expansão levou a CAPES a interromper o financiamento automático quando da recomendação de cursos pelo CTC. Essa situação foi revertida apenas em 2002, com a concessão de recursos suplementares ao orçamento (ver a evolução da concessão de bolsas no país, por região, nas Tabelas 6 e 7; por área de conhecimento, nas Tabelas 8 e 9; por programa, na Tabela 10).

Em 2003, só será possível financiar a expansão ocorrida em 2002 com suplementação orçamentária.

Outra alternativa passa pela discussão da diferenciação no financiamento da pós-graduação. Até hoje a CAPES não tem diferenciado o grau de comprometimento com este financiamento. Face à intensificação da expansão, que deve ser continuamente estimulada, caberia discutir a oportunidade de diferenciar o financiamento com vistas à reestruturação da oferta de cursos na pós-graduação.

É recomendável que em 2003 seja realizada a avaliação do desempenho do PROF para que se possa decidir sobre a expansão de suas ações, se comprovada a hipótese que fundamentou sua criação de que ele se constitui em instrumento mais moderno e adequado para o apoio das instituições públicas.

Sobre a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, é importante observar que:

- essa expansão está sendo inflacionada pela exigência legal de as instituições universitárias manterem programas com esse nível de ensino;
- é necessário excluir essa exigência da legislação, vinculando-se o *status de universidade* à existência de grupos de pesquisa consolidados;
- é indispensável dar prosseguimento aos entendimentos que estão sendo mantidos com o CNE a esse respeito.

b) Linha de Ação nº 2

Características: A qualificação das instituições de ensino superior se dá por intermédio de programas que visam a elevação da qualificação dos quadros docentes. Neste caso, os cinco programas existentes buscam atender às demandas de instituições de ensino superior, que se dão de forma variada de acordo com a natureza e estágio de desenvolvimento da IES. O programa destinado às públicas é o Programa de Qualificação Institucional – PQI que financia projetos de cooperação interinstitucional com vistas à qualificação docente da IES proponente. O PICDTec oferece cotas de bolsas de mestrado para docentes das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFET's. O Programa de Qualificação Docente – PQD financia complementarmente, até um limite de 20%, os planos de qualificação das IES particulares com grandes necessidades de qualificação. Mais recentemente, o Programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc oferece, em bases competitivas, instrumentos para assimilação de jovens doutores nas IES com programas de doutorado, tendo em vista sua integração permanente na instituição. O Programa de Mestrado Interinstitucional – MINTER visa qualificar docentes de instituições de ensino superior localizadas fora dos grandes centros de ensino, por intermédio da oferta de turmas de mestrado de cursos de pós-graduação consolidados.

Recomendações e Pontos para Discussão: As significativas transformações ocorridas na pós-graduação e nas instituições de ensino superior brasileiras, fruto dos investimentos contínuos ao longo dos últimos 20 anos, levaram a CAPES a reformular profundamente sua estratégia de atuação para qualificação institucional.

O Programa Institucional de Qualificação Docente e Técnica – PICDT foi desativado em março de 2002, sendo mantido, entretanto, os compromissos com os bolsistas ativos do programa.

Os recursos progressivamente liberados estão sendo redirecionados para novos programas, como o PQI e o ProDoc. O PQI, concebido como um programa que promove a interação entre grupos e departamentos de diferentes instituições com vistas à qualificação de docentes em formação, ainda deve ter sua eficácia verificada. Um acompanhamento criterioso deve ser implementado para este fim. O ProDoc, instrumento para a inserção de novos quadros docentes na pós-graduação, deve ter sua dimensão reavaliada face à enorme demanda qualificada (8/1) do

primeiro convite de 2002. É evidente que qualquer redimensionamento implica em impacto nos outros programas da CAPES, na ausência de recursos adicionais.

Quanto à problemática da qualificação docente, recomenda-se:

- proceder a uma melhor análise dos aspectos relacionados com tal propósito;
- avaliar a eficácia dos programas da CAPES voltados para a consecução desse objetivo;
- considerar a posição diferenciada de categorias e órgãos interessados no tema;
- considerar a possibilidade de estratégias inovadoras e de grande impacto sobre a elevação do desempenho de programas, instituições e regiões, como o investimento feito no passado no grupo de Física da UFPE.

Quanto ao ProDoc, a partir da experiência adquirida com o primeiro julgamento realizado em 2002, constata-se a necessidade de:

- constituição de um comitê próprio para o programa, o qual atuaria como guardião da filosofia do instrumento e responderia pela coordenação geral das ações a ele correspondentes;
- realização de reunião prévia do comitê do programa com as comissões avaliadoras, para garantir a unicidade do processo e a preservação dos princípios e orientações fixados;
- acompanhamento do desenvolvimento dos projetos apoiados e avaliação dos resultados produzidos, especialmente do impacto por eles gerados.

Quanto ao MINTER, destaca-se:

- é necessário rediscutir a adequação ou não do programa enquanto instrumento de qualificação docente;
- deve-se observar que a idéia inicial do programa era boa e adequada, mas teve como efeito complementar a expansão do mercado paralelo dos cursos “fora de sede”;
- a expansão dos cursos “fora de sede” reforça a importância de se refletir sobre a necessidade de diferenciação na oferta da pós-graduação e as inevitáveis conseqüências desse processo no financiamento desse nível de ensino.

c) Linha de Ação nº 3

Características: Atualmente, a principal meta a ser alcançada no tocante à internacionalização é no sentido de levar o país a conservar e ampliar o vínculo com os principais centros de pesquisa e pós-graduação mundiais, bem como estabelecer uma maior integração entre a comunidade científica e tecnológica brasileira e a internacional de forma otimizada, reduzindo custos, buscando preencher lacunas de capacitação de pessoal em áreas e setores científicos e tecnológicos específicos pouco desenvolvidos ou inexistentes, para as quais o Brasil, ainda, não dispõe de capacidade instalada em quantidade e qualidade suficiente para formar recursos humanos e/ou realizar pesquisas. As bolsas de doutorado, estágio de doutorando no exterior e pós-doutorado (ver Tabelas 11 e 12) são os instrumentos disponíveis para a consecução destas metas. É importante ressaltar que esses instrumentos são intensamente empregados nos projetos de cooperação internacional conduzidos pela CGCI. Devemos ainda acrescentar o auxílio para participação em eventos no exterior.

Recomendações e Pontos para Discussão: Recentemente os instrumentos de apoio à internacionalização foi reformulado tendo em vista a simplificação de procedimentos e adequação no tratamento da clientela de atendimento e o reforço do instrumento institucional – PDEE. É importante ressaltar que isto foi feito reduzindo benefícios complementares e aumentando o valor da bolsa, sem acréscimo no montante global de recursos destinados a esta finalidade.

O esforço para a redução de despesas com o pagamento de taxas escolares para instituições estrangeiras tem surtido efeito e deve ser intensificado. Isto tem sido feito através de negociação com as instituições, diretamente pela CAPES ou com a colaboração de organização americana dedicada a alocação de estudantes estrangeiros naquele país.

No tocante à identificação de áreas prioritárias de financiamento no exterior, a CAPES sempre tem certa dificuldade em estabelecê-las *a priori* de modo a induzir a demanda. Isto acaba ocorrendo de modo *a posteriori*, durante a análise da demanda pelas comissões de área.

d) Linha de Ação nº 4

Características: O desenvolvimento de áreas prioritárias e estratégicas se dá através de programas de fomento variados e que possuem como principal característica sua temporalidade. Diversas ações foram conduzidas ao longo dos últimos anos com vistas a: redução de disparidades regionais; melhoria do ensino de ciências e matemática no ensino médio; formação de recursos humanos nas áreas da Reforma do Estado, Educação Especial, Avaliação Educacional, Metrologia Científica, Saúde e Segurança no Trabalho. Encontram-se em andamento os seguintes programas: Programa San Tiago Dantas de Formação na área de Relações Internacionais; Programa de Apoio à Pesquisa em educação à distância – PAPED; Programa de Doutorado em Bioinformática e Microeletrônica – BIOMICRO, Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP e Rede Norte para Formação e Fixação de Grupos de Docentes Pesquisadores na Amazônia – RENOR. Além desses programas há o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, de caráter permanente, que contempla a cooperação simétrica, isto é, entre grupos de pesquisa do mesmo nível;

Recomendações e Pontos para Discussão: O acompanhamento do PROCAD e análise da demanda a este programa revela um grande potencial de desenvolvimento dos instrumentos de cooperação nacional. Recomendamos:

- avaliação criteriosa de seus resultados;
- análise da possibilidade de o programa fornecer referências importantes sobre estratégias e mecanismos a serem utilizados como base para diferentes programas ou linhas de ação;
- realização de nova chamada para o início de 2003, cuja minuta de edital está disponível na CPE.

e) Linha de Ação nº 5

Características: O acesso dos programas de pós-graduação à informação científica tornou-se responsabilidade da CAPES, sobretudo para as IFES, desde o início dos anos 90. Hoje, mais do que em outras épocas, trata-se de insumo essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico. Pela sua importância estratégica, a CAPES tem mobilizado, com grande esforço, montantes expressivos de recursos neste programa procurando oferecer a maior quantidade possível de informação qualificada, ao maior número de instituições envolvidas na pós-graduação. O programa se desenvolve em duas frentes: o portal de acesso eletrônico e distribuição de recursos para as IFES.

Recomendações e Pontos para Discussão: Todos os 27 contratos das mais de 3000 revistas das bases de texto completo e 13 bases referenciais expiram em 31 de dezembro de 2003. A renegociação a ser conduzida ao longo de 2003 deverá levar em conta o estudo criterioso do uso das bases. Para tanto, recomendamos a constituição imediata do Conselho Consultivo, previsto na portaria de criação do Programa, para iniciar os trabalhos com vistas à definição da metodologia. Recomenda-se ainda que os eventuais recursos para as IFES sejam distribuídos regionalmente e em bases competitivas, incentivando que elas se organizem em torno de uma proposta de construção de centros regionais de divulgação de informação científica.

Chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

- impacto do programa para a superação das diferenças regionais e inter-institucionais, uma vez que todas as instituições participantes, independentemente de seu estágio de desenvolvimento e sua localização têm acesso a um mesmo acervo;
- importância de o programa contar com um Conselho Consultivo, a ser integrado por acadêmicos;
- importância de se dar prosseguimento à vertente do programa relativa à concessão às IES de recursos para aquisições e manutenção de assinaturas de periódicos, atendendo a necessidades não supridas pelo Portal.

Tabela 6

Evolução da concessão de bolsas no país, por região, de 1995 a 2001: número de bolsas

Região	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO
Norte	160	34	239	36	242	41	206	33	190	34	185	55	283	82
Nordeste	1458	189	1728	247	1879	301	1755	316	1606	409	1639	667	1757	898
Sudeste	7952	6379	8101	6652	8791	7270	7889	6714	7346	6417	6954	6554	6877	6786
Sul	2058	688	2199	808	2484	1024	2414	1077	2381	1124	2355	1332	2512	1410
Centro	412	98	467	120	534	135	537	142	546	159	537	193	583	233
TOTAL	12040	7388	12734	7863	13930	8771	12801	8282	12069	8143	11670	8801	12012	9409

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 7

Evolução da concessão de bolsas no país, por região, de 1995 a 2001: percentual

Região	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	ME %	DO %	ME %	DO %	ME %	DO %	ME %	DO %	ME %	DO %	ME %	DO %	ME %	DO %
Norte	1,33	0,46	1,88	0,46	1,74	0,47	1,61	0,40	1,57	0,42	1,59	0,62	2,36	0,87
ordeste	12,11	2,56	13,57	3,14	13,49	3,43	13,71	3,82	13,31	5,02	14,04	7,58	14,63	9,54
Sudeste	66,05	86,34	63,62	84,60	63,11	82,89	61,63	81,07	60,87	78,80	59,59	74,47	57,25	72,12
Sul	17,09	9,31	17,27	10,28	17,83	11,67	18,86	13,00	19,73	13,80	20,18	15,13	20,91	14,99
Centro	3,42	1,33	3,67	1,53	3,83	1,54	4,19	1,71	4,52	1,95	4,60	2,19	4,85	2,48
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 8

**Evolução da concessão de bolsas no país, por área de conhecimento, de 1995 a 2001:
número de bolsas**

Grande Área	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO
C. Exatas e da Terra	1165	1042	1350	1092	1494	1146	1372	1048	1371	1014	1420	1082	1567	1136
Ciências Biológicas	1008	911	1114	977	1211	1069	1112	1038	1090	1051	1076	1037	1166	1089
Engenharias	1880	1241	2010	1254	2189	1322	2063	1263	2024	1204	1920	1277	2031	1334
Ciências da Saúde	1935	1038	1937	1155	2174	1394	1871	1222	1692	1289	1645	1475	1635	1617
Ciências Agrárias	1428	818	1536	872	1722	943	1642	925	1603	892	1650	986	1718	1059
C. Sociais Aplicadas	1475	555	1481	571	1562	662	1429	641	1303	636	1138	648	1097	685
Ciências Humanas	2217	1347	2314	1468	2467	1689	2303	1639	2062	1529	1890	1670	1857	1777
Ling., Letras e Artes	852	407	877	421	948	487	846	447	736	458	672	522	650	577
Outros	80	29	115	53	163	59	163	59	188	70	259	104	291	135
Total	12040	7388	12734	7863	13930	8771	12801	8282	12069	8143	11670	8801	12012	9409

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 9

**Evolução da concessão de bolsas no país, por área de conhecimento, de 1995 a 2001:
percentual**

Grande Área	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	ME%	DO%	ME%	DO%	ME%	DO%	ME	DO	ME	DO	ME	DO	ME	DO
Ciências Exatas e da Terra	9,68	14,10	10,60	13,89	10,73	13,07	10,72	12,65	11,36	12,45	12,17	12,29	13,05	12,07
Ciências Biológicas	8,37	12,33	8,75	12,43	8,69	12,19	8,69	12,53	9,03	12,91	9,22	11,78	9,71	11,57
Engenharias	15,61	16,80	15,78	15,95	15,71	15,07	16,12	15,25	16,77	14,79	16,45	14,51	16,91	14,18
Ciências da Saúde	16,07	14,05	15,21	14,69	15,61	15,89	14,62	14,75	14,02	15,83	14,10	16,76	13,61	17,19
Ciências Agrárias	11,86	11,07	12,06	11,09	12,36	10,75	12,83	11,17	13,28	10,95	14,14	11,20	14,30	11,26
C. Soc. Aplicadas	12,25	7,51	11,63	7,26	11,21	7,55	11,16	7,74	10,80	7,81	9,75	7,36	9,13	7,28
Ciências Humanas	18,41	18,23	18,17	18,67	17,71	19,26	17,99	19,79	17,09	18,78	16,20	18,98	15,46	18,89
Ling., Letras e Artes	7,08	5,51	6,89	5,35	6,81	5,55	6,61	5,40	6,10	5,62	5,76	5,93	5,41	6,13
Outros	0,66	0,39	0,90	0,67	1,17	0,67	1,27	0,71	1,56	0,86	2,22	1,18	2,42	1,43
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 10**Evolução da concessão de bolsas no país, por PROGRAMA, de 1995 a 2001**

PROG	D.SOCIAL		PICDT		PROF		PROSUP				PROCAD			TOTAL CAPES			
	ANO	ME	DO	ME	DO	ME	DO	MOD. I		MOD. II		ME	DO	PD	ME	DO	PD
								ME	DO	DO	ME						
1995	10288	3600	1752	3788										12040	7388	0	
1996	10764	3732	1970	4131										12734	7863	0	
1997	11705	4042	2225	4729										13930	8771	0	
1998	9088	2980	2015	4750	1698	552								12801	8282	0	
1999	8243	3279	1378	3971	2448	893								12069	8143	0	
2000	7096	3298	675	3934	2561	1072	1288	442			50	55	19	11670	8801	19	
2001	7251	3841	475	3715	2925	1204	1176	435			185	214	22	12012	9409	22	

Obs.: Modalidade I (Mensalidade + Taxa Escolar)
 Modalidade II (Taxa Escolar)

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 11**Número de bolsistas no exterior de janeiro a setembro/2002**

Mês/Ano	Total	Doutorado Pleno	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Mestrado Sanduíche	Pós-Doutorado
jan/2002	1.541	687	397	13	200	14		230
fev/2002	1.387	674	374	13	101	14		211
mar/2002	1.277	672	387	12		14		192
abr/2002	1.263	674	378	11		14	1	185
mai/2002	1.263	669	375	11	10	14	1	183
jun/2002	1.250	671	360	11	10	14	2	182
jul/2002	1.242	674	348	9	8	13	1	189
ago/2002	1.259	687	322	13	41	13	5	178
set/2002	1.309	706	347	20	61	6	5	164
Média	1.310	679	365	13	48	13	2	190
Percentual	100	51,83	27,86	0,99	3,66	0,99	0,15	14,5

Última atualização: 01/10/2002

Fonte: CAPES/MEC

Tabela 12

Média mensal de bolsistas no exterior por país de destino – janeiro/setembro/2002

País de Destino	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
Estados Unidos	427	219	110	3	8	14	73
França	311	134	109	3	11		54
Grã-Bretanha	167	127	29	1			10
Alemanha	77	28	13	2	29		4
Espanha	78	51	14				12
Canadá	59	31	13	1			14
Portugal	62	26	28				8
Itália	36	11	18	1			6
Austrália	25	18	6				2
Holanda	23	17	5				1
Suiça	11	5	5				1
Bélgica	10	3	3	1			2
Nova Zelândia	4	3					0
Argentina	4	1	2			1	
México	3	1	1				1
Outros Países	13	4	7	0	0	0	2
Total	1.310	679	363	12	48	15	190
Percentual	100	51,85	27,89	0,96	3,66	1,11	14,54

Última atualização: 01/10/2002

Fonte: CAPES/MEC

Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica – CAC

Competência:

Compete à CAC gerir ações referentes à aquisição de periódicos científicos pelas Instituições Federais de Nível Superior e à manutenção e atualização do Portal Eletrônico, definindo o conjunto de publicações a serem adquiridas, divulgando, sempre que necessário, sistemáticas de acesso e promovendo avaliações sobre sua utilização. Sua atuação se efetiva pelo desenvolvimento do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos, PAAP, que inclui, o seguinte conjunto básico de atividades:

- definição das publicações cujo direito de acesso deverá ser adquirido;
- definição dos processos de aquisição, conforme a dotação orçamentária;

- celebração de convênios com as entidades participantes;
- manutenção dos mecanismos de acesso às publicações eletrônicas na Internet;
- acompanhamento da execução dos convênios e prestações de contas;
- análise e avaliação do uso dos periódicos;
- inclusão ou exclusão de títulos;
- divulgação e promoção do uso dos serviços oferecidos;
- manutenção de sistema de informação gerencial.

Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos – PAAP

Objetivos:

- promover o acesso das instituições de ensino superior e pesquisa à informação científica e tecnológica internacional e nacional;
- apoiar o desenvolvimento da pós-graduação nacional, contribuindo para a manutenção dos acervos de periódicos/revistas internacionais das bibliotecas dessas instituições;
- incentivar o desenvolvimento de políticas institucionais próprias para o acesso à informação científica e tecnológica;
- incentivar o desenvolvimento de programas interinstitucionais de aquisição planejada e cooperativa, em bases regionais e temáticas, visando reduzir duplicações de títulos e aumentar o número de publicações disponíveis no país;
- promover a integração com outros programas cooperativos nacionais e internacionais, visando ampliar e facilitar o acesso a serviços de informação no país.

Características:

A CAPES adquire, junto às editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e bases de referências bibliográficas e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. O impacto dessa iniciativa vem sendo extraordinário para a pesquisa e pós-graduação brasileira, considerada a dimensão do que é ofertado (mais de 3.000 periódicos científicos publicados a partir de 1995) e o volume de acessos efetuados (em 2001, mais de três milhões de acessos; em 2002, previsão de mais de cinco milhões de acessos). O programa constitui-se em extraordinário instrumento de superação de desigualdades regionais, uma vez que o acesso rápido e atualizado a um mesmo acervo é disponibilizado para todas as IES participantes – independentemente de sua localização, tamanho e nível de desenvolvimento.

Critérios de participação:

Atualmente são 97 as instituições participantes. Têm acesso ao Portal as instituições incluídas nas seguintes categorias:

- instituições federais de ensino superior - todas;

- instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela CAPES;
- instituições de ensino superior estaduais e municipais com pós-graduação avaliada pela CAPES;
- instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado com avaliação pela CAPES igual ou superior a 5.

Itens financiados:

No caso do Portal, não há transferência de recursos para as IES: a CAPES adquire os direitos junto aos editores, assegurando o acesso livre e gratuito, via internet, a todas as IES participantes. No caso de apoio para manutenção dos acervos de periódicos científicos internacionais, há o repasse de recursos às instituições federais para o financiamento das ações previstas.

Interação com a comunidade acadêmica:

Os periódicos e bases acessados são definidos a partir de consultas a representantes acadêmicos.

Em 2002, foi constituído o Conselho Consultivo do PAAP, composto pelos seguintes membros: presidente da CAPES, dois representantes de instituições federais de ensino superior, um representante das unidades de pesquisa com pós-graduação e das instituições públicas não federais de ensino superior com pós-graduação, um representante das instituições privadas de ensino superior, presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU – e um representante de outros programas cooperativos desenvolvidos no país na área de informação científica e tecnológica.

Estágio atual:

Os contratos firmados com os editores/fornecedores das bases de dados de texto completo e referências têm vigência até dezembro/2003. A concessão de recursos às IFES referente ao ano de 2002 para aquisição de periódicos em 2003 ainda não foi realizada e depende das disponibilidades financeiras.

Recomendações para 2003:

- o Conselho Consultivo deverá definir metodologia para a CAPES proceder o estudo de uso do acervo disponível no Portal com vistas à renegociação dos contratos de fornecimento no segundo semestre de 2003; e
- distribuir os eventuais recursos para as IFES regionalmente e em bases competitivas, incentivando-as a se organizarem em torno de uma proposta de construção de centros regionais de divulgação de informação científica.

Recursos:

- o custo das assinaturas referentes aos serviços disponíveis no portal durante o ano de 2003 é de R\$ 65 milhões, sendo que no orçamento de 2003 estão previstos R\$ 50 milhões para o programa.

Coordenação-Geral de Programas no País – CGPP

Coordenação de Desenvolvimento Setorial – CDS

Competência:

É de competência da Coordenação de Desenvolvimento Setorial – CDS gerir ações relativas à qualificação de recursos humanos na pós-graduação *stricto sensu* com vistas à formação de docentes, pesquisadores e demais profissionais em todos os setores da sociedade brasileira, bem como orientar as instituições de ensino superior na execução de programas e projetos de fomento ao ensino de pós-graduação e de formação de recursos humanos de alto nível. Sua atuação é implementada através da operacionalização dos seguintes programas:

- Programa Demanda Social – DS;
- Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP;
- Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF;
- Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP;
- Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP.

Programa Demanda Social – DS

Objetivo:

Formar recursos humanos de alto nível necessários ao país, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

Características:

A DS concede cotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, para que mantenham em tempo integral alunos de excelente desempenho acadêmico.

Itens financiados:

O instrumento da DS é a concessão de cotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação.

Situação atual:

A DS concedeu ao longo de 2002, 8.638 bolsas de mestrado e 5.238 bolsas de doutorado para 1.111 programas de pós-graduação de 78 instituições.

Interação com a comunidade:

Aprovação dos critérios e procedimentos para concessão de bolsas pelo Conselho Superior.

Recomendações para 2003:

- definir os critérios de concessão e a distribuição de bolsas até 15 de fevereiro com a aprovação do Conselho Superior;
- incluir na concessão os 74 mestrados e 29 doutorados que ficaram sem cota em 2002, em especial os cursos da área de Educação;
- incluir os programas de IES públicas recomendados pelo Conselho Técnico Científico a partir de maio de 2002, estimados em 70 mestrados e 70 doutorados.

Recursos:

- em 2002 a DS utilizou R\$ 142,5 milhões.
- em 2003 a estimativa de adicional para atendimento da novos cursos é de R\$ 8,4 milhões.

Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF

Objetivo:

Estimular a formulação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação nas universidades públicas.

Características:

O PROF promove a prática da autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação que pode ser feita de forma mais flexível e eficiente. As instituições participantes apresentaram, a convite da CAPES, um planejamento bienal com metas cuja consecução é avaliada para fins de permanência no programa e/ou ampliação dos recursos. O PROF começou em 1998 com as seguintes instituições: UFPA, UFRPE, UNIFESP, UFLA, UFV, UFSC e UFRGS. A UnB e UFMG ingressaram no programa em 1999 e a UFPR em 2000. Em 2002, foram desligadas UnB, UFLA e UNIFESP.

Itens financiados:

Recursos para pagamento de bolsas de estudo, de custeio das atividades de pós-graduação e capital. Os recursos de capital são restritos devido à sua baixa disponibilidade no orçamento.

Situação atual:

O PROF concedeu, ao longo de 2002, 2.274 bolsas de mestrado e 984 bolsas de doutorado para 255 programas de pós-graduação de sete instituições. Atualmente está sendo feita a análise dos relatórios de execução do planejamento institucional da primeira fase do biênio para UFRPE, UFV e UFRGS, e relatório do término do biênio para UFPA, UFSC, UFPR e UFMG.

Interação com a comunidade:

Apresentar ao Conselho Superior os pareceres sobre os relatórios para tomada de decisão sobre a permanência e/ou ampliação de recursos.

Recomendações para 2003:

- Avaliar o desempenho do programa e decidir se faz sentido expandir suas ações, se comprovada a hipótese de ele se constituir em instrumento mais moderno e adequado para o apoio das instituições públicas.
- Decidir sobre a permanência e/ou ampliação de recursos para as instituições com término do biênio em fevereiro de 2003 (UFPA, UFSC, UFPR e UFMG), até 15 de fevereiro com a aprovação do Conselho Superior, bem como sobre a ampliação do número de instituições participantes.

Recursos:

- em 2002, o PROF utilizou R\$ 46,7 milhões em bolsas e custeio e R\$ 2,6 em capital;
- considerando que todas as instituições com término do biênio em fevereiro de 2003 atendam as metas de seus planejamentos e concedendo a ampliação de 5% para os recursos a elas destinados, a previsão de despesas do PROF é R\$ 49,0 milhões em bolsa e custeio e R\$ 2,8 milhões em capital.

Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP

Objetivo:

Formar recursos humanos de alto nível necessários ao país, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

Características:

O PROSUP concede cotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições privadas, com nota igual ou superior a 3, que podem ser transformadas para o pagamento exclusivo de taxas escolares.

Itens financiados:

Pagamento de mensalidades para manutenção dos alunos e de taxas escolares.

Situação atual:

O PROSUP concedeu, ao longo de 2002, 964 bolsas de mestrado, 371 bolsas de doutorado, 2.328 taxas de mestrado, 787 taxas de doutorado para 210 programas de pós-graduação de 70 instituições.

Interação com a comunidade:

Apresentar ao Conselho Superior critérios e procedimentos para concessão de cotas.

Recomendações para 2003:

- definir os critérios de concessão e a distribuição de bolsas até 15 de fevereiro com a aprovação do Conselho Superior; e
- incluir os programas recomendados pelo Conselho Técnico-Científico a partir de maio de 2002, estimados em 50 mestrados e 10 doutorados.

Recursos:

- em 2002, o PROSUP utilizou R\$ 32,9 milhões;
- em 2003, a previsão de recursos adicionais para atendimento de novos cursos é de R\$ 3,0 milhões.

Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP

Objetivo:

Apoiar eventos de caráter científico, tecnológico e cultural, organizados por associações e sociedades nacionais científicas, de pós-graduação e de pesquisa.

Características:

Os eventos apoiados devem apresentar interesse inequívoco para a pós-graduação *stricto sensu* e possuir, obrigatoriamente, caráter nacional e/ ou internacional; dirigir-se a um público diversificado nacional e/ou internacional; ser de curta duração.

Itens financiados:

Concessão de passagens aéreas nacionais/internacionais para os conferencistas e/ ou palestrantes convidados e, eventualmente, apoio de custeio para realização do evento

Situação atual:

- 361 eventos foram apoiados até outubro 2002, comprometendo R\$ 2 milhões;
- análise dos projetos em fluxo contínuo;
- implementação de sistema informatizado de operacionalização.

Interação com a comunidade:

A análise de mérito dos projetos é feita exclusivamente pelos representantes de área, sob a coordenação da CEC (Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias). A homologação é feita pela Diretoria de Programas/Coordenação-Geral de Programas no País.

Recomendações para 2003:

Implementar o sistema de demanda e análise por Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

Recursos:

- até outubro de 2002, o PAEP utilizou R\$ 2 milhões;
- por se tratar de fluxo contínuo de demanda espontânea, a alocação de recursos é flexível e ajustável quando da concessão pela Diretoria.

Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI

Competência:

Compete à CDI gerir ações relativas à qualificação institucional e à capacitação do corpo docente e de técnicos das instituições de ensino superior no níveis de doutorado e mestrado. Sua atuação é implementada através da operacionalização dos seguintes programas:

- Programa de Qualificação Institucional - PQI;
- Programa Nacional de Absorção Temporária de Doutores - PRODOC;
- Programa de Qualificação Docente - PQD;
- Programa Mestrado Interinstitucional - MINTER;
- Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT,
- Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico - PICDTec.

Programa de Qualificação Institucional - PQI

Objetivo:

Promover o desenvolvimento acadêmico das instituições públicas através do estímulo, da elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional; da qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e do apoio à políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados.

Características:

Apoiar missões de estudo e de trabalho visando à formação de docentes de instituições públicas de ensino superior, no âmbito de projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do país ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes instituições.

Itens financiados:

Bolsa de doutorado/mestrado para missões de estudo; bolsa de professor visitante para missões de trabalho de média duração; passagens aéreas para missões de estudo e trabalho; diárias para missões de trabalho de curta duração; recursos de custeio para desenvolvimento das atividades do projeto para a equipe da IES de origem e da IES cooperante.

Situação atual:

Implementação e acompanhamento de 55 projetos de 38 instituições que tiveram seus projetos homologados pela CAPES, além de outros 35 em fase final de análise por terem recebido parecer com recomendação condicionada.

Interação com a comunidade:

A análise de mérito dos projetos é feita por comitê especialmente constituído pela Diretoria Executiva a partir das indicações dos representantes de área que integram o CTC, sob coordenação da CEC. A homologação é feita pela Diretoria Executiva.

Recomendações para 2003:

Proceder à avaliação dos projetos da nova chamada do PQI até 15 de fevereiro, com implementação prevista para março.

Recursos:

- os 55 projetos da primeira chamada receberam R\$ 2,5 milhões referentes às atividades até agosto de 2003. Com relação ao primeiro ano da primeira chamada, resta pagar R\$ 0,9 milhões referentes às bolsas das instituições federais que deverão ser repassados mensalmente em 2003, onerando o orçamento daquele ano;
- a previsão de gastos com os PQI de 2003 dependerá dos projetos aprovados e homologados.

Programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc**Objetivo:**

Promover a inserção de jovens doutores em cursos de pós-graduação no país avaliados pela CAPES. Esses doutores deverão exercer atividades de docência e pesquisa, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação.

Características:

Distribuir a cada ano, em base competitiva, para os programas de pós-graduação avaliados pela CAPES, 160 bolsas de pós-doutorado no país com 4 anos de duração. As áreas das Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias serão atendidas nos anos pares. Nos anos ímpares será a vez das Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas, Letras, Linguística e Artes e Multidisciplinar.

Itens financiados:

Bolsa de pós-doutorado no país no valor de R\$3.000,00 e recursos anuais de custeio no valor de R\$12.000,00.

Situação atual:

Implementação de 160 cotas de bolsas para os projetos aprovados no convite de 2002, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias, com

início em novembro de 2002; processo de seleção de projetos das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras Lingüística e Artes e Multidisciplinar com início previsto em abril de 2003.

Interação com a comunidade:

A análise de mérito dos projetos é feita por comitê especialmente constituído pela Diretoria Executiva a partir das indicações dos *representantes de área* que integram o CTC, sob coordenação da CEC. A homologação é feita pela Diretoria Executiva.

Recomendações para 2003:

Proceder à avaliação dos projetos da nova chamada do ProDoc até 15 de março, com implementação prevista para abril.

Recursos:

- as 160 bolsas referentes aos projetos apoiados na primeira chamada receberam R\$ 4,50 milhões referentes às atividades até julho de 2003. Assim, com relação à primeira chamada ProcDoc resta pagar, em 2003, R\$ 2,50 milhões referentes às 128 bolsas de agosto à dezembro;
- a previsão de gastos em 2003 com a segunda chamada do ProDoc, mais 160 bolsas a partir de abril, é de R\$ 4,50 milhões;
- em 2003, a previsão é de R\$ 7,00 milhões

Programa de Qualificação Docente – PQD

Objetivo:

Apoiar os planos de qualificação dos quadros docentes das instituições de ensino superior privado.

Características:

Complementar os investimentos efetivamente realizados em planos de qualificação docente até o máximo de 20%, desde que a formação ocorra em cursos com nota igual ou superior a 3. O PQD atende 13 instituições :

- Universidade do Sagrado Coração;
- Universidade de Cruz Alta;
- Universidade de Caxias do Sul;
- Universidade de Santa Cruz do Sul;
- Universidade Católica de Pelotas;
- Universidade de Passo Fundo;
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
- Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul;
- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguay e das Missões;
- Universidade da Região da Campanha;

- Fundação Educacional de Barretos;
- Associação Catarinense das Fundações Educacionais

Itens financiados:

Todos os itens associados à qualificação, tais como bolsas de estudo e taxas escolares.

Situação atual:

Acompanhamento técnico do programa.

Interação com a comunidade:

Não se aplica.

Recomendações para 2003:

Proceder à avaliação do programa no 1º semestre de 2003.

Recursos:

- R\$ 3,8 milhões em 2002;
- previsão para 2003: R\$ 3,8 milhões.

Programa Mestrado Interinstitucional – MINTER

Objetivo:

Qualificar docentes de instituições de ensino superior localizadas fora dos grandes centros de ensino, por intermédio da oferta de turmas de mestrado de cursos de pós-graduação consolidados.

Características:

Os projetos aprovados pelas Comissões de Área são analisados para apoio pela Diretoria. A última chamada com apoio ocorreu em 2000.

Itens financiados:

Bolsas de mestrado para estágio na instituição promotora; bolsa de professor visitante para a instituição receptora; custeio de passagens, diárias e taxas acadêmicas na promotora.

Situação atual:

Acompanhamento de 18 projetos, com conclusão prevista para 2003.

Interação com a comunidade:

Análise de mérito dos projetos feita pelas Comissões de Avaliação de cada área.

Recomendações para 2003:

Avaliação dos resultados globais do programa.

Recursos:

Considerando apenas a conclusão dos projetos ainda ativos, R\$ 0,4 milhões em 2003 (custeio R\$ 0,1 milhões; bolsas R\$ 0,2 milhões e R\$ 0,1 milhões em capital).

Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT**Objetivo:**

Promover a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior públicas.

Características:

O programa foi extinto em 2002, sendo que sua última distribuição de cotas de bolsas ocorreu no 1º semestre de 2002.

Itens financiados: bolsa de mestrado e doutorado.

Situação atual:

Com a extinção do programa resta apenas a manutenção dos bolsistas ativos que terá a seguinte evolução:

Ano Nº de bolsistas em março	2003	2004	2005	2006
Mestrado	156	27	—	—
Doutorado	2.323	1.413	566	48

Interação com a comunidade:

Não se aplica, a extinção foi aprovada pelo Conselho Superior.

Recomendações para 2003:

Utilizar os recursos liberados para o apoio pelo PQI e ProDoc.

Recursos:

Os recursos foram calculados considerando apenas a manutenção dos bolsistas ativos:

- previsão de despesas em 2003 R\$ 32,00 milhões
- previsão de despesas em 2004 R\$ 19,93 milhões
- previsão de despesas em 2005 R\$ 8,36 milhões
- previsão de despesas em 2006 R\$ 1,02 milhões

Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico – PICDTec**Objetivo:**

Apoiar a formação de docentes, em nível de mestrado das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais - ETF e EATF – e dos Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFET's sem curso de bacharelado.

Características:

Concessão anual de uma bolsa de mestrado para as ETF, EATF e de duas bolsas para o CEFET para que o docente, selecionado pela instituição, curse o mestrado em programa de pós-graduação com nota igual ou superior a 3.

Itens financiados:

Bolsa de mestrado.

Situação atual:

O PICDTec concedeu ao longo de 2002, 47 novas bolsas de mestrado para 41 instituições, mantendo um total de 102 bolsistas em 54 IES.

Interação com a comunidade:

Não se aplica.

Recomendações para 2003:

Definir critérios de concessão e informar a cota de bolsas para 2003 até 15 de fevereiro.

Recursos:

- em 2002 o PICDTec utilizou R\$ 0,9 milhões;
- considerando os mesmos critérios de concessão de 2002, para 2003, a previsão de despesas é R\$ 0,9 milhões.

Coordenação de Programas Especiais – CPE

Competência:

A Coordenação de Programas Especiais - CPE - tem como função *gerir ações inovadoras que promovam o melhoramento do ensino, incentivando a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento do país*. Os projetos apresentados no âmbito dos programas sob a responsabilidade desta Coordenação são analisados quanto ao mérito por comissões *ad hoc*, especialmente constituídas para cada Programa, integradas por consultores indicados por *representantes de área* e do Conselho Superior da Capes. Deste modo, o processo conta com o respaldo da comunidade acadêmica. As decisões concernentes à implantação dos projetos aprovados no mérito somente serão efetivadas após a emissão dos pareceres pelas comissões e homologação pela Diretoria Executiva. Os programas atualmente sob responsabilidade da CPE são:

- Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD
- Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais – SAN TIAGO DANTAS
- Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância – PAPED
- Programa de Doutorado em Bioinformática e Microeletrônica – BIOMICRO
- Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP
- Programa de Apoio ao Aperfeiçoamento de Professores de 2º Grau em Matemática e Ciências – Pró-Ciências
- Programa de Apoio a Projetos Regionais – RENOR

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD

Objetivo:

Formar recursos humanos de alto nível, em atividades vinculadas a projetos cooperativos de pesquisa de média duração, promovendo a mobilidade de pesquisadores e estudantes no país.

Características:

O PROCAD apóia equipes de diferentes Instituições brasileiras que, no âmbito de um projeto conjunto de pesquisa, promovam: a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, bem como de estudantes de pós-graduação; a elevação da qualidade das equipes e dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto; a produção conjunta de conhecimento científico e tecnológico expresso na forma de publicações especializadas, congressos, patentes, etc; e a aplicação sócio-econômica dos conhecimentos desenvolvidos.

Itens financiados:

Apoio financeiro de missões de trabalho (passagens e diárias) e de estudos (passagens e bolsas para estágio de doutorado, mestrado e pós-doutorado), exclusivamente no país, bem como financiamento de despesas para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Estágio atual:

Há 33 projetos do PROCAD/2000 e 86 projetos PROCAD/2001. Duas chamadas estão em andamento.

Interação com a comunidade Acadêmica:

O comitê PROCAD é constituído a partir de indicação dos *representantes de área* e do Conselho Superior.

Recomendações para 2003:

- analisar os relatórios de atividades de 2002/2003 e o planejamento de 2004;
- avaliar os projetos das chamadas em andamento.

Recursos:

- em 2003, estão previstos os pagamentos referentes a última parcela da chamada de 2000 e a 3. parcela da chamada de 2001, correspondendo a um total de 5,73 milhões.

Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais – SAN TIAGO DANTAS**Objetivos:**

Estimular a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; fortalecer e ampliar os programas de pós-graduação existentes e contribuir para criação de novos programas pós-graduação na área de Relações Internacionais.

Características:

O Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais apóia projetos que abrangem estudos e pesquisas sobre regiões, países, instituições e os múltiplos aspectos, teóricos e práticos, relativos às diferentes instâncias de negociação internacionail. O Programa volta-se, essencialmente, para o desenvolvimento do ensino de pós-graduação em relações internacionais em instituições públicas. Prevê o apoio a até quatro projetos.

Itens financiados:

Apoio financeiro a atividades de ensino e pesquisa de professores nacionais e estrangeiros (passagens, diárias, bolsas de professor visitante e de pós-doutorado), de estudos para alunos (passagens, bolsas de mestrado pleno e sanduíche, doutorado pleno e sanduíche) e recursos de custeio e capital para o financiamento de despesas com o desenvolvimento das atividades dos projetos aprovados.

Estágio atual:

Há 4 projetos em andamento, um para cada uma das seguintes instituições: Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal Fluminense - UFF e o projeto conjunto da Universidade Estadual Paulista - UNESP, com a Universidade de Campinas – UNICAMP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Interação com a comunidade Acadêmica

A constituição do Comitê de Avaliação do Programa San Tiago Dantas é feita a partir da indicação dos *representantes de área* e Conselho Superior.

Recomendações para 2003:

Acompanhamento

Recursos:

Em 2003 está previsto o pagamento de R\$ 0,7 milhões.

Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED**Objetivos:**

Incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento no campo da educação a distância e na utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas diversas áreas do conhecimento.

Características:

Trata-se de programa da SEED/MEC operado pela CAPES. Possui duas linhas de ação. A Linha 1 contempla a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratem de temas afetos à Educação a Distância (EAD) e ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), independentemente da área do conhecimento. Essa linha está em sua sexta edição. A Linha 2, iniciada em 2002, contempla a premiação de materiais didáticos multimídia para uso em cursos ou disciplinas, ministrados presencialmente ou à distância, via internet.

Itens financiados:

Para a Linha 1, apoio financeiro para a aquisição de recursos de informática (*softwares*); material de consumo; passagens e diárias para realização de trabalhos de campo no país; passagens, diárias e taxa de inscrição para participação em eventos, como palestrante; passagens, diárias e taxa de inscrição para participação em cursos, no país e despesas com reprodução e encadernação do trabalho. Para a Linha 2, prêmios, em dinheiro, aos vencedores.

Estágio atual:

Estão em andamento projetos da chamada de 2001, correspondentes à Linha 1: 15 projetos para o mestrado e 12 para o doutorado. A linha 2 está em fase de recebimento de propostas para premiação de cinco produtos telemáticos.

Interação com a comunidade Acadêmica:

O comitê PAPED é constituído a partir de indicações dos representantes de área junto à CAPES, do Departamento de Política de Educação à Distância da SEED/MEC e do Conselho Superior da CAPES.

Recursos:

Procedentes exclusivamente da SEED/MEC.

Doutorados em Bioinformática e Microeletrônica – Biomicro**Objetivos:**

Estimular a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação (até 100 doutores em 5 anos) e contribuir para a criação de novos programas, em nível de doutorado, em Bioinformática e Microeletrônica.

Características:

O Programa Biomicro apoiará programas de pós-graduação vinculados a uma única instituição ou a um consórcio operacional de instituições de pesquisas que ofereçam um ambiente interdisciplinar no qual se realizem atividades de ensino e pesquisa envolvendo: pesquisadores experientes nas áreas temáticas dos Programas, trabalhando conjuntamente em projetos de pesquisa; laboratórios de pesquisa estruturados; infra-estrutura de apoio apropriada e serviços técnicos de manutenção.

Recomenda-se que os programas de pós-graduação mantenham mecanismos de interação com instituições de pesquisa avançada e com empresas em nível nacional e internacional, para assegurar a relevância dos temas de pesquisa e das inovações na aplicação de resultados.

Itens financiados:

Apoio financeiro para o pagamento de bolsas de estudos de doutorado pleno e financiamento de despesas de custeio para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação apoiados.

Estágio atual:

Até o momento, apenas os programas de Bioinformática, da Universidade de São Paulo - USP, e Microeletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, estão

aprovados. Aguarda-se a inclusão do curso de Bioinformática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A meta é formar sessenta doutores.

Interação com a comunidade Acadêmica

O comitê Biomicro é constituído a partir de indicações dos representantes de área e do Conselho Superior.

Recomendação para 2003:

Acompanhamento dos programas.

Recursos:

Manutenção de 20 bolsas de doutorado na forma de empréstimo (sem direito a substituição) e custeio para cinco cursos da UFMG e da UFRGS, correspondendo a um total de R\$ 0,8 milhões. O curso da USP, por ser estadual, teve os recursos de 2003 pagos em 2002.

Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP

Objetivos:

Desenvolver ações integradoras da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcione a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.

O PROEP visa à implantação da Reforma da Educação Profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação, abrangendo aspectos técnico-pedagógicos, tais como a flexibilização curricular e a adequação à demanda, formação e avaliação por competências, aspectos de gestão que contemplem a autonomia, a flexibilidade, a captação de recursos próprios e a questão das parcerias, bem como, a expansão da Rede de Educação Profissional, mediante iniciativas do Segmento Comunitário.

Características:

O PROEP financia propostas voltadas para a realização de treinamento destinado à capacitação de docentes de cursos de nível técnico, gestores e pessoal técnico-administrativo, que atuam na Educação Profissional. Deverá abranger um conjunto de atividades integradas, como aulas teóricas e de laboratórios, projetos, palestras, seminários, demonstrações, oficinas, desenvolvimento de material instrucional, visitas, trabalho de grupo, juntamente com as necessárias avaliações dos alunos.

Itens financiados:

Apoio para o pagamento de bolsa Professor/aluno, Técnico/aluno ou Gestor/aluno, bolsa Professor/instrutor, bolsa coordenador do curso, auxílio para custeio destinado à preparação e produção de material instrucional.

Estágio atual:

Foram aprovados 140 cursos em 18 estados e no Distrito Federal.

Interação com a comunidade acadêmica:

O comitê do programa é composto a partir de indicações dos representantes de área e do Conselho Superior.

Recomendação para 2003:

A estabelecer com o MEC.

Recursos:

Provenientes do PROEP.

Programa de Apoio ao Aperfeiço-amento de Professores de 2º Grau em Matemática e Ciências - Pró-Ciências**Objetivos:**

Através da parceria SEMTEC/ CAPES, promover a ampliação e reordenamento da rede física, a formação de professores e adequação do ensino às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país por meio da melhoria do ensino médio nas disciplinas Matemática, Física, Química e Biologia e do aperfeiçoamento dos professores em serviço. Promover a interação de ensino médio e universidade, mediante projetos que fortaleçam novos mecanismos de articulação entre os dois níveis de ensino.

Características:

Para alcançar os seus objetivos, o Pró-Ciências propõe a adoção de ações que proporcionem experiências qualificadas e intensivas com vistas à melhoria do domínio dos conteúdos curriculares pelos professores, utilizando, para tanto, formatos descentralizados, flexíveis e eficazes de atuação.

Atualmente, o Pró-Ciências incorporou algumas modificações decorrentes da experiência adquirida através da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Itens financiados:

Bolsas para professores-alunos, bolsa para o coordenador do curso, valor de custeio de até R\$ 50,00 por hora-aula, efetivamente desenvolvida, pagos aos professores-ministrantes e despesas de custeio e/ou capital para ressarcimento à IES de serviços técnicos, manutenção, material de informática e outros requeridos no desenvolvimento do curso.

Situação atual:

Por meio do Edital 003/2001, a SEMTEC/CAPES realizou chamada para a qualificação de Instituições de Ensino Superior (IES) através de apresentação de projetos para a realização de cursos no âmbito do Pró-Ciências. Na Fase 02, foram recomendados 187 projetos para a implementação das ações de formação continuada. Na Fase 01, alguns estados, que dispunham de saldo e tiveram seus convênios prorrogados, manifestaram interesse em dar continuidade às atividades do programa, foram eles: Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Rondônia, Sergipe, Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas. Apenas 6 não tiveram seus convênios prorrogados: Pará, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, seja por não disporem de saldo suficiente, seja por não terem manifestado interesse.

Interação com a comunidade Acadêmica

O comitê do programa é constituído por consultores indicados por representantes de área e pelo Conselho Superior.

Recomendação para 2003:

A estabelecer com o MEC.

Recursos:

Provenientes da SEMTEC.

Programa De Apoio A Projetos Regionais – RENOR**Objetivos:**

Implementar condições adequadas para a promoção de atividades de pós-graduação, incentivar a capacitação docente, incentivar a pesquisa e a produção científica, visando diminuir as discrepâncias regionais. No âmbito do Projeto Norte de Pós-Graduação e Pesquisa - PNOPG, foi implementada a Rede Norte para Formação e Fixação de Grupos de Docentes Pesquisadores na Amazônia – RENOR, na área de saúde e biodiversidade. O convênio assinado entre a CAPES e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP, da Universidade Federal do Pará – UFPA, envolve instituições dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, e instituições de outras regiões, como UNB, USP, UFMG, UFRGS, FIOCRUZ.

Características:

Alcançar os objetivos propostos através de convênios entre a CAPES e os estados da federação.

Itens financiados:

Apoio financeiro para realização de cursos, despesas com material de consumo, serviços de pessoa física e jurídica, diárias e passagens.

Situação atual:

Acompanhamento do RENOR, na área de saúde e biodiversidade.

Interação com a comunidade acadêmica

O comitê do programa é constituído por indicação dos representantes de área e do Conselho Superior.

Recomendação para 2003:

Acompanhamento

Recursos:

Sem previsão.

Coordenação-Geral de Programas com o Exterior - CGPE**Coordenação de Candidaturas a Bolsas e Auxílios no Exterior – CCE****Competência:**

A CCE promove a seleção de candidatos para obtenção de apoios relativos ao desenvolvimento de projetos de estudo ou de pesquisa ou à participação em eventos no exterior. As candidaturas são submetidas à avaliação de mérito por comissões de área, constituídas por consultores *ad hoc* e pelo respectivo representante de área. As decisões concernentes à implementação do apoio às solicitações recomendadas quanto ao mérito somente são efetivadas após homologação pela direção da CAPES. Os programas atualmente sob a responsabilidade da CCE são:

- Programa de Apoio a Eventos no Exterior - PAEX;
- Programa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior;
- Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (cota de bolsa institucional) - PDEE;
- Programa de Bolsas de Doutorado sanduiche no Exterior;
- Programa de Aperfeiçoamento em Artes - ApArtes
- Programa de Bolsas de Doutorado no Exterior;

Programa de Apoio a Eventos no Exterior - PAEX**Objetivos:**

Ampliar a visibilidade internacional da produção científica, tecnológica e cultural gerada no país mediante a apresentação de trabalhos científicos de professores e pesquisadores em eventos no exterior; incentivar o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Características:

As candidaturas são apresentadas em fluxo contínuo, com a antecedência mínima de 90 dias em relação à data do evento, e devem estar em conformidade com as normas do programa.

Item financiado:

Passagem aérea de ida-e-volta, em classe econômica e tarifa promocional.

Interação com a comunidade:

A análise do mérito de todas as candidaturas é feita pelos representantes de área e por consultores ad hoc por estes indicados.

Estágio atual:

Como o programa tem fluxo contínuo e aceita candidaturas até 90 dias antes da data do evento no exterior, estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de novembro/dezembro/02 e janeiro/fevereiro/03.

Recomendações para 2003:

- Informar nos prazos previstos as concessões de novembro/dezembro/02 e janeiro/fevereiro/03.

Recursos:

- até o momento, o PAEX concedeu 463 passagens aéreas;
- não há previsão de ampliação para 2003.

Programa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior

Objetivo:

Complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil no desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto institucional de atuação do candidato.

Características:

As candidaturas são apresentadas em fluxo contínuo, de acordo com calendário específico, e devem estar em conformidade com as normas do programa.

Itens financiados:

- diária (US\$ 70) para estágios de até três meses ou mensalidade de US\$ 2.000 para estágios entre quatro e doze meses. Para estágios na Argentina é concedida diária de US\$50 e ou mensalidade de US\$ 1.500;

- passagem aérea de ida-e-volta, em classe econômica e tarifa promocional;
- seguro-saúde no valor de US\$ 70 (setenta dólares americanos) por mês;
- auxílio-instalação no valor de US\$ 100 (cem dólares americanos) para estágios superiores a três meses.

Interação com a comunidade:

A interação se dá pela apreciação, quanto ao mérito científico, das solicitações pelos representantes de área e por consultores.

Estágio atual:

Como o programa tem fluxo contínuo e aceita candidaturas de acordo com calendário específico, estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de novembro/dezembro/2002 e janeiro/fevereiro/2003.

Recomendações para 2003:

- informar nos prazos previstos as concessões de novembro/dezembro/02 e janeiro/fevereiro/03.

Recursos:

- até o momento foram concedidas 200 bolsas de estágio pós-doutoral;
- não há previsão de ampliação para 2003.

Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior – PDEE

Objetivo:

Contribuir para o estabelecimento e/ou manutenção do intercâmbio científico dos programas de pós-graduação consolidados do país com seus congêneres no exterior, por intermédio da concessão de cotas de bolsas às instituições de ensino superior para que doutorandos realizem estágio em instituição estrangeira. O PDEE atua de forma complementar aos esforços despendidos pelos programas brasileiros de pós-graduação na formação de docentes e pesquisadores de alto nível e na inserção destes no meio acadêmico nacional e internacional.

Características:

A bolsa destina-se a alunos inscritos em programas de doutorado no país com conceito 5, 6 ou 7, de comprovado desempenho acadêmico e que necessitem desenvolver no exterior parte da pesquisa relativa a seus trabalhos de tese. As candidaturas devem ser apresentadas conforme as orientações do programa e cumprem as seguintes etapas de análise e julgamento:

- seleção pelo programa de PG – a coordenação do programa de pós-graduação da IES deverá proceder à seleção dos candidatos que atendam os requisitos apresentados pela CAPES, mediante comissão especialmente constituída para esse fim.

- análise documental – a equipe técnica da CAPES verifica se a documentação recebida da IES referente aos candidatos selecionados atende às normas fixadas;
- homologação e decisão – A CAPES, considerando as candidaturas apresentadas, decide sobre a concessão, de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

Itens financiados:

- mensalidade no valor de US\$ 1.100 (um mil de cem dólares americanos);
- passagem aérea de ida e volta, em classe econômica e tarifa promocional;
- seguro-saúde no valor de US\$ 70 (setenta dólares americanos) por mês;
- auxílio-instalação no valor de US\$ 100 (cem dólares americanos);
- taxas escolares, quando perfeitamente justificadas, face ao plano de atividades aprovado.

Interação com a comunidade:

São os próprios programas de pós-graduação que selecionam os alunos que deverão realizar o estágio no exterior.

Estágio atual:

Como o programa tem fluxo contínuo e aceita candidaturas de acordo com calendário específico, estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de novembro/dezembro/2002 e janeiro/fevereiro/2003.

Recomendações para 2003:

- informar nos prazos previstos as concessões de novembro/dezembro/02 e janeiro/fevereiro/03

Recursos:

- até o momento o PDEE concedeu 299 bolsas;
- não há previsão de ampliação do número de concessões em 2003.

Programa de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior

Objetivo:

Complementar os esforços despendidos pelos programas brasileiros de pós-graduação na formação de docentes e pesquisadores de alto nível, contribuindo para a inserção dos doutorandos no meio acadêmico nacional e internacional.

Características:

A bolsa destina-se a alunos inscritos em programas de doutorado no país com conceito 3 ou 4, de comprovado desempenho acadêmico, e que necessitem desenvolver no exterior parte da pesquisa relacionada com seus trabalhos de tese.

Itens financiados:

- mensalidade no valor de US\$ 1,100 (um mil de cem dólares);
- passagem aérea de ida-e-volta, em classe econômica e tarifa promocional;
- seguro saúde no valor de US\$ 70 (setenta dólares americanos) por mês;
- auxílio instalação para estadias superiores a quatro meses, no valor de US\$ 100 (cem dólares americanos);
- taxas escolares, quando perfeitamente justificadas, face ao plano de atividades aprovado.

Interação com a comunidade científica:

A interação se dá por meio da apreciação das solicitações pelos representantes de áreas e por consultores indicados para a análise do mérito científico das propostas.

Estágio atual:

Como o programa tem fluxo contínuo e aceita candidaturas de acordo com calendário específico, estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de novembro/dezembro/2002 e janeiro/fevereiro/2003.

Recomendações para 2003:

- informar nos prazos previstos as concessões de novembro/dezembro/2002 e janeiro/fevereiro/2003.

Recursos:

- até o momento foram concedidas 117 bolsas de doutorado sanduíche;
- não há previsão de ampliação das concessões em 2003.

Bolsa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior – ApArtes**Objetivo:**

Apoiar um segmento da comunidade artística que, embora sem vocação acadêmica, não pode prescindir de conhecimentos sistematizados, inexistentes no país, para consolidar e agregar qualidade à sua formação. O programa está em fase de avaliação.

Características:

O programa oferece bolsas de aperfeiçoamento em instituições no exterior a jovens artistas de talento, nas áreas de Música, Dança, Artes Cênicas, Audiovisual, Artes Plásticas e Fotografia.

Itens financiados:

- mensalidade no valor de US\$ 1,100 (um mil de cem dólares americanos);
- passagem aérea de ida e volta, em classe econômica e tarifa promocional;
- seguro-saúde no valor de US\$ 70 (setenta dólares americanos) por mês;
- auxílio- instalação no valor de US\$ 100 (cem dólares americanos);
- taxas escolares.

Interação com a comunidade científica:

São os representante de área e consultores indicados por tais representantes que analisam o mérito artístico das propostas e realizam as entrevistas com os candidatos recomendados nas etapas anteriores.

Estágio atual:

Até janeiro de 2003 será concluída a implementação das bolsas concedidas, referentes a seleção de 2001/2002, última edição do programa.

Recomendações para 2003:

- promover avaliação do programa até maio de 2003, para viabilizar eventual reabertura em junho de 2003

Recursos:

- em 2002 foram concedidas 28 bolsas ApArtes;
- não há previsão de concessão em 2003.

Programa de Bolsas de Doutorado no Exterior**Objetivo:**

Complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, buscando a formação de docentes e pesquisadores de alto nível para inserção no meio acadêmico e de pesquisa do país. Esta bolsa destina-se a candidatos de comprovado desempenho acadêmico e que se dirijam a instituições de excelência e prestígio internacional, formando doutores em áreas nas quais se verifique carência de grupos consolidados no país.

Características:

As candidaturas devem ser apresentadas conforme as orientações do programa. São as seguintes as etapas de análise e julgamento:

- análise documental – pela equipe técnica da CAPES, que verifica se a documentação e informações apresentadas atendem às normas fixadas;
- análise de mérito – por comissões de consultores e representantes de área;
- entrevista – os candidatos selecionados na análise de mérito são convocados para entrevista realizada por consultores acadêmicos convidados pela CAPES;
- decisão final – a CAPES, considerando os candidatos selecionados nas etapas anteriores, concede o apoio de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Itens financiados:

Os benefícios dessa bolsa variam de acordo com a situação familiar e o rendimento do beneficiado:

- mensalidade com o teto de US\$ 1.670 (um mil e seiscentos e setenta dólares americanos);
- passagem aérea de ida e volta, em classe econômica e tarifa promocional, inclusive para um dependente, quando for o caso;
- seguro-saúde de até US\$ 1,500 (um mil e quinhentos dólares americanos) por ano;
- auxílio-instalação de até US\$ 1,670 (um mil e seiscentos e setenta dólares americanos);
- taxas escolares.

Interação com a comunidade:

São os representante da área e consultores indicados por tais representantes que analisam o mérito científico das propostas e realizam as entrevistas com os candidatos recomendados nas etapas anteriores.

Estágio atual:

Até janeiro de 2003 será concluída a implementação das bolsas concedidas, referentes à seleção de 2001/2002. Além disso, estão sendo analisadas as candidaturas apresentadas para o processo seletivo 2002/2003, visando a implementação da bolsa no segundo semestre de 2003.

Recomendações para 2003:

- dar continuidade ao processo de seleção de candidatos, visando a concessão no segundo semestre de 2003.

Recursos:

- em 2002 foram concedidas 172 bolsas doutorado;
- não há previsão de ampliação das concessões em 2003.

Coordenação de Bolsas e Auxílios no Exterior – CBE

Área de competência:

Compete à CBE promover as ações de implementação e acompanhamento das bolsas de estudos no exterior e de verificação do cumprimento, pelos bolsistas e ex-bolsistas, dos compromissos assumidos em contrapartida aos benefícios que lhes foram concedidos pela CAPES.

Atividades de acompanhamento de bolsistas e ex-bolsistas no exterior

Objetivo:

Garantir aos bolsistas o repasse, nos prazos previstos, dos benefícios a eles concedidos pela CAPES, assegurando-lhes condições para o adequado desenvolvimento de seus respectivos planos de estudo; proceder ao acompanhamento da execução dos projetos de estudo no exterior, tendo em vista o cumprimento dos objetivos dos programas de formação a que tais projetos se vinculam; verificar o cumprimento, pelos ex-bolsistas, dos compromissos correspondentes aos benefícios por eles percebidos.

Características:

As atividades de acompanhamento de bolsas incluem: implementação das bolsas e preparação dos pagamentos dos benefícios a elas correspondentes; orientação e acompanhamento dos bolsistas sobre o desenvolvimento de seus respectivos projetos; análise técnica e encaminhamento para avaliação de pedidos de renovação da bolsa, pesquisa de campo ou quaisquer mudanças relativas às bolsas em curso e processamento das decisões referentes a tais pedidos; encerramento dos processos, após a conclusão das atividades previstas.

O acompanhamento de ex-bolsistas compreende: análise da documentação por eles encaminhada, para verificação da situação em relação ao cumprimento dos compromissos decorrentes do usufruto da bolsa; encerramento dos processos e envio ao Setor de Microfilmagem do MEC. Os processos referentes a bolsas com pendências de natureza acadêmica ou administrativa são objeto de negociações visando a solução das mesmas. Aqueles que não atenderem às exigências estabelecidas pela CAPES são encaminhadas ao Setor de Auditoria para decisão final e eventual recolhimento aos cofres públicos dos recursos investidos na capacitação do ex-bolsista inadimplente.

Interação com a comunidade:

As decisões sobre pedidos de renovação da bolsa, pesquisa de campo, avaliação do desempenho de bolsistas ou quaisquer mudanças relativas às bolsas em curso são baseadas em pareceres emitidos por comissões de consultores.

Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI

Atividades de intercâmbio acadêmico

A atividade de formação no exterior da CAPES caracterizou-se, por décadas, pela concessão de um grande número de bolsas de doutorado, de pós-doutorado e, ultimamente, também de doutorado-sanduíche. Atualmente (2022), estão sendo contemplados em torno de 1.500 bolsistas. Essas atividades, supervisionadas pela Diretoria de Programas da CAPES, são fundamentais para a complementação e internacionalização da pós-graduação brasileira e constituem a base da expansão da cooperação internacional em nível institucional.

Mais recentemente, os novos tratados e acordos culturais, educacionais e científicos intergovernamentais, determinaram que a CAPES desenvolvesse um crescente número de novos programas de intercâmbio internacional, para a implementação dos compromissos assumidos com os países estrangeiros. Através de vários instrumentos (protocolos, convênios, declarações e cartas de entendimento), essas atividades se ampliaram e se multiplicaram exigindo a estruturação de um órgão especial diretamente vinculado à Presidência da CAPES, a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI.

As tarefas da CGCI, ao atender esses compromissos internacionais, concentram-se na qualificação internacional dos programas e cursos de pós-graduação e, através do intercâmbio científico entre grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e instituições universitárias, contribuem também de maneira substantiva aos esforços de pesquisa no país.

De início, em 1978, foram desenvolvidos com a França os “Projetos Conjuntos de Pesquisa” entre grupos de investigadores, com o estímulo à mobilidade dos pesquisadores envolvidos no projeto, incluindo doutorandos e pós-doutorandos. Este programa, para o qual o Ministério das Relações Exteriores da França organizou um instrumento especial, o COFECUB (Comité Français d’Évaluation de la Coopération Universitaire Avec le Brésil), foi seguido de um convênio semelhante com o British Council (Inglaterra), em 1988, e outro com o DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst - Alemanha), em 1994. Nesta fase, a vinculação com os programas de pós-graduação não era priorizada, e com isto, a formação de recursos humanos em muitos projetos, era menos acentuada.

A partir de 1995, os programas de “Projetos Conjuntos de Pesquisa” com incentivo à mobilidade de pesquisadores, agora também com a concessão de bolsas de doutorado-sanduíche, foi estendido a outros países (ver Tabela 13), enfatizando especialmente a estreita vinculação de cada projeto com o programa de pós-graduação respectivo, o esforço acadêmico deste e a ampliação de suas linhas de pesquisa. As bolsas inseridas nos projetos puderam ser acompanhadas com maior eficiência, vinculadas a um objetivo de pesquisa com participação efetiva dos dois lados. Tais bolsas representam atualmente cerca de 1/3 (um terço) das bolsas da CAPES concedidas no exterior.

Recentemente, a partir de 2000, foi iniciado novo modelo de intercâmbio internacional, o das “Parcerias Universitárias”, em nível de pós-graduação e de graduação. Ao contrário dos Projetos Conjuntos de Pesquisa, de duração limitada, as Parcerias Universitárias visam construir uma interação mais permanente de ordem institucional.

No caso da graduação é escolhida uma área de formação acadêmica (p.ex. agronomia), com troca equivalente de alunos de graduação pelos parceiros do dois países; cada bolsista deve ter seu plano de estudos previamente definido com explicitação do reconhecimento antecipado de créditos.

Isto exige um estudo comparativo de currículos, dos conteúdos de disciplinas e da metodologia de ensino, visando consolidar a equivalência do aprendizado e treinamento. Por outro lado, é estimulada a adaptação recíproca de currículos e disciplinas comuns; a dupla

diplomação, pela instituição nacional e a instituição internacional, poderá ser um alvo a médio e longo prazo.

O objetivo fundamental é o da inserção internacional do ensino de graduação e um estímulo adicional de constante renovação curricular. Os programas em andamento são: FIPSE/CAPES (Estados Unidos) e UNIBRAL – DAAD/CAPES (Alemanha) iniciados em 2001, e o BRAFITEC – CDEFI/CAPES (França), este nas áreas tecnológicas e engenharia, iniciado em 2002 (Tabelas 14 e 15).

No caso da pós-graduação, foi firmado protocolo com o Ministério da Educação da Argentina – Secretaria de Políticas Universitárias- SPU, estimulando as parcerias de programas de pós-graduação com co-orientação de teses e dissertações, desenvolvimento de centros de pesquisas comuns e troca de docentes para reforço e complementação recíproca dos processos de formação de recursos humanos. No caso da vinda de professores argentinos, denominados “professores associados”, há uma inserção no novo programa de Professores Visitantes Estrangeiros .

Nos encontros na área do Mercosul, em diversas oportunidades, foi proposta a equivalência automática de diplomação pós-graduada nos 6 países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, mais Bolívia e Chile). Através das Parcerias de Programas de Pós-graduação, pretende-se construir, de maneira gradual e consensual, a equivalência de diplomas, quando isto for recomendável, programa por programa.

Por força de convênios, a CGCI participa de diversos programas de bolsas no exterior.

Para o estrangeiro, no caso da Alemanha, em parceria com o DAAD, é tradicional o apoio ao doutoramento naquele país, o intercâmbio de docentes de curta duração, bolsas na área de Biociências, em especial, biotecnologia, e bolsas de doutorado-sanduíche.

No caso dos Estados Unidos, há a concessão de bolsas de doutorado-sanduíche e de pós-doutorado da Fundação Fulbright e o Programa Vilmar Faria (Universidade do Texas, Austin) que visa a formação de especialistas em análise de dados na área de Ciências Sociais.

Para o intercâmbio de bolsistas estrangeiros no Brasil, dois tipos de programas são contemplados (ver Tabela 16):

- a) Programa Especial de Convênio de Bolsas de Pós-Graduação – PEC/PG (mestrado e doutorado) para países em desenvolvimento da América do Sul, América Central e Caribe, bem como África e Timor Leste. Estas bolsas são oferecidas através das embaixadas brasileiras e selecionadas pela Capes, CNPq e Ministério das Relações Exteriores.
- b) Bolsas de pós-graduação para docentes universitários da Argentina e Cuba. Além destes, são também oferecidas bolsas de aperfeiçoamento para médicos timorenses.

Recentemente, foi reativado, face à demanda crescente, o Programa de Professor Visitante Estrangeiro – PVE, visando atender solicitação de programas de pós-graduação brasileiros. Estas bolsas exigem atividades regulares comparáveis às de um docente-pesquisador brasileiro. Neste programa estão inseridas as bolsas destinadas aos Professores Associados Argentinos.

Estrutura

A administração dos Programas da CGCI está distribuída em 8 setores:

1	França	Programa COFECUB/CAPES
2	Mercosul e Cuba	Programa SPU/CAPES SECIP/CAPES MES/CAPES
3	Estados Unidos	Programa com a Universidade do Texas Programa FULBRIGHT/ CAPES
	Portugal	Programa ICCTI/CAPES
	Inglaterra	Programa British Council/ CAPES
4	Espanha	Programa MECD/CAPES - PEC/PG Programa CAPESCNPq/MRE Timor Leste
5	Alemanha	Todos os Programas com DAAD, DFG e Baviera
6	Parcerias de Graduação	FIPSE/CAPES (Estados Unidos) BRAFITEC (França)
7	Apoio a implementação de bolsas.	
8	Assessoria técnica geral, jurídica, de comunicação e secretarial.	

Comentários

A CGCI visa intercâmbios simétricos e co-financiamento equivalente. Por esta razão, desde 2000, são contemplados os programas de pós-graduação brasileiros, com notas 5, 6 ou 7, preferencialmente. Os demais programas de pós-graduação podem inserir-se em intercâmbio internacional através de projetos em rede, especialmente via PROCAD, com o parceiro líder devidamente qualificado.

Apesar de convênios firmados com o Chile e Uruguai, não foi possível estruturar um intercâmbio eficiente face à falta de contrapartida financeira dos parceiros. No caso do British Council (Inglaterra), lamentavelmente, houve uma retração unilateral de financiamento desde 2000, e até o presente momento não foi possível encontrar interlocutor adequado.

Durante 3 anos (de janeiro de 1998 a julho de 2002) vigorou um programa de bolsas de graduação em engenharia e outras áreas técnicas (250 bolsistas por ano, por 12 – 14 meses, selecionados por concurso nacional), dirigidas a França, Alemanha e Estados Unidos. Apesar dos esforços realizados, não foi possível obter, em regra, maior participação institucional nesse intercâmbio.

Por esta razão, foram implantados os programas de Parcerias Universitárias FIPS (Estados Unidos), UNIBRAL (Alemanha) e BRAFITEC (França), com participação direta e responsável das instituições universitárias. Com a execução plena desses três programas, em 2004, são previstas:

- 130 parcerias, com envolvimento de pelo menos 170 instituições brasileiras, distribuídas em todo país, nas mais diversas áreas acadêmicas, com uma substancial inserção internacional da universidade brasileira.

Também foram iniciadas as parcerias universitárias em nível de pós-graduação. Com a Argentina, o programa CAPG encontra-se em fase de seleção dos primeiros parceiros. Igualmente, está em fase final de negociação, a parceria de Programas Brasileiros de Pós-Graduação (nível 5, 6 e 7) com os “Graduierten Kollegs”, organizados pela DFG (Deutsche

Forschungsgemeinschaft) da Alemanha. Estes *Graduierten Kollegs* são uma nova forma de doutoramento através de cursos especiais, com sistema semelhante ao americano, através de um processo competitivo realizado pelo DFG.

Na Alemanha foi realizado convênio especial com o Estado da Baviera. Em face da vinculação direta de seus hospitais universitários e universidades em si (ao contrário do resto da Alemanha e toda a França) está em fase de implementação um novo programa de parcerias de hospitais universitários (Brasil-Baviera). Este programa substituirá o da “*Jumelage*” de hospitais com a França, e deverá ser implantado com algumas parcerias-piloto.

Em 2000, foi proposto um plano de apoio ao Timor Leste, reiterado em 2001 por ocasião da visita do Sr. Presidente da República ao Timor. No momento estamos oferecendo bolsas de aperfeiçoamento médico, bem como bolsas de 1 ano para professores de língua portuguesa. Estes, após seu retorno ao Timor serviriam como intermediários multiplicadores da qualificação do ensino de português naquele país, através de reforços periódicos por grupos brasileiros e especialistas.

É desejável manter intercâmbio também com outros países como a Itália, os demais países da Comunidade Européia, mais amplamente os países do Mercosul, o México, o Canadá e, eventualmente, a Austrália, o Japão e a Índia.

Várias tentativas foram feitas junto aos órgãos da União Européia propondo convênio bilateral (e não multilateral) como já existe com o Canadá, Austrália e Israel, com a presença da embaixada brasileira. A própria Confederação Européia de Reitores mostrou interesse oficial neste sentido.

Tentativas foram feitas junto a Itália, sem contudo encontrar um interlocutor oficial que pudesse oferecer aporte financeiro a um intercâmbio efetivo.

Com o México, em face da recente reunião do tratado da amizade, há indicação concreta de já em 2003, termos um protocolo de intercâmbio em execução.

No caso do Canadá e dos Estados Unidos, não existem perspectivas objetivas de protocolos em nível nacional para sistema de “projetos conjuntos de pesquisa “em face da falta, até o presente, de interlocutores oficiais. O que poderá e deverá ser feito, à semelhança do convênio CAPES/Universidade do Texas, será propor protocolos com consórcios universitários, organizações estaduais ou mesmo com algumas universidades isoladamente.

Um desafio é a recuperação do intercâmbio com a Inglaterra. Foi tentado através do HEFCE e de outras organizações, até agora sem sucesso. A dificuldade maior tanto na Inglaterra como na Austrália, bem como em outros países, surge com a utilização do “serviço de treinamento universitário “ como objeto de mercado e de ganho de divisas. Isto, evidentemente, foge ao objetivo básico da CAPES de intercâmbio acadêmico, com interesses e motivação recíprocos e, portanto, com co-financiamento dos programas.

O crescimento das atividades de cooperação internacional exige uma eficiente base de dados que permitirá um acompanhamento mais detalhado dos projetos e uma análise de custos e benefício dos mesmos.

Desde fevereiro de 2001, foi iniciada a elaboração de programas informatizados para encaminhamento de propostas de projetos, sua avaliação e o envio de relatórios, tanto os individuais de bolsistas como os anuais de cada projeto. Este programa pôde ser implementado em abril/maio do corrente ano com a chamada de novas propostas de projetos. Evidentemente, necessitará, nos próximos meses, de ajustes e correções.

Igualmente, está sendo implantado novo programa de registro de atividades em andamento (301 projetos de intercâmbio de pós-graduação e 56 de graduação) e dos projetos já finalizados anteriormente.

Um banco de dados de todas as atividades da cooperação internacional torna-se essencial, face seu volume, para a avaliação do investimento realizado e os produtos obtidos.

Vale também ressaltar a importância da utilização da base do Ministério das Relações Exteriores para dar melhor suporte operacional para a implantação dos programas de intercâmbio com o exterior. Isso permitirá à CAPES valer-se da competência e estrutura do MRE para a superação de obstáculos na estruturação e manutenção dos mecanismos de cooperação internacional.

Finalmente, destaca-se a necessidade de diversificação de nossos parceiros e de se ampliar os dividendos para o país resultantes dos processos de intercâmbio científico e tecnológico com o exterior.

Tabela 13

CGCI – Programas em andamento: projetos conjuntos interinstitucionais

Nº	PROGRAMA	Data de assinatura do Acordo / Convênio	Data de implementação dos primeiros projetos e/ou bolsas	Nº de Projetos (ou Bolsas) em andamento	Previsão projetos / bolsas em andamento para 2003	Previsão de gastos para 2003 R\$
1	COFECUB (França)	01.1978	1978	128 projetos	129 projetos	2.364.600,00
2	BRITISH COUNCIL (Inglaterra)	14.03.1988	1989	03 projetos	03 projetos	41.040,00
3	PROBRAL (Alemanha)	26.04.1994	1994	56 projetos	60 projetos	1.000.000,00
4	ICCTI (Portugal)	03.05.1995	1996	53 projetos	63 projetos	1.232.280,00
5	ANTORCHAS (Argentina)	04.09.1995	1996	03 projetos	04 projetos	40.000,00
6	DFG (Alemanha)	27.11.1995	1998	02 projetos	07 projetos	140.000,00
7	CONICYT (Chile)	01.1996	1996	0	0	0

9	Univ. La Republica (Uruguai)	30.09.1996	1997	0	0	0
10	CEFET/Facchochschulen(Alemanha)	02.01.1997	1998	03	Encerrado	0
11	SETCIP (Argentina)	16.04.1998	1998	35 projetos	50 projetos	500.000,00
12	Univ. do Texas (EUA)	02.02.2000	2001	04 projetos	11 projetos	270.600,00
13	MECD (Espanha)	26.04.2001	2002	16	37	1.960.000,00
14	BAVIERA (Alemanha)	18.04.2001	2002	03 parcerias	10 parcerias	180.000,00
SUBTOTAL						7.765.523

Tabela 14

CGCI – Programas em andamento: Parcerias Universitárias

Nº	PROGRAMA	Data de assinatura do Acordo / Convênio	Data de implementação dos primeiros projetos e/ou bolsas	Nº de Projetos (ou Bolsas) em andamento	Previsão projetos / bolsas em andamento para 2003	Previsão de gastos para 2003 R\$
1	FIPSE (EUA)	11.05.2000	2002	20 parcerias	30 parcerias	3.600.000,00
2	UNIBRAL (Alemanha)	31.10.2000	2002	07 parcerias	16 parcerias	2.040.000,00
3	Centros Associados (SPU/Argentina)	01.2002	2003	-	10 parcerias	1.200.000,00
4	BRAFITEC (França)	25.04.2002	2002	-	10 parcerias	1.200.000,00
SUBTOTAL						8.042.003

Tabela 15

CGCI - Projetos de Parcerias Universitárias (Graduação)

ANO	FIPSE	UNIBRAL	BRAFITEC	TOTAL	
	PARCERIAS/ INSTITUIÇÕES	PARCERIAS/ INSTITUIÇÕES	PARCERIAS/ INSTITUIÇÕES	PARCERIAS	INSTITUIÇÕES
2002	20 / 23	16 / 16	10 / 10	46	49
2003	30 / 44	35 / 35	20 / 20	85	99
2004	40 / 64	50 / 50	30 / 30	120	144
2005	40 / 84	50 / 50	40 / 40	130	174

Tabela 16

CGCI – Programas em andamento: Bolsas conveniadas de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil

Nº	PROGRAMA	Data de assinatura do Acordo / Convênio	Data de implementação dos primeiros projetos e/ou bolsas	Nº de Projetos (ou Bolsas) em andamento	Previsão projetos / bolsas em andamento para 2003	Previsão de gastos para 2003 R\$
1	DOUTORADO DAAD (Alemanha)	09.06.1969	1969	31 bolsas	46 bolsas	300.000,00
2	Interc. Curta Duração (Alemanha)	09.06.1969	1969	22 bolsas	40 bolsas	180.000,00
3	FULBRIGHT (EUA)	23.09.1981	1981	14 bolsas	18 bolsas	275.100,00
4	PEC/PG	12.12.1983	1984	144 bolsas	150 bolsas	1.648.726,98
5	MES (Cuba) / Docentes	19.07.1996	1996	18 bolsistas	31 bolsistas	350.000,00
6	Progr. Vilmar Faria (U. Texas)	02.02.2000	2001	05 bolsistas	05 bolsistas	91.310,00
7	SPU – Bolsas (Argentina)	12.09.1996	1996	31 bolsistas	31 bolsistas	350.000,00
8	BIOCIÊNCIAS (Alemanha)	05.1998	1998	02 bolsistas	04 bolsistas	12.000,00
9	Professor Visitante Estrangeiro	01.2002	2002	0	10	100.000,00
SUBTOTAL						3.309.139,98
<i>Total Geral de Gastos (Previsão)</i>						19.116.665,98

(*) cotação do dólar a R\$ 3,50

Tabela 17

CGCI – Evolução da mobilidade associada dos projetos de parcerias universitárias (Graduação)

ANO	FIPSE				UNIBRAL				BRAFITEC			
	Estudantes		Professores		Estudantes		Professores		Estudantes		Professores	
	BRA/ EUA	EUA/ BRA	BRA/ EUA	EUA/ BRA	BRA/ ALE	ALE/ BRA	BRA/ ALE	ALE/ BRA	BRA/ FRA	FRA/ BRA	BRA/ FRA	FRA/ BRA
2002	59	60	48	20	35	25	19	10	70	70	20	20
2003(*)	140	136	77	40	87	50	36	20	140	140	40	40
2004(*)	237	212	97	60	140	75	48	30	210	210	60	60
2005(*)	274	272	121	75	181	100	56	40	280	280	80	80
TOTAL	710	680	343	195	343	250	159	100	700	700	200	200

(* Previsão)

Diretoria de Avaliação

A área de competência da Diretoria de Avaliação compreende três linhas básicas de ação: a avaliação da pós-graduação nacional, que inclui a avaliação das propostas de cursos novos de mestrado e doutorado e a avaliação dos programas de pós-graduação; a coordenação do trabalho das comissões de consultores que analisam o mérito dos pedidos de bolsas no exterior e de apoio vinculados aos diferentes programas de fomento da CAPES; a promoção e divulgação de estudos e estatísticas sobre a pós-graduação no país.

Para o cumprimento de suas atribuições, a Diretoria de Avaliação conta com quatro coordenações:

- COI, Coordenação de Organização e Tratamento da Informação;
- CAA, Coordenação de Acompanhamento e Avaliação;
- CEC, Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias;
- CED, Coordenação de Estudos e Divulgação Científica.

Entre as iniciativas promovidas pela Diretoria de Avaliação nos últimos anos, merece particular destaque as referentes à reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação face ao significado e impacto positivos dos aspectos já implantados e às providências complementares ainda a serem promovidas.

Avaliação da pós-graduação: necessidade de reformulação do sistema

O *Sistema de Avaliação da Pós-graduação* tem desempenhado desde 1976, quando foi implantado, papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. Graças aos resultados desse processo, o governo brasileiro pôde dispor de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação no país e promover uma política de investimentos no desenvolvimento desse nível de ensino baseada nos resultados de um processo sistemático e criterioso de avaliação das necessidades do setor. Isso contribuiu decisivamente para a elevação da qualidade de nossos cursos de mestrado e doutorado.

Essa linha de ação da CAPES, como era de se esperar, passou, ao longo de sua história, por mudanças periódicas, de nível variável, sendo a mais recente a reformulação promovida em 1998.

Na verdade, desde o início da década de 90, eram cada vez mais evidentes os indicadores da necessidade de reformulação da avaliação. A partir de 1996, a CAPES buscou objetivar melhor quais deveriam ser as bases dessa reformulação promovendo visitas a programas com mais baixo desempenho ou em fase de reestruturação e a realização de estudos e debates sobre as condições de atuação do sistema. Os resultados dessas iniciativas permitiram a identificação de problemas da avaliação da CAPES, entre outros, a perda do poder discricionário da escala de classificação que vinha sendo utilizada, com a crescente concentração dos cursos avaliados nos conceitos A e B; e a falta de comparação, entre áreas, dos resultados das avaliações, já que as comissões, de forma isolada, atribuíam, aos melhores cursos de sua área, as maiores notas.

O modelo implantado em 1998

Com base nos subsídios coletados, foi decidida a implantação, em 1998, de mudanças no processo de avaliação a partir da consagração dos seguintes pontos básicos:

- consideração de ser o doutorado a finalidade última da formação pós-graduada - a exemplo dos modelos internacionalmente aceitos;
- avaliação por programa de pós-graduação - e não mais isoladamente por curso de mestrado e de doutorado;
- adoção, como referência, dos padrões internacionais de qualidade de cada área - sendo os dois níveis mais altos da escala adotada reservados a programas que, comparam-se aos melhores centros internacionais de formação na área;
- ajustamento dos parâmetros e critérios de avaliação - com a valorização da produtividade docente e discente, da interação do programa com o ensino de graduação, do tempo médio despendido para a titulação dos alunos, entre outros aspectos;
- adoção da escala numérica de 1 a 7, em substituição à escala de cinco conceitos anteriormente adotada - de A a E - observadas as seguintes especificações:
 - notas 6 e 7 - exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, claramente diferenciados de programas com nota 5, segundo os padrões internacionais da área;

- nota 5 - nota máxima admitida para programas que ofereçam apenas mestrado e para aqueles que, contemplando mestrado e doutorado, embora tenham alto nível de desempenho, não apresentem inserção internacional indiscutível;
- nota 3 - padrão mínimo de qualidade aceito para a validação dos diplomas pelo Ministério da Educação;
- realização da avaliação geral a cada triênio - e não mais a cada biênio - mantendo-se, entre essas avaliações, um esquema de análise e acompanhamento anual dos programas, em cumprimento do princípio de avaliação continuada;
- subordinação dos resultados propostos pelas Comissões de Avaliação à homologação pelo Conselho Técnico-Científico, CTC - fortalecendo esse conselho como órgão coordenador de todo o processo de avaliação e ampliando as condições para: a articulação da atuação das diferentes comissões; a uniformização dos critérios utilizados na avaliação das diferentes áreas; a obtenção de uma visão integrada do sistema de pós-graduação. Esse procedimento é fundamental para a mudança maior dos procedimentos de avaliação, já que esta não é mais intra-áreas: reflete uma comparação de qualidade entre todas as áreas.

Conquistas viabilizadas pela reformulação do sistema de avaliação

A adequação das medidas implantadas na *Avaliação-98* foi bem demonstrada pelos resultados por ela apresentados. As mudanças efetuadas permitiram, entre outras conquistas:

- melhor coordenação do processo pela CAPES;
- melhor discriminação dos estágios de desenvolvimento dos programas;
- escala de notas que permite comparar a qualidade relativa de programas em todas as áreas, refletindo, por conseqüência, o estágio de desenvolvimento relativo da pós-graduação brasileira;
- identificação dos programas com padrão de excelência internacional;
- distinção dos níveis diferenciais de desenvolvimento das áreas avaliadas;
- garantia de melhores subsídios para o planejamento do desenvolvimento da pós-graduação no país.

Na verdade, o novo modelo de avaliação, juntamente com a reestruturação da base de dados do sistema, ampliação e modernização dos recursos de informática disponíveis, abriu a perspectiva de a CAPES poder dispor de informações mais adequadas sobre a pós-graduação nacional, expondo pontos fortes e fracos de programas e áreas, permitindo o conhecimento mais acurado da situação desse nível de ensino no país e da realidade específicas das instituições, estados e regiões.

O perfil atual da pós-graduação brasileira pode ser delineado pelos gráficos a seguir apresentados no que se refere ao estágio de desenvolvimento dos programas, segundo os resultados da última avaliação trienal realizada, e à dependência jurídica e localização regional das instituições responsáveis pela oferta de mestrado e doutorado.

Gráfico 8

Avaliação-2001: Distribuição dos programas avaliados, por nota obtida

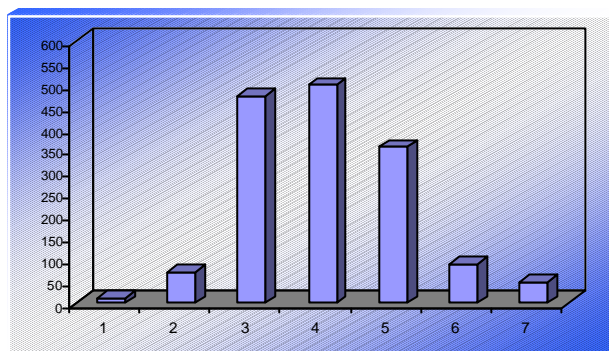


Gráfico 9

Distribuição dos cursos de pós-graduação por dependência administrativa das IES e modalidade de curso - 2001

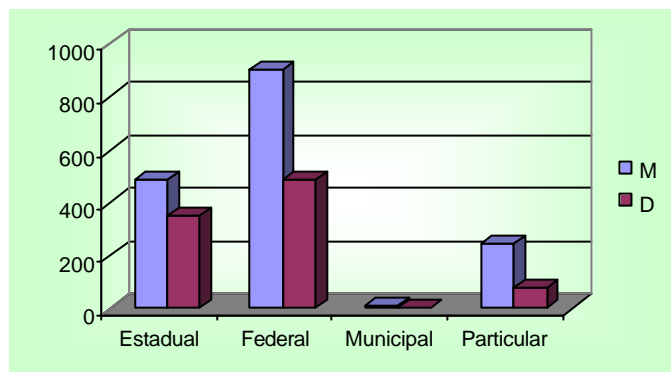


Gráfico 10

Distribuição dos cursos de pós-graduação por região e modalidade de curso - 2001

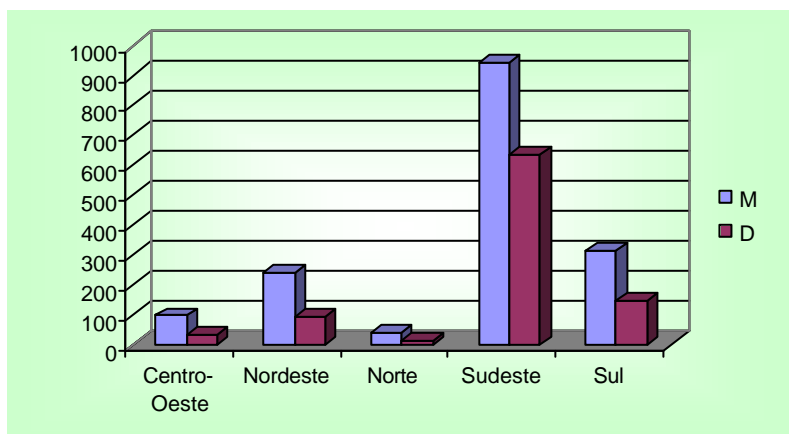
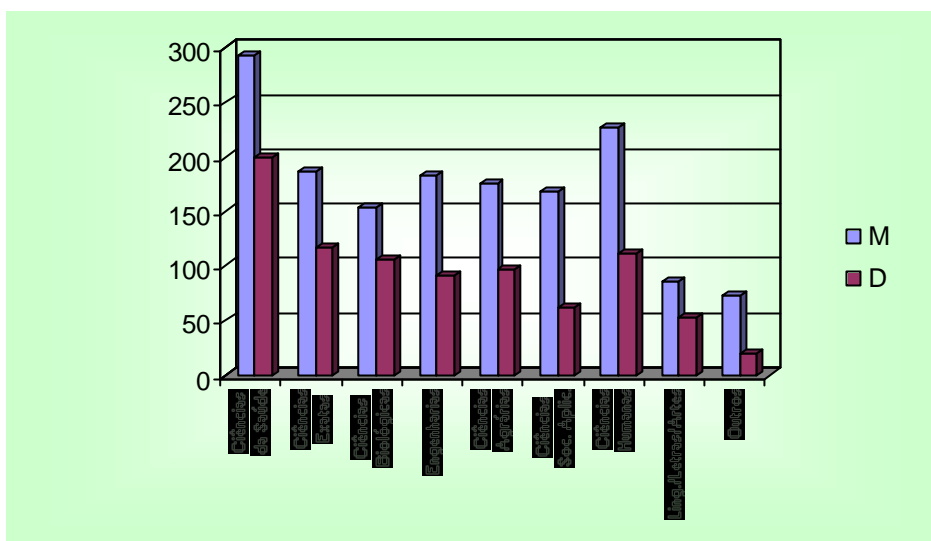


Gráfico 11

Distribuição de cursos de pós-graduação por área de conhecimento - 2001



Coordenação do processo de avaliação

Uma das alterações introduzidas pela reformulação do sistema de avaliação com maior impacto positivo sobre a qualidade dos resultados dessa linha de ação da CAPES foi o fortalecimento do papel do CTC – apesar de se reconhecer que há ainda que serem aprimorados alguns dos mecanismos de ação desse colegiado.

Esse fortalecimento decorreu, basicamente, de duas novas atribuições a ele conferidas:

- decidir sobre o resultado final da avaliação de propostas de **novos cursos** de mestrado e doutorado, tendo por base os pareceres das comissões de área – função até então exercida pelo Grupo Técnico-Consultivo, GTC (esse colegiado foi extinto, e, nas reuniões de avaliação dessas propostas, o CTC passou a contar com a participação de representantes de agências de fomento federais e estaduais, que integravam o Grupo);
- decidir sobre o resultado final do processo de avaliação trienal dos programas de pós-graduação, considerados os pareceres das comissões de área – antes esses pareceres expressavam a decisão da CAPES.

De acordo com esse novo esquema de competências, o CTC passou a efetivamente coordenar todo o processo de avaliação da pós-graduação, no que se refere tanto às propostas de novos cursos quanto ao desempenho dos programas. Nos dois casos, os resultados da avaliação são aqueles homologados pelo CTC, após solucionadas as questões por este levantadas sobre os pareceres das comissões de área.

As repercussões positivas dessa mudança são amplas e já se fazem sentir, em maior ou menor grau, em aspectos como:

- atuação mais efetiva dos representantes de grande área, que passaram a interagir mais com os representantes de área para a intermediação dos entendimentos entre estes e o CTC;
- progressos na direção da homogeneização de referenciais e procedimentos das diferentes áreas;
- melhor objetivação dos parâmetros e critérios adotados pelas áreas;

- coordenação mais efetiva, e segundo o mesmo conjunto de diretrizes e normas, da atuação das diferentes comissões – quando antes cada representante de área respondia pela condução do processo e apresentação do resultado final de sua área;
- melhor visualização da problemática de cada área e das diferenças do estágio de desenvolvimento entre áreas no país;
- melhoria da qualidade dos pareceres sobre o desempenho dos programas e o mérito de propostas de novos cursos, uma vez que os mesmos passaram a ser submetidos, em diferentes momentos, à análise e ponderação de diferentes grupos de pares: comissão de área, representante de grande área e CTC;
- melhor visualização pela CAPES da situação da pós-graduação nacional, em seu conjunto e em cada região, e da problemática específica de cada área – o que é indispensável para que esta agência possa adequadamente definir e executar as políticas de desenvolvimento desse nível de ensino no país.

A avaliação da pós-graduação deixou, assim, de ser um processo esparso, realizado de forma relativamente autônoma pelas diferentes áreas, passando a se constituir em um processo único, coordenado por um colegiado que conta com a participação de dois representantes de cada uma das oito grandes áreas do conhecimento.

Temas principais da agenda de trabalho da diretoria

Vencida a etapa inicial de reformulação do sistema de avaliação – o avanço mais efetivo na direção dos objetivos colimados depende do cumprimento de uma intensa agenda de trabalho que vem sendo promovida desde início de 2002. Essa agenda é expressa, em sua essência, pelos temas ou necessidades a seguir destacados.

- **Definição dos parâmetros e critérios de avaliação de cada área, respeitadas as diretrizes e referenciais da respectiva *grande área*.** Dispor, cada área, de documentos claros e objetivos explicitando os parâmetros e critérios que utiliza na avaliação e o perfil dos diferentes níveis de programas constitui-se em uma das principais exigências para o aprimoramento do sistema de avaliação – tanto para a atuação das comissões de avaliadores e do CTC, quanto para a maior visibilidade, compreensão e credibilidade dessa linha de ação da CAPES.
- **Conteúdo e qualidade dos pareceres apresentados nas *fichas de avaliação/recomendação*.** Considerando-se o fato de as fichas de avaliação/recomendação serem a base das análises do CTC e conterem as justificativas das decisões da CAPES sobre as propostas de cursos novos e sobre o desempenho dos programas de pós-graduação, é indispensável que as análises ou pareceres nelas apresentados atendam a requisitos bem estabelecidos quanto a sua fundamentação, detalhamento e coerência – inclusive como uma exigência legal, já que se constituem em manifestação de órgão público sobre matéria que afeta interesses e direitos de instituições e indivíduos. Pareceres claros e bem fundamentados, além de levarem ao entendimento das razões da decisão da CAPES, também ampliam a contribuição desta na orientação do processo de aprimoramento de cada proposta ou programa avaliado.
- **Coordenação mais efetiva, no âmbito de cada área, das atividades e procedimentos relativos às diferentes etapas da avaliação.** O aumento da articulação entre tais etapas é um desafio que se impõe aos representantes de área. A esse respeito, destaca-se a necessidade de se preservar a coerência entre os pareceres emitidos por diferentes consultores em diferentes

momentos da avaliação de programas ou de propostas de novos cursos – inclusive os referentes a visitas e diligências realizadas.

- **Revisão e ajustamento do *Qualis*.** A classificação quanto ao âmbito de circulação e qualidade dos veículos de divulgação científica de cada área permite à CAPES compor um dos principais indicadores do desempenho dos programas: a qualidade da produção intelectual dos docentes e discentes. Considerando-se que são identificadas lacunas e imprecisões no *Qualis* hoje disponível e que tais falhas comprometem o processo de avaliação, o equacionamento desse problema constitui-se em um dos principais desafios a serem vencidos a curto prazo.
- **Superação dos problemas relativos à expansão e avaliação dos *mestrados profissionais*.** O Conselho Superior vem reiteradamente insistindo sobre a importância de a CAPES desempenhar papel mais efetivo no desenvolvimento dos mestrados profissionais. Para isso considera fundamental, no que se refere ao âmbito de ação da Diretoria de Avaliação, a superação de duas ordens principais de necessidades: a adequação das informações coletadas sobre a caracterização das propostas e condições de funcionamento desses cursos e a definição dos procedimentos, critérios e procedimentos específicos de avaliação dessa modalidade da pós-graduação – que é substantivamente diferente da acadêmica.
- **Precisão do conceito de “núcleo docente” dos programas.** O conceito ou caracterização do que seja o núcleo docente de um programa ainda não foi devidamente estabelecido. Essa falha sobre um dos aspectos fundamentais para a avaliação do ensino pós-graduado vem gerando divergências significativas nas interpretações das comissões das diferentes áreas sobre os quesitos relativos à composição, dedicação e produtividade do quadro docente dos programas – e isso compromete a qualidade da avaliação.
- **Definição do conteúdo dos “*cadernos de dados*” utilizados pelas comissões e pelo CTC.** Uma crítica recorrente sobre o suporte operacional oferecido pela CAPES às comissões de áreas refere-se à extensão ou detalhamento dos cadernos ou relatórios de dados sobre a situação dos programas, que servem de base para a avaliação. A solução desse problema pressupõe a definição, de forma objetiva, do conteúdo e formato dos cadernos que deverão ser disponibilizados pela CAPES para a fundamentação dos trabalhos de avaliação das propostas de novos cursos e de acompanhamento anual dos programas.
- **Definição das orientações a serem observadas no *acompanhamento anual dos programas*.** A adoção do princípio de avaliação continuada foi um importante passo para o aprimoramento do processo de avaliação. Com o esquema de acompanhamento anual buscou-se, não o fracionamento do processo de avaliação em avaliações anuais e consolidação trienal de seus resultados, mas criar condições para o melhor conhecimento, pelos avaliadores, da realidade dos programas, dos aspectos qualitativos não evidenciados pelos indicadores quantitativos utilizados, e o estabelecimento de um esquema de alerta aos programas para que pudessem sanar eventuais falhas de desempenho antes da realização das avaliações trienais. Definir melhor o caráter desse acompanhamento e acertar com os representantes de área os procedimentos a serem cumpridos nesse evento é, pois, uma importante necessidade.
- **Redução do tempo despendido para a divulgação da posição da Capes sobre a recomendação, ou não, de novos cursos de mestrado e doutorado.** O tempo médio despendido nesse processo era, até fins de 2001, sem dúvida, excessivamente longo. Isso acarretava consequências nefastas, como o retardamento do início da execução de bons projetos ou o desestímulo das equipes por estes responsáveis, ou, ao contrário, o início de oferta, por universidades, de cursos sem condição de funcionamento, com as implicações já bem conhecidas. Para fazer frente a esse problema, foi implantada em 2002 uma nova sistemática de avaliação desses projetos, que deve ser avaliada e, se necessário, ajustada.

- **Temas decorrentes da diversificação e interdisciplinariedade na oferta da pós-graduação.** A diversificação no perfil dos cursos e na forma de funcionamento ou oferta da pós-graduação no país torna mais complexo o processamento da avaliação desse nível de ensino e exige da CAPES a definição de procedimentos ajustados a essa nova realidade. Entre as questões a serem, a esse respeito, focalizadas, destacam-se: programas multidisciplinares, mestrados profissionais, programas cujo funcionamento é baseado em formas de associação ou consórcio entre instituições.
- **Ajustamento do ColetaCapes.** O ColetaCapes representou importante conquista para a atuação desta agência. Entretanto, transcorridos sete anos do início de sua implantação, torna-se urgente, e até mesmo prioritário: equacionar os problemas relativos à concepção do instrumento, especialmente no que se refere ao seu ajustamento à evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação e da avaliação desse nível de ensino; modernizar o aplicativo utilizado para o fornecimento de informações pelos programas, tendo em vista tornar mais simples e fácil o atendimento do que é solicitado pela CAPES; objetivar melhor as instruções sobre os conceitos envolvidos e a forma de utilização mais eficiente do aplicativo; ajustar os indicadores e relatórios ou “cadernos” que fundamentam o processo de avaliação; implantar esquema cooperativo entre as equipes técnicas – da CAPES e dos programas – envolvidas na concepção, operação e aprimoramento contínuo do Sistema. Vale observar que projeto voltado para esse objetivo encontra-se em fase de definição.

Acreditamos que o cumprimento dessa agenda de trabalho contribuirá para o aprimoramento do sistema de avaliação, cujos resultados são de crucial importância para o êxito da atuação da CAPES, uma vez que eles permitirão que a política nacional de pós-graduação e as linhas de ação e programas de investimentos desta agência se fundamentem em diagnósticos bem elaborados sobre a situação e perspectiva de desenvolvimento desse nível de ensino no Brasil.

Competências das coordenações e linhas de ação desenvolvidas

Coordenação de Organização e Tratamento da Informação – COI

Competência :

A COI coordena a coleta, organização e tratamento dos dados sobre os programas de pós-graduação; orienta as pró-reitorias e programas sobre o encaminhamento à CAPES de informações sobre a pós-graduação; fornece aos consultores, comissões e órgãos colegiados da CAPES as informações requisitadas para a fundamentação do processo de avaliação; levanta a necessidade de promoção de ajustamentos no conjunto de dados fornecidos pelos programas – inclusão, redefinição e exclusão de dados coletados; formula propostas relativas ao ajustamento dos dados coletados e indicadores utilizados.

Coordenação de Acompanhamento e Avaliação - CAA

Competência:

A CAA coordena a coleta, organização e tratamento dos dados sobre propostas de novos cursos de pós-graduação; articula-se com os programas de pós-graduação e IES para a divulgação da concepção e forma de operação do sistema de avaliação e estabelecimento da cooperação necessária para a consecução dos propósitos desse sistema; coordena a execução da avaliação dos programas de pós-graduação e das propostas de novos cursos; assegura aos representantes de

área, CTC e consultores em geral o suporte técnico necessário para o desenvolvimento das atividades concernentes à avaliação; adota os procedimentos relativos à comunicação de resultados da avaliação, solicitação de esclarecimentos aos programas e IES, realização de diligências, promoção de levantamentos complementares definidos pelos representantes de área, julgamento de recursos etc; efetua as comunicações entre a CAPES e as IES ou outros interessados relativas às diferentes etapas do processo de avaliação.

Coordenação de Estudos e Divulgação Científica - CED

Competência:

À CED compete registrar a evolução da pós-graduação; realizar estudos sobre o sistema de avaliação da pós-graduação; promover avaliações sobre os programas de fomento da CAPES; propor o ajustamento de linhas de ação da CAPES e de mecanismos ou procedimentos a elas concernentes; elaborar sinopses e catálogos referentes à situação e evolução da pós-graduação nacional; atender às solicitações de entidades e pesquisadores a respeito de dados sobre a pós-graduação nacional e outras informações sobre as diferentes linhas de ação da CAPES; preparar e coordenar eventos como seminários e conferências sobre temas relacionados com a avaliação e o desenvolvimento da pós-graduação nacional; coordenar a elaboração do INFOCAPES e de outras publicações da agência.

Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias – CEC

Competência:

A CEC garante o suporte técnico e operacional necessários para a atuação do Conselho Superior, Conselho Técnico Científico e das comissões de consultores que realizam a avaliação da pós-graduação e dos projetos referentes aos programas de fomento da CAPES; assegura o suporte operacional para a escolha e designação dos representantes de área e de grande área; coordena o fluxo de processos encaminhados para avaliação e parecer de consultores ad hoc; atende às demandas do Diretor de Avaliação relativas às atividades de suporte técnico dos órgãos colegiados e da atuação de consultores junto à CAPES.

Linha de atividade: avaliação trienal da pós-graduação

Objetivos:

- avaliar e retratar a situação da pós-graduação nacional;
- incentivar a contínua elevação do padrão de desempenho dos programas de pós-graduação;
- preservar a qualidade do ensino de pós-graduação, identificando os programas que não atendam ao padrão de qualidade fixado para esse nível de ensino.

Características:

- utiliza como fontes principais de informações o banco de dados gerado pelo ColetaCapes – instrumento instituído para o encaminhamento anual pelas pró-reitorias de pós-graduação,

por via eletrônica, de informações sobre a atuação de cada programa de pós-graduação – e os relatórios de visitas de consultores aos programas;

- seus resultados expressam-se na atribuição, a cada triênio, de uma nota de desempenho aos programas;
- a nota atribuída ao programa aplica-se apenas aos cursos por ele oferecidos cujas propostas tenham sido anteriormente avaliadas e recomendadas pela Capes;
- a posição da comissão de área sobre cada programa é expressa em parecer detalhado e na atribuição de nota ao programa, na escala de 1 a 7.

Interação com a Comunidade:

As atividades de avaliação são coordenadas pelo CTC, colegiado formado por representantes acadêmicos, e realizadas por comissões de área, integradas por consultores convidados e presididas por representantes de área. Estes representantes são escolhidos a partir de consulta realizada junto aos programas de pós-graduação e as associações científicas de âmbito nacional, são designados por período de três anos.

Situação atual:

A próxima avaliação trienal será realizada em 2004.

Recomendações para 2003:

Debate com a comunidade acadêmica e decisão pelo CTC de temas ou aspectos fundamentais para a realização da avaliação trienal de 2004. São considerados assuntos de extrema relevância para a avaliação de 2004:

- compatibilização entre áreas de um conceito padrão sobre o significado e devida quantificação do “núcleo docente” de programas;
- modificação das fichas de avaliação, tornando-as mais simples e objetivas (é importante evitar a avaliação repetida de itens e a tendência de “quantificação” excessiva do processo que deve, na medida do possível, atender aspectos qualitativos da avaliação);
- definição clara da escala de graus atribuídos na avaliação, atentando para o aspecto fundamental de que essa escala não é linear, sendo os graus seis e sete atribuídos a programas que, além de estarem entre os melhores (aqueles avaliados com grau cinco), devem ser comparáveis aos bons programas, de acordo com padrões internacionais, existentes na área;
- discussão, por grande área e no CTC, sobre os Qualis de cada área (essa discussão é complementar àquela descrita em item anterior sobre compatibilidade de critérios de avaliação entre áreas);
- prosseguimento das reuniões das oito grandes áreas, sugeridas pelo CTC, e posterior decisão desse colegiado sobre assuntos mais polêmicos;
- ampla divulgação dos critérios e procedimentos de avaliação que vierem a ser aprovados.

Linha de atividade: acompanhamento anual da pós-graduação

Objetivos:

Essa atividade, que é parte do processo de avaliação trienal, tem por objetivo:

- ampliar a legitimidade do processo de avaliação inserindo-o em um contexto mais amplo de conhecimento da realidade dos programas avaliados;
- facilitar os entendimentos entre a CAPES e os programas de pós-graduação na abordagem das questões referentes ao processamento da avaliação;
- reforçar a relação de parceria entre a CAPES e os programas de pós-graduação na promoção do desenvolvimento desse nível de ensino no país;
- contribuir para a maior familiarização das comissões de avaliadores com as peculiaridades de cada programa;
- permitir que antes da realização das avaliações trienais possam ser identificadas e sanadas falhas eventualmente existentes nas informações fornecidas através do ColetaCapes;
- estabelecer um esquema de alerta aos programas que apresentem indicadores de estagnação ou de queda de desempenho, tendo em vista permitir a tais programas buscarem reverter essa situação, se possível, antes mesmo da próxima avaliação trienal.

Características:

- é realizado nos dois anos imediatamente subsequentes ao de realização de cada avaliação trienal;
- não implica a atribuição de notas aos programas;
- baseia-se em um plano de trabalho flexível acertado entre os membros de cada comissão (que poderá incluir a colaboração de outros consultores e um esquema de diálogo com os programas para os esclarecimentos que se fizerem necessários);
- focaliza mais especificamente os programas que na última avaliação trienal tenham obtido nota igual ou próxima do padrão mínimo de qualidade estabelecido e daqueles que, independentemente da nota anteriormente obtida, apresentem queda em indicadores de desempenho ou produtividade;
- atribui ênfase especial à compreensão do processo de evolução de cada programa, de como ele concebe e executa seu projeto de desenvolvimento e responde às críticas e sugestões que lhe foram anteriormente apresentadas pela CAPES;
- baseia-se na análise das informações fornecidas pelo ColetaCapes - sendo os dados relativos ao segundo ano após a avaliação trienal apresentados cumulativamente com os dados correspondentes ao ano anterior - e também informações fornecidas por outras fontes consideradas importantes para o conhecimento da situação e perspectivas de desenvolvimento dos programas.

Interação com a comunidade:

É realizado por comissões de avaliação presididas pelos representantes de área.

Situação atual:

Foi realizado o acompanhamento anual referente ao ano de 2002.

Recomendações para 2003:

Debate com a comunidade acadêmica e decisão pelo CTC sobre a natureza e os procedimentos que devem caracterizar essa atividade.

Linha de atividade: avaliação das propostas de cursos novos

Objetivos:

- avaliar as propostas de cursos novos e as condições de tais cursos atenderem ao padrão de qualidade exigido da pós-graduação nacional;
- credenciar cursos ou programas aprovados a participarem do sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação da CAPES;
- identificar os novos cursos que terão seu funcionamento reconhecido pelo MEC.

Características:

- a proposta de novos cursos é apresentada à CAPES pela pró-reitoria de pós-graduação ou órgão equivalente da IES, mediante a utilização do instrumento de coleta identificado como Candidatura SNPG;
- anualmente são definidos pela CAPES dois períodos para a apresentação de tais propostas – um no primeiro semestre, outro no segundo;
- a avaliação é feita por comissões de áreas, considerados os diferentes aspectos relativos à proposta: estrutura, recursos humanos, produção intelectual docente, infra-estrutura de ensino e pesquisa e suporte administrativo;
- a comissão emite seu parecer e atribui nota à proposta;
- análise pelo CTC dos pareceres das comissões de área e, após sanados eventuais problemas neles contidos, homologação da nota atribuída à proposta;

A obtenção de nota igual ou superior a três tem para o curso as seguintes implicações:

- seu funcionamento é recomendado pela CAPES;
- é autorizada a incorporação de suas atividades ao conjunto de atividades do programa a serem sistematicamente acompanhadas e avaliadas pela CAPES, devendo as informações a ele correspondentes serem anualmente incluídas no Coleta de Dados;

- a recomendação da CAPES é base para o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)
- nos termos da legislação vigente, uma vez homologada essa nota pelo Ministro da Educação, os diplomas correspondentes ao curso passam a ter validade nacional;
- a nota atribuída ao curso permanece até a homologação pelo MEC dos resultados da próxima avaliação trienal da Capes, que resultará na atribuição de uma nova nota ao programa.

Interação com a comunidade:

Da mesma forma que a avaliação trienal, a avaliação de propostas de cursos novos é coordenada pelo CTC e realizada por comissões de área, coordenadas por representantes de área e integradas por consultores convidados.

Situação atual:

A CAPES vem operando regularmente a avaliação das propostas encaminhadas nos dois períodos anuais estabelecidos para esse fim. Para as propostas de cursos novos de mestrado, foi definida uma ficha simplificada de avaliação que está em fase de teste.

Recomendações para 2003:

- efetuar os ajustes que se revelarem necessários na ficha simplificada de avaliação;
- solucionar as questões referentes aos temas centrais da avaliação trienal, que repercutem também na avaliação das propostas;
- unificar a base de dados do SNPG Recomendação (candidaturas de cursos novos) com o Coleta de Dados, conforme especificado na atividade “Ajustamento ColetaCapes”, facilitando a inscrição das propostas pelos programas e o acompanhamento da evolução das informações relativas aos dois produtos.

Linha de atividade: ajustamento do Coleta de Dados

Objetivo:

- modernizar o Coleta de Dados, adequando sua concepção, aplicativo, tratamento de dados, composição de indicadores de desempenho dos programas, relatórios e “cadernos” que embasam os trabalhos das comissões de avaliadores às peculiaridades atuais da pós-graduação nacional e necessidades do processo de avaliação;
- unificar as aplicações Coleta e SNPG;
- conceber e implantar o projeto de transposição do Sistema Coleta para plataforma mais moderna e ajustada às necessidades atuais dos programas de pós-graduação, equacionando os problemas apontados pelo Grupo de Trabalho e pelos coordenadores de programas na operacionalização do ColetaCapes e atendendo a exigências como:
 - utilização da aplicação em ambientes diferentes como Windows, Linux e Unix;

- compatibilidade do Coleta com outros bancos de dados;
- utilização concomitante do aplicativo por diferentes usuários;
- geração de arquivos específicos na própria aplicação, permitindo que o programa possa iniciar o preenchimento do ano corrente assim que terminar o envio dos dados do ano anterior (continuidade do processo de fornecimento de dados);
- soluções mais adequadas ao ambiente computacional hoje existente;
- melhoria da navegação pelas opções da aplicação;
- redução do número de passos que devem ser percorridos para atingir determinado objetivo.

Características:

As atividades são coordenadas pela Diretoria de Avaliação, nos aspectos que dizem respeito ao processo de avaliação da pós-graduação, e pela Diretoria de Administração, nos aspectos referentes ao suporte de informática. As decisões pertinentes à avaliação são tomadas pelo CTC.

Interação com a comunidade:

A elaboração das propostas contará com a ampla participação dos representantes de área, das coordenações dos programas e pró-reitores de pós-graduação e de consultores da CAPES.

Situação atual:

O projeto está em fase inicial de concepção, estando, porém, avançados os trabalhos de conversão da linguagem do sistema em operação para a linguagem “Java”.

Recomendações para 2003:

- considerar como prioritário a criação de um Grupo de Trabalho que, em prazo curto, em função da própria dinâmica da avaliação, coordene a implantação do conjunto de medidas relacionadas com a modernização do ColetaCapes, conforme destacado no último item da agenda de trabalho da Diretoria de Avaliação;
- considerar as propostas resultantes do Plano Inicial de Ajustamento do ColetaCapes já em andamento.

Diretoria de Administração

A Diretoria de Administração, DAD, coordena e supervisiona, no âmbito da CAPES, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Organização e Modernização Administrativas, de Administração de Recursos Humanos, de Recursos de Informação e Informática e dos Serviços

Gerais. Seus cargos e funções de direção compreendem: um Diretor, um Coordenador-Geral de Informática, cinco Coordenadores e seis Chefes de Serviço.

São três as linhas de ação que merecem atenção especial: administração orçamentária e financeira, atualização e modernização dos serviços de informática e aspectos da administração do quadro de pessoal.

Administração orçamentária e financeira

Sobre a administração orçamentária e financeira, as tabelas e gráficos apresentados na primeira parte deste documento possibilitaram visão abrangente sobre a alocação dos recursos no período 1995/2002 e a forma como a CAPES vem apoiando o desenvolvimento da pós-graduação nacional. Foi apresentada a evolução do orçamento, da dotação orçamentária e despesa realizada e a distribuição de recursos, em valores reais e percentual, por grandes linhas de ação da CAPES. Tais informações demonstram o nível de eficiência alcançado por esta entidade, que anualmente aplica mais de 96% de seu orçamento em suas atividades fim.

Complementam os dados apresentados, o demonstrativo, a seguir reproduzido, dos valores consignados para a CAPES no Projeto de Lei Orçamentária 2003.

Projeto de Lei Orçamentária 2003 para a Capes:

<i>LINHAS DE AÇÃO</i>	2003 (Projeto de Lei) R\$ mil correntes	%
<i>1. BOLSAS</i>	422.762	81,37
<i>2. FOMENTO</i>	72.421	13,94
2.1- Fomento - Cursos de PG	22.321	4,30
2.2 -Centros de Excelência	0	0,00
2.3 -Acervo Bibliográfico	50.000	9,62
2.4 - PROEP	0	0,00
2.4 - Cooperação Timor Leste	100	0,02
<i>3. PADCT</i>	0	0,00
<i>4. AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</i>	3.940	0,76
<i>5. RESIDÊNCIA MÉDICA</i>	2.694	0,52
<i>6. ADMINISTRAÇÃO</i>	14.863	2,86
<i>6.1 Manutenção</i>	14.342	2,76
Manutenção dos Serviços Administrativos	6.420	1,24
Pessoal	7.886	1,52
Treinamento	36	0,01
<i>6.2 Benefícios</i>	520	0,10
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	263	0,05
Assistência Pré-escolar	43	0,01

Auxílio-refeição	178	0,03
Concessão de Vale -transporte	36	0,01
7. OUTRAS	2.851	0,55
7.1 PASEP	85	0,02
7.2 Inativos e Pensionistas	2.726	0,52
7.3 Cumprimento de Sentenças Judiciais	40	0,01
TOTAL	519.532	100,00

**CAPES/MEC
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003 - I.**

Tesouro: em R\$ mil

ORÇAMENTO	VALOR	PROGRAMAS/CONTRATOS	METAS				VALOR	DIFERENÇA
			ESP.	MEST.	DOU.	P.D.		
01) BOLSAS	422.800							
<i>País:</i>	340.800		ESP.	MEST.	DOU.	P.D.	355.460	-14.660
		a) Demanda Social		8.638	5.238		142.500	
		b) Prof Bolsas		2.388	1.033		34.100	
		c) Prosup Bolsas		969	371		13.200	
		d) PICD/Tec Bolsas		258	2.323		32.200	
		e) Taxa Prosup		2.328	787		19.700	
		f) Proap					58.300	
		g) Prof Custeio					14.900	
		h) PICDT Taxas					700	
		i) PQD					2.800	
		j) Coop. Internacional					12.900	
		l) Auxílios, PVN, Minter, RH'S					14.300	
		m) PQI (2002)					900	
		n) Prodoc 2002 (5m. \$ 4.160 bolsas)				160	3.200	
		o) Prodoc 2003 (9m. \$ 4.160 bolsas)				160	5.760	
Exterior:	82.000	1.500 Bolsistas/Ano(Média)					98.400	-16.400
2) FOMENTO:	14.500						14.500	0
		a) Procad 3ª/01 + 4ª/00					5.730	
		b) Prof					2.800	
		c) PQD					1.000	
		d) Paep					2.000	
		e) Minter					100	
		f) Casa do Brasil					900	
		g) STD					710	
		h) Fipse					460	
		i) Biomicro					800	
3) PERIÓDICOS:	50.000	TOTAL					66.000	-16.000
		PORTAL					54.819	-4.819
		CD ROM					9.741	
		a) OVID					4.116	
		b) GALE					807	
		c) SILVERPLATTER					4.098	
		d) PSYCINFO					360	
		e) APA					360	
		ELSEVIER					28.329	
		a) SDOL					24.210	
		b) ACADEMIC PRESS					4.119	
		ISI					7.845	
		a) WOS					6.588	
		b) DII					1.179	
		c) ESI					48	
		d) NSI					21	
		e) JCR					9	
		EBSCO					2.424	

	a) BLACKWELL		930	
	b) ACM		654	
	c) SAGE		840	
	INFOLINK		1.170	
	a) IEEE		1.170	
	PTG BRASIL		1.080	
	a) ACS		1.080	
	INSTITUTO DE FÍSICA		1.590	
	a) AIP		1.590	
	ASSOCIAÇÃO		2.640	
	a) HIGHWIRE PRESS		2.640	
	REPASSE ÀS IFES		11.181	-11.181
4) COOP. TIMOR:	100		?	?

U\$ = R\$ 3,00

2) Há previsão orçamentária de "Receitas Próprias" no montante de R\$ 7.769

Vale destacar que, apesar dos esforços despendidos na composição dos valores de cada ação, há que se atentar para a repercussão da variação cambial nos dispêndios de alguns programas e linhas de atividades da CAPES. No caso, por exemplo, dos programas de bolsas no exterior e do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos, seus custos encontram-se vinculados à moeda norte-americana e foram projetados à taxa de R\$ 2,80, em julho de 2002.

Registra-se, ainda, que em parte devido a esse problema cambial, no decorrer de 2002, a CAPES teve que encaminhar pedidos de créditos suplementares, tendo obtido a aprovação dos seguintes:

- Programa de Bolsas: R\$ 12.268.027,00
 - R\$ 5.775.809,00
- Programa de acervo Bibliográfico (Periódicos): R\$ 14.000.000,00
 - R\$ 5.775.809,00
 - R\$ 7.700.000,00
- Pessoal Inativo: R\$ 475.812,00

Além desses créditos, a CAPES obteve, por ocasião da aprovação do orçamento de 2002, uma emenda para Periódicos, no valor de R\$ 11.000.000,00, que foi complementada pelo MEC com um aporte de mais R\$ 11.000.000,00. Essas parcelas estavam originalmente consignadas no orçamento MEC/Sesu e foram disponibilizadas para a CAPES pela Portaria nº 854, de 30/09/2002.

Informática: histórico e situação atual

Em 1994, a CAPES iniciou o projeto de informatização de seus serviços. Para isso, contratou a COPPE/UFRJ, que projetou e desenvolveu sistemas para as áreas administrativa e de concessão de bolsas. O trabalho era realizado no Rio de Janeiro e, quando necessário, a equipe se deslocava para Brasília-DF, para o levantamento de informações e implantação dos sistemas. Foi adotada a linguagem *PowerBuilder* e, como banco de dados, o *Sybase*.

Em 1995, identificou-se a necessidade de uma equipe de informática em Brasília-DF, capaz de gerenciar todas as atividades nesse campo – desenvolvimento de sistemas, infraestrutura, etc. – mais próxima do usuário. Iniciou-se, então, o processo de arrematação de profissionais, que teve como instrumento o contrato com a empresa *BRISA*.

Foi, porém, só partir de 1996 que se deu a implantação de um sistema próprio de Informática. Nesta época, começou a transferência dos sistemas da COPPE/UFRJ e dos conhecimentos e fontes correspondentes. Essa transferência foi concluída em fevereiro de 2000, ano que também marcou a intensificação dos esforços de colocação das aplicações no ambiente de *internet*.

Ao longo dos últimos quatro anos, verificou-se a ampliação, atualização e modernização contínuas do parque de equipamentos instalados, permitindo a criação de novos serviços e garantindo o funcionamento dos já existentes. Foram adquiridas impressoras de diferentes características, microcomputadores, servidores com capacidade de armazenamento e processamento adequada às necessidades dos serviços.

Em 2000, foi colocado em funcionamento um sistema composto por dois servidores *RISC/UNIX* de alta capacidade de processamento, trabalhando em paralelo com redundância. Isto significa que os dados estarão disponíveis mesmo que um dos servidores pare de funcionar ou que a área de armazenamento sofra algum tipo de dano.

Em 2001, com a aquisição do *firewall*, a CAPES procurou aumentar a segurança das informações, evitando ataques externos que pudessem causar danos a seus sistemas. Foi implementada uma política de controle de arquivos enviados por *e-mail*.

Ainda em 2001, foi implantado o primeiro projeto de GED, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, onde todo o processo, da solicitação até a concessão de bolsas no exterior, passou a ser totalmente informatizado, agilizando o processo e eliminando o trâmite de papéis. Nesse processo, foram utilizadas novas tecnologias, como a linguagem *Java* e o servidor de aplicações *SilverStream*.

Além da equipe de desenvolvimento de aplicações e de infra-estrutura, a área de informática conta com convênios com a empresa *POLIEDRO* para disponibilizar recursos humanos para o apoio a atividades de digitação e utilização de sistemas e aplicativos.

Atualmente, a área de informática conta com 26 profissionais que mantêm aproximadamente 50 sistemas funcionando.

Quanto aos equipamentos, a CAPES possui 376 microcomputadores, 92 impressoras jato de tinta, 33 impressoras laser preto-e-branco de alta capacidade de impressão, 4 impressoras laser coloridas, 4 impressoras matriciais, 27 *notebooks* e 21 servidores de aplicação e de banco de dados.

São administrados pela CGIN os seguintes sistemas:

Sistemas desenvolvidos pela Capes

Item	Sistema	Descrição
1.	SAC Cadastramento	Cadastrar bolsistas no País e Exterior
2.	SAC Acompanhamento	Acompanhar situação de bolsista no País
3.	SAC Pagamento	Pagamento de bolsista no País
4.	SAC ABE	Acompanhamento de bolsistas no exterior
5.	SAC PGE	Pagamento de bolsistas no exterior
6.	Convênio	Promove convênio entre a CAPES e as IES, relativos a concessão de bolsas de estudos
7.	Financeiro	Acompanhamento financeiro de pagamentos, Notas de empenho, Notas de crédito e Ordens bancárias
8.	Catálogo	Gerar catálogo e síntese dos dados da pós-graduação
9.	Histórico CPF	Bolsistas que não estão no SAC, migrados do DBF
10.	Material Consumo	Permite a solicitação de material
11.	Transporte	Controle de pedido de passagem e diárias

12.	Taxa Escolar	Efetuar pagamento de Taxas para Instituições Particulares
13.	Periódicos	Assinaturas de periódicos e distribuição destes para as IES
14.	Pecpg	Pagamento de bolsistas estrangeiros no Brasil
15.	SADAEX	Análise de demanda para auxílios e passagens para eventos no exterior
16.	Maladireta	Etiquetas, e-mails e faxes de diversas listas
17.	SNPG	Permite as IES encaminharem solicitações de criação de curso novo
18.	Manut	Manutenção de tabelas globais (genéricas)
19.	Segurança	Autorizações e manutenção de usuário, senha e assinatura eletrônica
20.	SIADNET (PICDT)	Análise de candidatos a bolsas de programa de capacitação docente
21.	SAC-IES	Cadastramento e acompanhamento de bolsistas no país pela IES
22.	SAD-DS	Análise de desempenho de cursos para concessão de bolsas de estudos no país
23.	SAD-BEX	Análise de candidatos a bolsas de estudos no exterior
24.	SAD-PROCAD	Análise de projetos de cooperação acadêmica
25.	SAD-PECPG	Análise de candidatos do exterior a bolsas de estudo no Brasil
26.	SAD-CI	Análise de demanda de projetos de cooperação internacional
27.	ACOMPDOC	Acompanhamento de documentos
28.	Avisos	Quadro de avisos
29.	RH	Registro dos servidores e controle do histórico funcional
30.	Benefícios	Controle dos benefícios dos servidores
31.	Coleta de Dados (DataCapes)	Registrar os dados dos programas de pós-graduação para a avaliação
32.	Coleta Capes	Permite a CAPES a visualização dos dados enviados pelos programas/cursos de pós-graduação
33.	SAV-AVAL	Sistema de avaliação que permite a inclusão dos pareceres sobre os cursos que estão sendo analisados
34.	SAV-ACOM	Permite a CAPES preparar e acompanhar a avaliação
35.	SNPG CAPES	Permite a CAPES manter a base de cursos homologados e o histórico referente a esse processo
36.	Eleição de Representante de Área	WEB – Permite a comunidade científica eleger o representante da área de avaliação junto a CAPES correspondente de seu programa/curso
37.	Sociedades	Permitir o cadastramento das sociedades científicas que poderão indicar nomes para a eleição de representante de área
38.	Representante de Área	Permite a CAPES o gerenciamento da eleição dos representantes de área
39.	SAD – INS	Permite as áreas que trabalham com sistemas de GED verificarem a documentação exigida nos processos da CAPES e que estão em meio magnético
40.	SAD – PRO	Permite que o protocolo registre no GED as imagens que forem digitalizadas na CAPES e que devem ser anexadas aos processos
41.	Gerência Eletrônica de Documentos (Pós-Doc, De, Coop. Internacional, Eventos País	Permite a inscrição de solicitações de Bolsas, Auxílios e Recursos e emissão de pareceres e priorização à distância pelos consultores da CAPES
42.	Qualis	Permite a qualificação da produção científica dos programas/curso
43.	Deadalus	Permite a geração do material da avaliação a partir dos dados enviados através do coleta de dados
44.	Importação Coleta	Permite a importação dos dados enviados pelos programas/cursos para as bases de dados da CAPES
45.	CAPEStnet	Permite o envio de arquivos para a CAPES
46.	Cadastro de Consultores	Permite a manutenção de lista de consultores que poderão ser utilizados pela CAPES nos processos de análise de solicitação de bolsas e análise de cursos
47.	Consulta Servidor	Permite ao servidor acessar os seus dados pessoais
48.	Material Almoxarifado	Permite controle do material em estoque
49.	SAD – CEC	Permite o gerenciamento dos consultores selecionados para analisar os processos solicitados através de GED
50.	Solicitações Eventuais	Permite o registro de solicitações solicitadas eventualmente
51.	BEXNET	Permite consultar aos dados dos bolsistas no Exterior WEB Sistema de elaboração de pareceres para análise de mérito de pedidos

		de bolsa no Exterior
52.	Boletim Estatístico	53 Consulta a estatística de bolsas no País e no Exterior. WEB
53.	Acompanhamento SNPG	Permite definir os parâmetros da recomendação dos cursos novos
54.	SNPG Recomendação	permite às comissões de avaliação registrarem sua análise das propostas de cursos novos
55.	SNPG Cálculo Indicadores (Stored Procedures)	calcula os indicadores a partir dos dados de proposta de cursos novos
56.	SPB Pagamento de Bolsistas	permite o pagamento dos bolsistas BPI
57.	Homologação DS	permite homologar a concessão da DS
58.	SAC Manutenção	permite modificar o término de bolsa de ex-bolsistas
59.	Banco de Teses / Dissertações	permite visualizar as teses e dissertações enviadas para a CAPES pelos programas de Pós-Graduação, Permitindo a consulta por autor, assunto, ano, IES e nível
60.	Estatísticas da Pós-Graduação	Permite pesquisa de diferentes informações como quantidade de programas, fluxo de discentes, quantidade de docentes (com e sem dupla contagem), permitindo o agrupamento por diversos critérios como região, uf, área, grande área, IES, programa e outros
61.	Importação SNPG	Importação de dados enviados pela criação de cursos novos

Do conjunto de ações desenvolvidas pelo área de informática nos últimos anos, seis merecem especial destaque pelas suas implicações para as atividades internas da agência e para o atendimento da comunidade acadêmica:

- **gerenciamento eletrônico dos programas de bolsas no exterior** – que representou um salto qualitativo na promoção das ações de fomento, reduzindo drasticamente a tramitação de documentos em papel e, sobretudo, introduzindo controles gerenciais que permitiram ganhos de produtividade e segurança no acompanhamento dos processos. Em 2002, foram registradas cerca de 850 candidaturas para doutorado no exterior por meio desse sistema;
- **boletim estatístico** – com esse projeto, iniciado em 1999, a CAPES passou a dispor de importante ferramenta eletrônica para consolidação, agregação e disseminação das principais informações estatísticas sobre suas atividades. O tratamento gerencial da informação, viabilizado pelo Boletim Estatístico, alimentou a realização de análises, diagnósticos e proposições e o processo de tomada de decisões pelas comissões, conselhos, diretorias e Presidência da CAPES;
- **estatísticas da pós-graduação** – que oferece a qualquer interessado, via internet, informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação. Essa iniciativa, além de contribuir para a disseminação de informações essenciais sobre esse nível de ensino, reduziu significativamente a necessidade de interferência e dispêndio de tempo de servidores para o atendimento desse tipo de demanda dos usuários.
- **banco de teses** – projeto que permite o acesso, via home page, a mais de 185 mil resumos de teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 à 2001. Esse sistema somente nos meses de julho e agosto de 2002 teve 79.818 acessos;
- **digitalização dos arquivos das diversas unidades da Capes** – mediante contrato firmado com a UnB, no exercício de 2002 (com validade de um ano, renovável por igual período) para a informatização de documentos e processos dos sistemas de avaliação da pós-graduação, de bolsas e de fomento, tendo em vista assegurar transparência, racionalização de espaços, padronização de informações e agilidade na recuperação de dados relativos a tais sistemas. Com essa iniciativa deverá ser encerrado o modelo atual, ultrapassado e

dispendioso, de microfilmagem dos documentos que compõem a história deste órgão. Participam do projeto profissionais das áreas de arquivologia, história, educação, direito, informática, além de profissionais de nível médio;

· **ajustamento do ColetaCapes às necessidades dos usuários e aos novos recursos de informática** – projeto de crucial importância para a CAPES, face às suas implicações para a avaliação da pós-graduação e para a superação de dificuldades enfrentadas pelos programas no fornecimento à CAPES de informações sobre sua atuação. As atividades concernentes a esse projeto deverão exigir esforço adicional da Coordenação-Geral de Informática, que deverá atender às exigências especificadas na atividade “Ajustamento do ColetaCapes”, descrita como atividade da Diretoria de Avaliação, no tópico 1.6 deste documento.

Ressalta-se que, embora os desafios no campo da informática sejam crescentes, pois, cada vez mais, são necessários novos serviços para o atendimento, de forma ágil e segura, da demanda interna e dos usuários, foram feitos nos últimos anos progressos significativos no sentido da consolidação desse tipo de infra-estrutura nesta entidade. A modernização e ampliação dos equipamentos e programas dotaram a CAPES da capacidade de processamento e armazenamento condizente com a natureza, dimensão e qualidade dos serviços que presta à comunidade acadêmica e a outros setores da sociedade.

Recursos humanos

A lotação de pessoal da Capes caracterizou-se sempre pelo seu reduzido efetivo. Como já destacado, o dispêndio com pessoal tem pouca significação no contexto global de seu orçamento, uma vez que não chega a 2% deste.

A manutenção de um quadro de recursos humanos com essa característica vem sendo observada com empenho, graças à adoção de medidas que asseguram uma atuação eficiente e eficaz da equipe disponível, fundamentada no binômio *capacitação* e *bem-estar* do servidor. Essa postura resulta da constatação de que a racionalidade é o parâmetro orientador de uma gestão de pessoal segura, sobretudo tratando-se de um segmento da administração pública submetido à coordenação, supervisão e controle do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No caso da CAPES, com atividades específicas voltadas para a ciência e tecnologia e afins, de acordo com a Lei nº 8.691, de 28/07/1993, sua lotação foi fixada em 230 cargos na Carreira de Ciência e Tecnologia, sendo 126 Analistas em C&T, 74 assistentes e 30 Auxiliares, como estabelecido no Decreto nº 1.085, de 14/03/1994. Esse número compreende os cargos novos e os cargos ocupados sob denominações funcionais remanescentes do sistema geral de classificação de cargos da antiga lotação da entidade.

Em dezembro de 2001, eram 132 cargos efetivamente ocupados, ou seja, 98 a menos do que o quantitativo global da lotação da entidade. É importante esclarecer que esta administração, em duas oportunidades (1997 e 2002), realizou concursos para o preenchimento de parte das vagas existentes. Essa limitação de admissões deve-se ao fato de, independentemente do número de cargos vagos na lotação, o Ministério do Planejamento restringe suas autorizações a apenas aqueles anteriormente ocupados e tornados vagos por aposentadorias, falecimentos ou outras ocorrências. Acontece ainda que, entre as vacâncias e a obtenção de autorização de concurso e efetivação de nomeações, passa-se um tempo considerável. Em tais condições, é imperioso que a administração de recursos humanos mantenha-se sempre atenta a fim de evitar que a redução das equipes venha a acarretar prejuízos maiores no desempenho das atividades fim e meio.

Na área de recursos humanos, entre as principais ações desenvolvidas merecem particular destaque:

- **capacitação de servidores** – mediante a realização de cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado, aperfeiçoamento, especialização e cursos de línguas;
- **convênios** – com o CIEE, Centro de Integração Empresa Escola, para oferecimento de bolsa de estágio; com a ESAF, visando à melhoria dos cursos de língua estrangeira oferecidos aos servidores;
- **cursos para secretárias** – utilizando-se instrutores do quadro da própria CAPES;
- **socialização de conhecimentos** – mediante a realização de ciclos de palestras pelos servidores que concluíram pós-graduação;
- **revisão, em 1998, de progressões funcionais** – face à decisão de aproveitamento do tempo de serviço correlato prestado em outras instituições públicas;
- **avaliação/promoção de servidores** – em 1999, 2000 e 2001 foram avaliados todos os servidores da CAPES, inclusive os cedidos. Foram promovidos, em 1999, 41 servidores de nível superior e doze de nível intermediário; em 2000, dos 131 avaliados, foram promovidos 27 de nível superior e 12 de nível médio; em 2001, do total de 136 avaliados, foram promovidos 20 de nível superior e 13 de nível médio. Neste último ano, 2001, foram definidos e implantados novos critérios para avaliação de desempenho e utilização desse instituto também como base de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT;
- **inclusão, em 2002, no PIDRH, de incentivo à graduação** – que, basicamente, consiste em um suporte institucional de 50% do valor das mensalidades de instituições privadas, até o limite de R\$ 500,00, que é reembolsado ao aluno/servidor da CAPES.
- *aprimoramento contínuo do Plano de Assistência ao Servidor – CAPES/PASC – buscando assegurar o adequado atendimento médico, laboratorial, hospitalar, odontológico e farmacêutico ao nosso quadro de pessoal, como detalhado no relatório desta Diretoria.*

No contexto da capacitação, melhoria das condições de trabalho e assistência à saúde dos servidores, a atuação da DAD, ao longo de 1996/2002, fez-se sentir de forma permanente, acompanhando o desenvolvimento e necessidades de seus recursos humanos e promovendo as iniciativas indicadas para o bem-estar e a maior integração e produtividade destes.

Cabe finalmente ressaltar que o desempenho formal e contábil da DAD teve como preocupação básica a observação, na execução, da legislação e das normas dos órgãos do sistema central, e, no exame das contas da CAPES, das normas dos órgãos superiores de controle, sobretudo do Tribunal de Contas da União. Isso se expressa no fato de já terem sido aprovadas as contas referentes aos exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, encontrando-se, sob análise, as correspondentes a 2001.

Resolução CNE/CES N° 24, de 18/12/2002

Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior

Resolução CNE/CES N° 24, de 18 de dezembro de 2002. (*)

Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Parecer CNE/CES 302/2002, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 6 de novembro de 2002, resolve:

Art. 1º O parágrafo 4º do Artigo 1º e o Artigo 2º da Resolução CNE/CES 1/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º As instituições de ensino superior que, nos termos da legislação em vigor, gozem de autonomia para a criação de cursos de pós-graduação devem formalizar os pedidos de reconhecimento dos novos cursos por elas criados até, no máximo, 60 (sessenta) dias após ato formal de criação por seus conselhos superiores.”

“Art. 2º Os cursos de pós-graduação de mestrado e/ou doutorado oferecidos mediante formas de associação entre instituições brasileiras e instituições estrangeiras só poderão ser instalados após autorização do Ministério da Educação, conforme estabelecido no Artigo 1º desta Resolução e seu parágrafo 1º.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

* Publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 49.

CAPES INFORMA

Cursos Novos

Na 69ª do Conselho Técnico-Científico da CAPES, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2002, foram recomendados os cursos:

CURSO	IES	NIVEL	NOTA
CIÊNCIAS EXATAS			
FÍSICA	UFPA	M	3
CIÊNCIAS	UNIFRAN	M	4
FÍSICA	UFES	D	4
CIÊNCIAS	UEPG	M	3
QUÍMICA	UFSE	M	3
QUÍMICA	USP	M / D	6
QUÍMICA	UFRGS	MP	5
INFORMÁTICA APLICADA	UNIFOR	M	3
INFORMÁTICA	UFAM	M	3
INFORMÁTICA	UNB	M	3
MATEMÁTICA	UFAM	M	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS			
MORFOLOGIA	UERJ	D	3
MICROBIOLOGIA MÉDICA	UFC	M	3
NEUROIMUNOLOGIA	UFF	D	4
BIOTECNOLOGIA	UFAM	M / D	4
BIODIVERSIDADE ANIMAL	UFSM	M	3
BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	PUC-RS	M / D	4
GENÉTICA	UFMG	D	4
BOTÂNICA	JBRJ	M / D	4
BIOLOGIA ANIMAL	UFRRJ	D	4
GENÉTICA, CONSERVAÇÃO E BIOLOGIA EVOLUTIVA	INPA	M / D	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA TOXICOLÓGICA)	UFSM	D	5
BOTÂNICA	UFV	D	3
DIAGNÓSTICO GENÉTICO MOLECULAR	ULBRA	MP	4
ENGENHARIAS			
ENGENHARIA DE SISTEMAS LOGISTICOS	USP	M	3
ENGENHARIA CIVIL	UERJ	M	3
MÉTODOS NUMÉRICOS EM ENGENHARIA	UFPR	D	4
ENGENHARIA CIVIL	UFV	D	4
ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS	USF	M	3
ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS	UENF	D	3
ENGENHARIA DE REATORES	IEN	MP	3
ENGENHARIA BIOMÉDICA	UNIVAP	D	3
ENGENHARIA ELÉTRICA	FUFMS	M	3
CIÊNCIAS MECÂNICAS	UNB	M	3
SISTEMAS MECATRÔNICOS	UNB	M	3
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	UNIMEP	D	4
MECATRÔNICA	UFBA	M	3
ENGENHARIA ELÉTRICA	UFPE	MP	5
ENGENHARIA CIVIL	UPF	M	3

CIÊNCIAS DA SAÚDE

CIRURGIA E EXPERIMENTAÇÃO	UNIFESP	M / D	3
ODONTOLOGIA	UNG	M	3
BIOLOGIA ORAL	USC	M	4
ODONTOLOGIA	UNIRARAS	MP	3
ODONTOLOGIA	UFPE	M	3
ODONTOLOGIA PREVENTIVA E SOCIAL	UFRN	M	3
ODONTOLOGIA	AEVA	MP	3
ODONTOLOGIA	UFGO	M	3
ODONTOLOGIA	PUC-RS	D	4
ODONTOLOGIA	UFF	M	4
DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS	UEA	M	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE	UEM	M	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFMT	M	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE	IPSEMG	M	3
ENFERMAGEM	UFPR	M	3
ANÁLISES CLÍNICAS	UEM	M	3
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	UFPE	D	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	UCB	M	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE	FCMSCSP	M / D	4
MEDICINA (DERMATOLOGIA CLÍNICA E CIRÚRGICA)	UNIFESP	M / D	3
INFORMÁTICA EM SAÚDE	UNIFESP	M	4
CIÊNCIAS MÉDICAS	UERJ	M / D	4
SAÚDE COLETIVA	UFMT	M	3
SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	MP	5
SAÚDE PÚBLICA	CPAM-FIOCRUZ	D	4
EDUCAÇÃO EM SAÚDE	UNIFOR	M	3
SAÚDE COLETIVA	UFES	M	3
CIRURGIA PLÁSTICA	USP	M / D	3
CIÊNCIAS APLICADAS AO APARELHO LOCOMOTOR	UNIFESP	MP	4

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

MEDICINA VETERINÁRIA	UNIP	M	3
MEDICINA VETERINÁRIA	UFMG	M	3
ZOOTECNIA	UESB	M	3
CIÊNCIA ANIMAL	UNIFENAS	M	3
SIST. AGROSILVOPASTORIS NO SEMIÁRIDO	UFMG-PATOS	M	3
AGRONOMIA	FUFMS	D	3
PRODUÇÃO VEGETAL	UDESC	M	3
AGRONOMIA	UEPG	M	3
BIOLOGIA VEGETAL	UFES	M	3
ESTAT. EXPERIM. AGROPECUÁRIA	UFLA	D	3
BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA	UFPEL	M	4
AGRONOMIA (CIÊNCIA DO SOLO)	UFRPE	D	3
AGRONOMIA (MELHOR. GENÉTICO DE PLANTAS)	UFRPE	M	3
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	UFSC	D	4
MEDICINA VETERINÁRIA	UNIP	M	3
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS	UDESC	M	3
CIÊNCIA DO SOLO	UFMS	M	4
FISIOLOGIA E BIOL. DE PLANTAS	USP-ESALQ	D	4
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	UEPG	M	3

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DESIGN	PUC-RJ	D	3
ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	UFRPE	M	3
ADMINISTRAÇÃO	UFU	M	3

CONTROLADORIA	UFC	MP	3
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	PUC-RS	MP	3
DEMOGRAFIA	UNICAMP	M	4
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO	UNIOESTE	M	3
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE	SBI	MP	3
GESTÃO URBANA	PUC-PR	M	3
ADMINISTRAÇÃO	UNICID	MP	3
CIÊNCIAS HUMANAS			
ARQUEOLOGIA	UFPE	M / D	3
TEOLOGIA	CES	D	5
HISTÓRIA	UFES	M	3
HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	FGV-RJ	MP	3
PSICOLOGIA	UNIFOR	M	3
PSICOLOGIA SOCIAL	UFPB - UFRN	D	4
PSICOLOGIA	UFC	M	3
FILOSOFIA	USJT	M	3
EDUCAÇÃO	UNESP-RC	M	3
EDUCAÇÃO	UFPA	M	3
GEOGRAFIA	UFSM	M	3
GEOGRAFIA	UERJ	M	3
PSICOLOGIA	UFU	M	3
ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA	UFPA	D	3
SOCIOLOGIA	UFSE	M	3
LETRAS			
LINGUÍSTICA APLICADA	UNISINOS	M	3
ARTES			
CULTURA VISUAL	UFGO	M	3
ENSINO DE CIÊNCIAS			
ENSINO EM CIÊNCIA DA SAÚDE	UNIFESP	M / MP	3
EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA	UNESP-BAURU	D	4
MULTIDISCIPLINARES			
BIOINFORMÁTICA	UFMG	D	5
DESENVOLVIMENTO RURAL	UFRGS	D	4
CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	UFAM	M / P	3
TECNOLOGIA EM SAÚDE	PUC-PR	M	3
CIÊNCIAS DO AMBIENTE	UNITINS	M	3
SAÚDE E MEIO AMBIENTE	FURJ	M	3
TECNOLOGIA: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO	CEETEPS	MP	3

O Conselho Técnico-Científico recomendou os seguintes cursos, na 70ª reunião realizada nos dias 09 e 10 de dezembro de 2002.

CURSO	IES	NÍVEL	NOTA
CIÊNCIAS EXATAS			
MATEMÁTICA	UFMG	M	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS			
MICROBIOLOGIA, PARASITOLOGIA E PATOLOGIA GERAL	UFPR	M	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE			
CIÊNCIAS DA SAÚDE	FMABC	M	3

CIÊNCIAS DA SAÚDE	PUC-PR	M	4
CIRURGIA	UFMG	MD	3
OFTALMOLOGIA	UFMG	D	3
CIÊNCIAS DA SAÚDE	HOSPHEL	M	3
PRINCÍPIOS DA CIRURGIA	FEMPAR	D	4
CIÊNCIAS AGRÁRIAS			
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (RECURSO)	UFPR	D	4
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS			
ARQUITETURA	UFRJ	D	4
ECONOMIA	UFF	D	4
ARQUITETURA E URBANISMO	USP-SC	D	4
ARQUITETURA E URBANISMO	UNB	D	4
DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	UFAL	MP	3
DESENHO INDUSTRIAL	UNESP-BAURU	M	3
DESIGN	UFPE	M	3
COMUNICAÇÃO	PUC-RJ	M	3
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFSC	M	3
COMUNICAÇÃO	UNIMAR	M	3
COMUNICAÇÃO	UFF	D	4
DIREITO	UNAMA	M	3
DIREITO CONSTITUCIONAL	UNIFOR	M	3
DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CEUB	M	3
CIÊNCIAS HUMANAS			
EDUCAÇÃO	UNESA	M	3
CIÊNCIAS SOCIAIS	UFMA	M	3
SOCIOLOGIA	UFAL	M	3
EDUCAÇÃO (RECURSO)	UNOESTE	M	3
EDUCAÇÃO (RECURSO)	UNISO	M	3
LETRAS			
ESTUDOS DA LINGUAGEM	UFMT	M	3
LETRAS	UEL	D	3
ESTUDOS DA LINGUAGEM	UEL	D	4
LETRAS	UFMS	D	4
ENSINO DE CIÊNCIAS			
ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	CEFET-RJ	MP	3
MULTIDISCIPLINARES			
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	UFF	M	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	UNESP - UNICAMP PUC-SP	M	3
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	UA	M	3
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	FSEA	MP	3

Eventos Apoiados no Trimestre

Eventos apoiados pela CAPES/PAEP no mês de outubro/2002

ÁREA	NOME DO EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO
Engenharias II	V Conferência Nacional de Conformação de Chapas e VI Conferência Internacional de Forjamento – XXII SENAFOR	23-25/10/02
Engenharias III	ENEGERP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção	23-25/10/02
Letras/Linguísticas	II Seminário Integrado de Pesquisa em Língua Portuguesa	23-25/10/02
Multidisciplinar	XVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação	23-25/10/02
Antropologia/Arqueologia	XII Ciclo de Estudos sobre o Imaginário: Imaginário do Terror	27-30/10/02
Engenharias II	3rd International School on Crystal Growth and Advanced	27-30/10/02
Letras/Linguísticas	VI Congresso Nacional de Estudos Linguísticos e Literários	27-30/10/02
Ciência da Computação	14th Symposium on Computer Architecture and High Performance Computing	28-30/10/02
Ciências Biológicas I	VII ENBRAPOA E III ELAPOA	28-31/10/02
Multidisciplinar	34º Congresso Brasileiro de Farmacologia	28-31/10/02
Enfermagem	II Encontro Internacional de Pesquisa em Enfermagem: Trajetória Espaço-Temporal da Pesquisa	28-31/10/02
Letras/Linguísticas	VII Congresso Nacional de Fonética e Fonologia e I Congresso Internacional de Fonética e Fonologia	28/10-1/11/02
Multidisciplinar	AGRENER 2002 – 4º Encontro de Energia no Meio Rural	29-31/10/02
Multidisciplinar	Racionalização da Organização de Reuniões Anuais e Reuniões Científicas Eventuais ou Especiais da SBPC	10/2002
Multidisciplinar	Congresso Nacional Afro-Brasileiro	10/2002

Eventos apoiados pela CAPES/PAEP no mês de novembro/2002

ÁREA	NOME DO EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO
Odontologia	Encontro Brasileiro de Patologistas Bucais	21-23/11/02
Física	I Encontro Sul Americano de Colisões Inelásticas na Matéria	24-27/11/02
Física	Tendências da Física Estatíst. No Brasil: Escola e Complexidade	24-27/11/02
Engenharias II	VIII Seminário Latino Americano de Análise por Técnica de RX.	24-29/11/02
Sociologia	VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural (ALASRU)	25-29/11/02
Ciências Agrárias	Seminário Internacional sobre Gênero e Educação	26-29/11/02
Engenharias II	XIX Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Met. Extrativa	26-29/11/02
Enfermagem	2º Seminário de Saúde da Criança e Adolescente. 1º Encontro de Grupos de Pesquisa em Saúde da Criança e Adolescente	27-29/11/02
Serviço Social	Seminário Internacional – Novos Paradigmas da Política Social	27-29/11/002
Física	Terapia Fotodinâmica: Complexos de	27-30/11/02

	Moléculas Fotoativas e suas Aplicações	
Odontologia	XXXIII Encontro do Grupo Brasileiro de Professores de Ortodontia e Odontopediatria	27-30/11/02

Eventos apoiados pela CAPES/PAEP no mês de dezembro/2002

ÁREA	NOME DO EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO
Química	XIII Simpósio Brasileiro de Eletroquímica e Eletroanalítica - SIBEE	01-05/12/02
Ciência e Tecnologia de Alimentos	IV Brazilian Meeting on Chemistry of Food and Beverages	02-04/12/02
Multidisciplinar	Colóquio Internacional Saberes, Práticas: Construção de saberes, construção de práticas de (in)formação profissional na sociedade do conhecimento	02-04/12/02
Educação	I Seminário Internacional Trabalho e Educação	02-05/12/02
Física	Quantum entanglement, Complexity and the Physical Basis for Quantum Computation	02-06/12/02
Educação	III Conferência Nacional de Educação Cultura e Desporto	02-06/12/02
Farmácia	I Simpósio de Multirresistência Bacteriana	02-06/12/02
Enfermagem	Simpósio Comemorativo dos Cursos de Pós-Graduação em Enfermagem da EAN/UFRJ e 1º Fórum Internacional sobre Pós-Graduação em Enfermagem	03-05/12/02
Ecologia	II International Workshop on Organic Micropollutants in the Environment	04-06/12/02
Geografia	V Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica	04-06/12/02
Artes/Música	VI Encontro SOCINE – Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema	04-07/12/02
Multidisciplinar	Colóquio Brasil-África	05/12/02
Ciências Agrárias	Workshop em Engenharia Agrícola: 1ª. Conferência Estadual de Associação dos Agricultores Irrigantes e 1ª. Mostra da Produção Científica dos 30 Anos do PPGEA	05-06/12/02
Medicina II	VII Congresso Brasileiro de Nutrologia	05-07/12/02
Geografia	XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária	08-12/12/02
Física	4 th International Conference on Low Dimensional Structures and Devices - LDSD	08-13/12/02
Ciências Biológicas I	Symposium – Evolution and Developmental Biology	09-13/12/02
Economia	XXIV Encontro Brasileiro de Econometria	11-13/12/02
Ciências Biológicas I	IV Encontro Brasileiro para o Estudo de Quirópteros	13-15/12/02
Educação	I Seminário Internacional sobre Política Educação e Currículo	16-18/12/02
Multidisciplinar	Colóquio Internacional Artesão e Artesanato no Mundo Antigo (III Colóquio do GIPSA)	16-18/12/02